**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS ORIENTAIS**

RUD ERIC VASCONCELOS PAIXÃO

**O JAPÃO NA EXPANSÃO DA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA,
1853-68: PENSAMENTO E AÇÃO POLÍTICA**

Versão Corrigida

**SÃO PAULO
2019**

RUD ERIC VASCONCELOS PAIXÃO

**O JAPÃO NA EXPANSÃO DA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA,
1853-68: PENSAMENTO E AÇÃO POLÍTICA**

Versão Corrigida

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Língua,
Literatura e Cultura Japonesa do Departamento
de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo.**

Orientador: Prof. Dr. Koichi Mori

SÃO PAULO

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Paixão, Rud Eric
P142j O Japão na expansão da economia-mundo
capitalista, 1853-68: pensamento e ação política / Rud
Eric Paixão ; orientador Koichi Mori. - São Paulo,
2019.
114 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Letras Orientais. Área de
concentração: Língua, Literatura e Cultura Japonesa.

1. HISTÓRIA DO JAPÃO. 2. HISTÓRIA DA ÁSIA. 3.
EXPANSÃO EUROPEIA ULTRAMARINA. 4. IMPERIALISMO. 5.
NACIONALISMO. I. Mori, Koichi, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Rud Eric Vasconcelos Paixão

Data da defesa: 30 / 10 / 2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Profa. Dra. Shirlei Lica Ichisato Hashimoto

Prof. Dr. Koichi Mori (in memorian)

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 06/01/2020

(Assinatura do (a) orientador (a))

**A Danilo Andrade Tabone,
Historiador e amigo**

In memoriam

Agradecimentos

Esta é provavelmente a parte mais divertida de se escrever em um trabalho, sendo aquela em que se tem mais liberdade, por assim dizer, e pode-se escrever de forma um tanto mais leve, sem (quase) todo o peso das travas e rigores acadêmicos. Talvez até fosse interessante fazê-lo em algum tipo de estado alterado de consciência, mas suponho que o sono consiga realizar bem essa função, e é neste estado que me encontro frequentemente já há algum tempo, em virtude das obrigações acadêmicas e proletárias.

É também aqui onde paramos para olhar para trás, para o período em que o trabalho foi pensado e colocado em palavras (depois apagado, repensado, reescrito), e para quem esteve conosco nesse tempo, para bem e para mal. Ouso dizer que sou uma pessoa de bastante sorte neste quesito, pois tive apenas pessoas que foram boas no âmbito geral, ou que ao menos não incomodaram; e, como diz a sabedoria materna, “muito ajuda quem não atrapalha”.

Agradeço, primeiramente, a Maria Carolina, por estar ao meu lado nestes últimos pouco mais de sete anos (apesar das distâncias temporárias), por todos os momentos bons e ruins, os quais nos fizeram crescer muito como pessoas, e a qual respeito e admiro não apenas em nível pessoal, enquanto companheira, mas também intelectual. E a qual teve papel fundamental na pessoa que sou hoje, incomparavelmente melhor do que a que ela conheceu anos atrás (fosse eu, nem tinha dado chance).

Acredito que meu orientador, o professor Koichi Mori, merece um agradecimento especial. Por mais que não tenhamos uma relação de amizade (se isso é bom ou ruim, depende do ponto de vista), sempre esteve disponível quando precisei de ajuda, e me deu a liberdade de escrever de acordo com minhas (variáveis) inclinações. Valorizo muito uma orientação que permite à pessoa orientada se descobrir e se construir na pesquisa, em vez de ser apenas um “apêndice” do trabalho de quem orienta.

Seguindo a linha de raciocínio acima, agradeço também a minha primeira orientadora, a prof.^a Maria Celeste Fachin, da Unesp, a qual me deu a oportunidade de realizar meu Trabalho de Conclusão de Curso no tema que fez com que eu me interessasse por estudar História em primeiro lugar. Ter podido então escrever sobre

China antiga, por mais que depois viesse a mudar de temática, foi muito mais importante do que pode parecer à primeira vista.

Agradecer a própria família pode parecer clichê, mas sei de muita gente que tem problemas com a sua e esta acaba não sendo mais que um peso do qual não querem senão se livrar assim que possível. Devo dizer que esse é outro ponto no qual tive sorte, pois, apesar dos ocasionais pesares, temos todos boas relações. Agradeço, então, à minha mãe, minha irmã, minha avó, minhas tias, meus sobrinhos, meu cunhado e meus primos e primas.

Surpreendentemente (ou não), apesar de ter me formado na Unesp-Franca há quase dez anos, meus melhores amigos ainda pertencem àquele ambiente e são pessoas que, apesar de ver apenas ocasionalmente, sei que levarei comigo até o fim.

Aqueles que certamente mais me impactaram foram, sem dúvida, os amigos que moraram comigo na gloriosa República Xiguela, e fizeram parte da minha transformação de adolescente em quase-adulto: Felipe Garrido, Vitor Zamith, Bruno Ribeiro, Elder Venuto, Danilo Peixoto, Renato Techio, Fernando Caires e Pedro Donnini.

Também da Unesp, um grupo de amigos um pouco mais heterogêneo, pois se mistura um tanto na minha cabeça e nos nossos rolês francanos. São esses os moradores e agregados do Palace II, república que me adotou ao chegar em Franca sozinho e sem conhecer ninguém para a matrícula, numa fria manhã de 2007, o qual era ligado a outras pessoas através de amizades comuns e, ainda que não fosse tão integrado na época, acabou ficando depois: Rosa Couto, Silvia Baba, Leide Silva, Roberto Tiago, Domenico Jorge, Rafael Marola e Kamila Lima.

Na USP, por outro lado, acabei fazendo menos amizades, por questões das mais variadas e inefáveis, mas gosto daqueles que trago comigo; para a surpresa geral da nação, todos das línguas orientais: Marcelo Mattos, Vitor Artuza, Gabriela, Isabella Ribeiro e Laís.

Os professores, com toda sua paciência para com jovens e suas tribulações: no chinês, prof. Antônio, prof. Shu, prof. Sylvio e prof.^a Chia. Também, ao prof. Álvaro Comin, da Sociologia, cujo curso “desventurou” minha pesquisa e fez com que repensasse tudo o que já havia escrito sob outra ótica.

Por fim, aos amigos do trabalho, Sheila e Raul, e aos da infância, da ZL, os quais nunca desistiram de mim apesar dos meus frequentes sumiços em função das obrigações acadêmicas: Daniel, Marcelo, Guilherme e Rodrigo.

Ao contrário do que fiz em outro momento (o-qual-não-deve-ser-nomeado), não vejo motivo para escrever de forma extensiva sobre cada uma das pessoas supracitadas. E, ainda que seja provável que muitos nem venham a saber que foram citados aqui, fica registrada minha amizade e consideração por vocês (como não poderia ser diferente considerando a parte do trabalho em que escrevo). Por fim, agradeço por vocês serem parte da minha vida.

Por último, mas não menos importante, **YNWA** (*#SixTimes*)!

Esses foram os agradecimentos originais. Infelizmente, no dia 20 de outubro de 2019, pouco antes da defesa desta dissertação, o prof. Koichi Mori, meu orientador, veio a falecer. Gostaria de deixar, assim, em separado, novo agradecimento a ele por sua orientação e paciência na elaboração deste trabalho. Muitas pessoas, tanto na área acadêmica quanto na pessoal, sentirão sua falta.

Agradeço também a prof.^a Lica Hashimoto, a qual aceitou assumir a presidência da minha banca um tanto quanto em cima da hora e em detrimento de outras obrigações que tinha para a data.

You're gonna carry that weight.

RESUMO

PAIXÃO, Rud Eric. **O Japão na Expansão da Economia Mundo Capitalista, 1853-68**: Pensamento e ação política. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

Este trabalho se debruça sobre a seguinte questão: como se deu a relação entre o pensamento nativista japonês surgido no período Tokugawa, nomeadamente o *Kokugaku* 国学 e o *Mitogaku* 水戸学, e a ação política após a abertura dos portos japoneses? A partir da leitura de fontes textuais e análise de contexto, considero que o pensamento então construído, de caráter protonacionalista, embasou diversas ações nacionalistas condensadas sob o termo *son'nô-jôî* 尊皇攘夷. Seus pontos comuns eram, ainda que inconscientemente, a manutenção da soberania japonesa, em contraste com o ocorrido na China, e o fortalecimento do Japão vis-à-vis às potências ocidentais no contexto da economia-mundo capitalista em expansão. Com a visão privilegiada que temos, é possível notar as sementes e primeiros passos de movimentos que marcariam a história do século XX.

Palavras-chave: Japão, nativismo, *son'nô-jôî*, nacionalismo, *bakumatsu*, economia-mundo, século XIX

ABSTRACT

PAIXÃO, Rud Eric. **Japan in the expansion of the Capitalist World-Economy, 1853-68**: Thought and political action. Dissertation (Master's degree). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

This work focus on the following question: how did the relationship between the Japanese nativist thought that emerged in the Tokugawa period, namely *Kokugaku* 国学 and *Mitogaku* 水戸学, and the political action after the opening of the Japanese ports developed? Through the reading of textual sources and analysis of context, I consider that the thought then constructed, of a protonationalist character, supported several nationalist actions condensed under the term *son'nô-jôi* 尊皇攘夷. Its common points were, albeit unconsciously, the maintenance of Japanese sovereignty in contrast to what happened in China and the strengthening of Japan vis-à-vis the Western powers in the context of the expanding capitalist world-economy. With the privileged view that we have, it is possible to note the seeds and first steps of movements that would mark the history of the twentieth century.

Keywords: Japan, nativism, *son'nô-jôi*, nationalism, *bakumatsu*, world-economy, 19th century

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZANDO O JAPÃO	24
1.1 – Esboço geográfico	26
1.2 – O Japão Tokugawa	29
Organização Política	29
Aspectos sociais e econômicos	34
1.3 - Relações exteriores e a questão do <i>Sakoku</i> 鎖国	40
1.4 – O século XIX.....	43
Ocidentais ao norte e sul	43
A grande fome Tenpô 天保の飢饉, 1833-1837	46
Reformas.....	47
Imperialismo europeu e notícias da China	51
CAPÍTULO 2 – O NATIVISMO JAPONÊS.....	56
2.1 – Os primeiros formuladores	58
Kada no Azumamaro.....	60
Kamo no Mabuchi	61
Motoori Norinaga	64
2.2 – Politização do pensamento	67
Hirata Atsutane	68
Aizawa Seishisai e a Escola de Mito	70
Sakuma Shôzan	74
Yoshida Shôin.....	77
2.3 – (Proto)Nacionalismo?	79
2.4 – A título de “conclusão”	83
CAPÍTULO 3 –AÇÃO POLÍTICA NO <i>BAKUMATSU</i>	85
3.1 – Fim do <i>Bakufu</i> , 1853-1868.....	87
Pressão e Negociações, 1853-1858.....	87
Crise interna e fim do regime, 1858-1868	92

3.2 – Son'nô-jô	98
CONCLUSÃO	103
REFERÊNCIAS	108

INTRODUÇÃO

Gostaria de iniciar este trabalho tratando de alguns pontos pessoais da sua concepção. Antes de mais nada, é facilmente perceptível na forma que escrevo a opção pelo uso da primeira pessoa sempre que necessário. Ainda que tenha consciência de que não é algo particularmente bem visto no meio acadêmico, considero que tudo o que está aqui escrito parte da minha subjetividade, seja no caso de interpretações ou recortes específicos, e não me agrada o uso da terceira pessoa ou do impessoal, o que cria, ao meu ver, um afastamento entre a pessoa que escreve e aquelas que leem, transmitindo certo ar de verdade. Por outro lado, a primeira pessoa acentua o caráter subjetivo da pesquisa, indicando ser esta uma interpretação entre outras, todas passíveis de serem discutidas e, caso necessário, alteradas de acordo com novas concepções e descobertas na área.

A ideia para este tema surgiu, primeiramente, por meio de conversas com o professor Shu Changsheng, do curso de Letras Chinês do Departamento de Letras Orientais da FFLCH-USP, onde entrei em contato com a questão da influência das Guerras do Ópio sobre o Japão durante as negociações quanto à abertura do país aos ocidentais. Fiquei interessado nessa temática, pois então vinha mudando o foco dos meus estudos da antiguidade chinesa, sobre a qual escrevi meu Trabalho de Conclusão de Curso em História, na Unesp, para a época moderna/contemporânea, e gostei da possibilidade de estudá-la em uma pós-graduação.

Como provavelmente ocorre com toda e qualquer pesquisa, o projeto que submeti quando da entrada no Programa de Pós-Graduação e o que acabei por escrever tem diferenças significativas. Pensava, a princípio, em fazer todo um apanhado da relação dos japoneses com os estrangeiros, em especial os ocidentais, desde o final do século XVIII até 1868, mas sem deixar de fora os primeiros contatos no século XVI, a questão do cristianismo e o *sakoku* 鎖国 (política de isolamento com severas limitações comerciais a nível internacional), analisando como japoneses e ocidentais se consideravam mutuamente e como, nesse processo interno-externo, considerando ainda as questões sociais e econômicas do período Edo (1603-1867), se deu o processo de fim do regime. Hoje vejo que queria, basicamente, “abraçar o mundo” e que aquele projeto era um tanto inviável. Aos poucos, felizmente, conforme fui lendo o material que reuni quando da elaboração do projeto, e após as aulas a que assisti, poli minhas ideias e acabei por chegar ao presente projeto, mais enxuto e com temática melhor definida.

As disciplinas da Pós-Graduação foram bastante úteis não só para a elaboração do projeto em si, como também para minha formação como pesquisador. Assisti, primeiro, a uma matéria sobre a obra *Genji Monogatari* 源氏物語; ainda que movido primeiramente pela curiosidade, pois já havia ouvido sobre o livro, foi então que pude constatar sua importância no contexto de uma “mentalidade” japonesa. A segunda disciplina a que assisti dizia respeito a desenvolvimento comparado, tendo início no século XIX e abordando diversas regiões do mundo. A última, abordava a construção de ideias sobre o futuro, utopias, em presentes específicos.

Dentre essas disciplinas, diria que aquela sobre desenvolvimento teve a maior influência sobre mim, pois as ideias presentes no paradigma de sistema-mundo, com o qual entrei em contato, passaram a constituir o “pano de fundo” da minha interpretação histórica em geral. Por essa razão, ainda que este trabalho não seja propriamente “de sistema-mundo”, achei pertinente fazer referência às suas ideias no título e incluir um breve resumo sobre elas nesta Introdução.

A disciplina sobre história e utopia, por sua vez, teve influência no sentido de atrair meu olhar para como os discursos construídos sobre um futuro hipotético, e também as ações voltadas para o construir ou evitar, refletem medos e esperanças presentes; sua mentalidade, por assim dizer. Fez com que eu me perguntasse sobre as ideias atuantes sobre os japoneses da época e como estas eram articuladas com as possibilidades que se apresentavam então para eles.

Conforme me aprofundava nas leituras sobre o regime Tokugawa, e principalmente sobre a época chamada *bakumatsu* 幕末 (literalmente “fim do Bakufu”, período de instabilidade do governo Tokugawa entre 1853 e 1868), passei a ter interesse maior nas ideias que moviam as ações daquelas pessoas. Quando me vi pensando e escrevendo cada vez mais sobre essa questão, buscando ver como as ideias e os atos nela envolvidos se entrelaçavam, achei por bem rever o foco do trabalho.

Considero que a palavra “pensamento”, aliás, presente no título, bem poderia ser substituída por “ideologia”. Mas o que quero dizer com isso? Vejo ideologia, termo este acompanhado de todo tipo de preconceção nos nossos dias, no sentido de um conjunto de ferramentas simbólicas de interpretação da realidade; um mesmo ato pode ter diferenças enormes na sua significação a depender de quem os vê, da “lente” que usa para enxergar o mundo. Percebo no nativismo japonês uma

dessas lentes, a qual permitiu a diversos pensadores que dessem sentido à sua realidade e planejassem seu futuro através da ação no presente. A pergunta básica por trás deste trabalho, então, poderia ser resumida da seguinte forma: qual a relação entre a ação política no *bakumatsu* e o pensamento nativista japonês? Espero que, para quem venha a lê-lo, tenha conseguido desenvolver a resposta a contento.

Sistema-mundo

Ainda que, como supracitado, não se trate de um trabalho dentro do paradigma de sistema-mundo ou que utilize sua metodologia, por se tratar de um modelo analítico não muito bem conhecido mesmo entre historiadores, provavelmente em razão de sua origem no campo da sociologia, penso ser importante separar um breve espaço para abordar algumas das questões envolvidas em suas ideias e o contexto histórico de seu surgimento, em linhas gerais e de forma bastante resumida¹.

Partindo de 1945, com a hegemonia dos EUA em nível mundial e a asserção dos países do chamado “terceiro mundo”, houve um esforço por parte dos intelectuais estadunidenses para melhor compreender o mundo, suas mudanças e sua configuração, tarefa para a qual a então vigente “divisão do trabalho” nas ciências sociais não estava à altura.

Surgiram, então, no seu meio universitário, os chamados “estudos regionais” (*area studies*), congregando sob o termo “desenvolvimento” as pesquisas de campos como história, sociologia, economia e ciência política sobre uma determinada área geográfica ou cultural. O termo trazia a explicação familiar da teoria dos estágios, considerando-se que as diferentes unidades se desenvolviam por meio de um mesmo modo fundamental, mas em diferentes velocidades; seguindo o exemplo dos Estados avançados, sobretudo os EUA, seria possível alcançar seu nível de desenvolvimento no futuro.

Os estudos regionais, entretanto, somados à obrigação acadêmica quanto ao ineditismo das pesquisas de doutoramento, acabaram por causar confusão quanto

¹ A composição do texto que segue foi baseada em informações presentes em: WALLERSTEIN. **World-System Analysis: An Introduction**. Durham: Duke University Press, 2004; WALLERSTEIN. **Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. De forma a não saturar o texto com notas de referência e não colocar um excesso de informações que não seria pertinente ao que se pretende aqui, à pessoa interessada fica a sugestão destes e outros materiais presentes na bibliografia.

aos limites de cada uma das disciplinas conforme estas estavam estabelecidas em seus departamentos; com a expansão do modelo universitário dos EUA, pesquisadores não-ocidentais e aqueles treinados nos paradigmas dos estudos regionais passaram a questionar os pressupostos das disciplinas tradicionais.

Partindo dessa atmosfera intelectual, quatro debates foram importantes para o surgimento da análise de sistema-mundo:

- A discussão sobre a desigualdade no comércio entre países centrais e periféricos, levantada por Raúl Prebisch no contexto da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), na qual se origina a “teoria da dependência”;
- Os questionamentos sobre o “modo asiático de produção”, que permitiram um novo olhar sobre as ideias marxistas e as categorias analíticas herdadas do século XIX, indo além da ortodoxia;
- A discussão entre Maurice Dobb e Paul Sweezy a respeito da transição do feudalismo para o capitalismo, sendo discutidos os fatores internos e os externos em tal processo, além da pertinência do estado nacional como unidade de análise;
- O debate sobre a “História Total”, a partir do triunfo da Escola dos *Annales*, em especial com Fernand Braudel à sua frente.

É no início dos anos 70 que surge a perspectiva de sistema-mundo, como uma tentativa de combinar os então atuais questionamentos sobre a unidade de análise, a temporalidade social e as barreiras existentes entre as diferentes disciplinas sociais. O sistema-mundo no lugar de unidades nacionais isoladas; a longa duração em vez do acontecimento; a *unidisciplinaridade*, não multidisciplinaridade.

Algo a ser explicado é a razão para o hífen nas expressões relacionadas a paradigmas como sistema-mundo e economia-mundo. Seu uso indica que não se trata de um sistema do mundo inteiro, mas sim que os sistemas são “mundos em si”. Consiste em uma zona espaço-temporal que atravessa várias unidades políticas e culturais, representando uma zona integrada de atividades e instituições que obedecem a certas regras sistêmicas.

Com forte influência da obra de Fernand Braudel, foi a partir das suas ideias de longa duração, mercado e capitalismo, economia-mundo e “longo século XVI” que

Immanuel Wallerstein desenvolveu a base da ideia de sistema-mundo. Antes de mais nada, dentro dessa perspectiva, o capitalismo, como sistema histórico, teria seu surgimento na Europa do século XV, expandindo-se e englobando o mundo inteiro ao longo dos cinco séculos seguintes; dessa forma, o sistema-mundo moderno é uma economia-mundo capitalista. Outras duas formas possíveis de sistema propostas por Wallerstein seriam os minissistemas e os impérios-mundo, o primeiro abarcando uma região pequena e isolada e o segundo, uma unidade política sobre vasto território e diversos povos distintos.

Como sistema de pensamento, o paradigma de sistema-mundo traz consigo alguns pressupostos sobre o mundo moderno, sua origem, desenvolvimento e futuro. Considerando as particularidades deste trabalho, abordarei brevemente as duas principais áreas, a econômica e a política.

Dentro de uma economia-mundo, ocorre uma especialização cada vez maior nos processos produtivos de determinados países em função de suas relações externas com outros, mas também de suas configurações externas. É partindo dessa dinâmica que Wallerstein traz o exemplo da especialização da Polônia na agricultura de exportação, vantajosa para a elite latifundiária, em contraste com o desenvolvimento mercantil da Inglaterra no século XVI, fortemente apoiado pelo Estado.

Essa especialização dentro da economia-mundo e a interdependência entre os processos produtivos dos países aprofunda e alarga pequenas diferenças presentes desde o início. Tem-se, assim, a criação de zonas centrais e periféricas, determinadas pelo tipo de produção e pela força do aparelho estatal. Somente dentro da análise de longa duração, e de forma comparativa, seria possível perceber esse processo.

A necessidade do sistema de se expandir é outra característica importante. Com o aumento dos custos de produção e diminuição da margem de lucro, torna-se imperativa a absorção de áreas externas à divisão do trabalho capitalista. Para Wallerstein, ao contrário da visão apresentada em livros didáticos, a expansão para a Ásia e África não teve relação com a conquista de mercados para produtos ocidentais, os quais sempre tiveram difícil penetração naqueles territórios, mas sim com a abertura de novas áreas produtivas em momentos de contração econômica.

No que concerne à política, a soberania dos Estados é questionada em função das amarras apresentadas pelo sistema interestatal. Considera-se que este foi

instituído em 1648, com a Paz de Vestfália, criando-se um equilíbrio entre os países de forma que nenhum tivesse poder o bastante para submeter todos os outros pela força, o que formaria um império-mundo, ou seja, uma única unidade política a administrar todos os territórios. Esta característica, a presença de múltiplos Estados, é outro ponto essencial à economia-mundo capitalista, pois permite aos capitalistas ter margem de manobra dentro do seu Estado, assim como usar do seu aparato estatal de forma a derrubar impedimentos dentro daqueles politicamente e militarmente mais fracos.

Outra questão importante é a da hegemonia. Dentro do sistema interestatal, em determinados períodos de tempo geralmente não muito longos, alguns países conseguem se sobressair de forma a transformar seus interesses específicos em interesses compartilhados por outros, assim como faz com que compartilhem de sua posição sobre determinados assuntos de ordem global. Dentro da economia-mundo capitalista, os três poderes hegemônicos até o momento teriam sido os Países Baixos, a Inglaterra e os Estados Unidos e, ainda que o período de preponderância deste último no sistema interestatal tenha sido relativamente longo, sua hegemonia não duraria muito em razão dos enormes gastos, especialmente militares, que tal *status* traz consigo.

Considerações teórico-metodológicas

Explicitar a forma como pensamos e construímos nossa argumentação talvez seja uma das mais difíceis tarefas que um trabalho intelectual suscita; afinal, nossas ideias provêm de inúmeras fontes distintas, muitas vezes de forma não consciente, e mesmo algumas com as quais não concordamos ou nos opomos diretamente acabam por influenciar nossa forma de pensar. Assim, a menos que tenhamos um “tutor” explícito para nós mesmos, cujas ideias busquemos absorver ou emular pela razão que for, é possível pensar que somos um grande apanhado de tudo o que lemos e interpretamos. Digo isso para esclarecer que muito do que me formou como historiador e cientista social não é completamente claro ou consciente para mim; mas gostaria de tentar expor tudo aquilo que considero ser.

Começando pelo campo da história, sendo a minha área principal de formação, está Fernand Braudel. Sua leitura da história é aquela que teve maior influência sobre mim, com as ideias de “história total”, longa duração e a diferenciação

entre as esferas do mercado e do capitalismo. Marc Bloch, Hobsbawn e Peter Burke foram outros autores importantes para mim, ainda que de forma mais indireta.

Fora do campo da história, e diretamente influenciado por Braudel, vem o sociólogo Immanuel Wallerstein, o qual se baseou na ideia de economia-mundo mediterrânea para construir seu sistema explicativo. Também dele é a ideia de uma “ciência social histórica”, a qual transcende as barreiras disciplinares tradicionais existentes entre as humanidades. Infelizmente, a sociologia é uma área com a qual tenho pouca familiaridade, pois os estudantes de história, no geral, saem com uma formação razoável no que diz respeito ao seu próprio campo de estudos, mas bem incompleta no que concerne a outros; talvez por isso o diálogo multidisciplinar entre elas não costume ter origem ali.

No período final de escrita, acabei por me aproximar de autores ligados ao materialismo histórico e, embora seu peso não tenha sido particularmente grande por falta de tempo, é uma linha teórica com a qual me identifico e cuja influência consigo identificar em partes deste trabalho.

Por fim, acredito ser importante fazer alguns esclarecimentos gerais sobre este trabalho. A ausência de obras em língua japonesa salta aos olhos de quem busca a bibliografia, o que se explica pelo meu conhecimento limitado no idioma. Felizmente, como acaba por ser necessário para qualquer pessoa interessada em estudar o que poderíamos chamar de “regiões não hegemônicas”, i.e., áreas para além da América do Norte e Europa Ocidental (além do Brasil, no nosso caso), possuo duas habilidades que vêm a compensar: bons conhecimentos de inglês e do uso da internet. Os pontos positivos do primeiro são óbvios, mas os do segundo um pouco menos.

Não fosse a grande quantidade de materiais disponíveis de forma “alternativa”, seria impossível realizar qualquer trabalho como este. Os poucos livros que temos disponíveis em uma das melhores bibliotecas do Brasil, a da FFLCH, são bons, mas servem, no máximo, para se obter um conhecimento geral sobre o assunto; caso a língua seja uma barreira, a pessoa interessada acaba limitada aos quase inexistentes materiais em português.

Um segundo ponto, relacionado à questão da língua, diz respeito às fontes primárias. Entendo sua importância para a pesquisa histórica, mas acabo tendo meu trabalho limitado por aquilo que me foi possível encontrar em língua inglesa, seja citado por outros autores em suas obras, seja em coletâneas de fontes históricas traduzidas (e mesmo estas são limitadas àquilo que a pessoa a editar a coleção julgou

pertinente). Ainda que isso seja um ponto negativo, acredito que o fato de estarem referidas nas obras de autores renomados na área dos estudos japoneses permite que sejam consideradas precisas. Não é o ideal, mas é o que foi possível realizar com as ferramentas que tenho.

Organização do conteúdo

Ao pensar na estruturação deste trabalho e no que deveria ser seu conteúdo, tentei fazer o possível para que ele fosse “fechado em si mesmo”, não necessitando de consultas a materiais externos mesmo se lido por alguém sem muito conhecimento da história do Japão. Uma pessoa mais curiosa provavelmente não se dará por satisfeita e buscará nos materiais indicados na bibliografia, por exemplo, compreender melhor o processo de urbanização e o desenvolvimento comercial, o surgimento dos problemas econômicos e a relação dos *daimyô* 大名 (senhores de terras que detinham o poder militar e administrativo das regiões que governava) e da corte imperial com o *bakufu* 幕府 (governo exercido por guerreiros-militares).

Ponderei ser interessante, neste sentido, escrever um primeiro capítulo de forma a “montar o cenário” para o que viria a seguir. Assim, fiz um apanhado bastante geral do Japão Tokugawa até o momento anterior à chegada de Matthew Perry às costas japonesas com suas exigências em nome dos EUA.

Importante frisar, trata-se de uma exposição abrangente e que busca não entrar demasiadamente em questões secundárias. Não creio, no entanto, que isso faça dela uma parte descartável do trabalho; muito pelo contrário, desligar o tema que trabalho aqui de todo o contexto em que se insere deixaria um vazio e o empobreceria como um todo.

O segundo capítulo teve uma concepção um pouco mais difícil, pois foi desenhado de forma definitiva quando o restante já se encontrava mais avançado; anteriormente separado em duas partes diferentes, uma voltada ao surgimento das ideias e outra aos principais pensadores da época do *bakumatsu* 幕末, acabei por condensá-las em apenas um capítulo em razão da coerência interna do tema trabalhado ali, o que tornaria a separação em dois redundante. Havia pensado em escrever também sobre outras correntes de pensamento no período Tokugawa, em especial o Neoconfucionismo, mas, como se trata de algo marginal para o que busco,

optei por deixar essa parte de fora. Escolhi, assim, concentrar meus esforços nos pensadores japoneses envolvidos no *Kokugaku* 国学 (Estudo ou Ensino Nacional para promover a cultura japonesa em oposição à chinesa) e no *Mitogaku* 水戸学 (Escola de Mito, com o objetivo de compilar a história do Japão centrada no culto ao Imperador e propondo reformas tanto no plano político quanto no militar) , duas correntes de pensamento que deram forma ao ideário nacionalista japonês, e no seu desenvolvimento através do tempo.

O terceiro e último capítulo traz as consequências políticas das ideias desenvolvidas pelos pensadores nativistas, abordadas no capítulo anterior. Achei por bem iniciar com uma breve exposição narrativa dos acontecimentos entre 1853 e 1868, ainda que sem entrar nos detalhes das disputas políticas entre *daimyô*, corte e *bakufu*.

Na minha concepção, o *son'nô-jô*i foi a culminação do pensamento nativista construído no período Tokugawa, possuindo caráter nacionalista. Longe de ser um movimento unificado, no entanto, sua manifestação se deu de diversas formas distintas a depender do contexto em que se encontravam e de quem as empunhava para fazer valer suas ideias. Assim, a última parte do trabalho visa a entender a dinâmica desse movimento.

Sobre Traduções

Uma das minhas intenções gerais foi escrever um trabalho que, de certa forma, tornasse um pouco mais acessível o conhecimento sobre história do Japão para quem está começando nessa área ou apenas tem curiosidade, mas não saberia por onde começar quanto à bibliografia. A língua também acaba sendo uma grande barreira na área acadêmica e, infelizmente, a ausência de conhecimento do inglês é provavelmente o fator que mais prejudica, se não impede, muitas pesquisas.

Tendo essas questões em mente, decidi por traduzir integralmente todas as citações que faço, deixando apenas o texto em português aqui presente. Caso a pessoa que esteja lendo tenha interesse em ver os originais, todas as obras se encontram devidamente referenciadas nas notas de rodapé e bibliografia. O mesmo vale para as fontes textuais japonesas, pois, como já dito, dependi da tradução para o inglês realizada por outros pesquisadores.

Ainda no que diz respeito à questão das línguas está o uso de termos em japonês. Segui aqui a recomendação do Programa de Pós-graduação quanto à escrita em alfabeto romano e, na medida do possível, sempre que um termo foi mencionado pela primeira vez no capítulo coloquei a escrita japonesa em conjunto. Não considerei necessário, no entanto, utilizar a mesma regra para nomes de lugares, posto que, de uma certa forma, são palavras “internacionais”.

Um problema que decorre da tradução é que alguns termos podem ser confusos. *Kokugaku*, o maior problema que enfrentei, além de expressão importante nesta pesquisa, é traduzido em inglês como *National Learning*; ainda que a parte do “*national*” não traga muitos problemas em nenhuma das línguas, a outra é passível de interpretações distintas, sendo “estudo”, “aprendizagem”, “conhecimento”, “ciência” e o equivalente ao sufixo “-ogia” alguns dos seus possíveis significados. Como escolher?

Resolvi essa questão da seguinte forma: sempre que me refiro ao *Kokugaku* como o conjunto de ideias de uma “escola de pensamento”, usei a expressão “Estudos ou Ensino Nacional”; nos contextos em que a expressão equivale a “coisas japonesas”, no sentido do conhecimento e arte nativos do Japão, usei “conhecimentos nacionais”. Ainda que as escolhas sejam arbitrárias, creio que ajudam a melhor entender do que se fala em cada momento; quaisquer confusões que estas possam causar são, claro, de minha inteira responsabilidade.

CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZANDO O JAPÃO

Este capítulo tem como objetivo abordar, de forma geral, o desenvolvimento do Japão Tokugawa em seus diversos aspectos. Conforme se entrelacem com as questões japonesas específicas, os países ocidentais e a China também serão tratados, em especial no início do século XVI e a partir do final do XVIII.

Longe de abordar esses temas com profundidade, faço apenas um esboço como forma de construir o “pano de fundo” para o desenvolvimento dos temas centrais a este trabalho, o pensamento nativista e a ação política pós-1853.

1.1 Esboço geográfico²

A principal característica geográfica do Japão é o fato de se tratar de um arquipélago. Suas principais ilhas são Honshû, Kyûshû e Shikoku, com área total de cerca de 295 mil km², aproximadamente o tamanho da Itália, estendendo-se entre as latitudes 31° norte a 42° norte. Hokkaidô, segunda maior ilha do Japão moderno, ainda que tivesse sua parte mais ao sul, a península de Oshima, como parte do *han* 藩 de Matsumae, apenas foi incorporada por completo no início do período Meiji.

Mapa 1 – Topografia do Japão

Apesar disso, ao longo da história japonesa, esse fator não impediu que o Japão fosse afetado por habitantes de outras regiões, ou que os afetasse. Entre os

² As informações utilizadas para a elaboração deste tópico encontram-se em TOTMAN, Conrad. **Early Modern Japan**. Berkeley: University of California Press, 1993, pp. 3-10.

pontos principais, tem-se: coreanos e chineses que, no período antigo, migraram para sua região ocidental, misturando-se à população japonesa local e trazendo tecnologias como o uso do ferro e o cultivo do arroz; o Budismo e o Confucionismo, chegados através da Coreia; as frequentes embaixadas japonesas à China, e a permanência de estudiosos lá; as tentativas de invasão dos mongóis no século XIII; e a tentativa de Hideyoshi de conquistar a China atravessando a Península Coreana.

A região do mar interior, com a planície de Kinai, forma o berço da civilização japonesa. Foi a partir dali que o reino de Yamato, depois transformado em império japonês, se expandiu para leste e oeste, ocupando as planícies de Kantô e Nôbi, região que compreende o centro do Japão. Durante o período Tokugawa, que aqui é abordado, essas três regiões estavam sob controle do *bakufu* 幕府, diretamente ou através de um de seus ramos colaterais ou dos *fudai daimyô* 譜代大名 (*samurai* e vassalos hereditários a serviço do shogunato de Tokugawa). Os *fudai daimyô* eram em número de 176 e tinham participado da batalha de Sekigahara em 1600, ao lado de Tokugawa Ieyasu.

Geologicamente, o território japonês é jovem. Suas montanhas, as quais formam 80% do território, sofreram pouco o efeito da glaciação do pleistoceno, sendo agudas e abruptas, e vítimas de rápida erosão; seus rios, velozes, levam os sedimentos para as planícies. Estas, os 20% restantes do território, encontram-se majoritariamente frente ao mar, em pequenas bacias, e com as montanhas às suas costas.

Durante o pleistoceno, em razão da glaciação, o nível dos oceanos era também muito mais baixo, o que fazia do território que hoje temos como o Japão uma cadeia montanhosa que se ligava ao continente, com a China ao oeste e o Vietnã ao sul. Dessa forma, o Japão também experimentou grande diversidade na sua flora, tendo cerca de quinhentas espécies de árvores nativas.

Em função de sua posição geográfica, o Japão experimenta regularidade nas suas estações, com chuva abundante; a umidade trazida por esta permitiu que se desenvolvesse ali grande cobertura florestal. Outro fator de importância é a grande cadeia montanhosa que atravessa o Japão, a qual deu ao clima japonês variações regionais. Ainda que na região do Mar do Japão a precipitação seja abundante, esta vem majoritariamente em forma de neve; já no Sudoeste, onde a maior parte da precipitação vem como chuva, era comum o cultivo duas vezes ao ano.

Mapa 2 – Clima japonês de acordo com a classificação de Köpper-Gelger

Uma característica do clima do norte de Honshû, e da região do Mar do Japão, é o efeito *yamase* 山背. Neste, o ar frio vindo do Mar de Okhotsk predomina durante o verão, diminuindo as temperaturas e prejudicando as colheitas. Considerando a variedade de arroz plantada no Japão, a qual precisa de uma temperatura de 20°C ou mais para crescer, uma queda entre 2°C e 3°C pode levar a perda de até 50% da safra. Considerando que o efeito *yamase* pode causar uma queda ainda maior na temperatura, seria possível que tivesse papel nas más colheitas e fomes do período Tokugawa. Os verões atipicamente frios nas décadas de 1780 e 1830 e as grandes fomes que ocorreram no norte do Japão durante as mesmas seriam evidências dessa relação. Outras possibilidades seriam a alteração da paisagem causada pelos humanos, o que teria levado a uma maior fragilidade das plantações

ao frio, ou à questão da desigualdade entre nordeste e sudoeste, sendo que a região mais frágil sucumbiria com maior facilidade às dificuldades.

Os padrões climáticos e de precipitação teriam, então, favorecido o povoamento da costa da região sul, tendo a migração para o norte e para a região do Mar do Japão ocorrido apenas relutantemente; nessas áreas a produção da agricultura era menor e menos confiável. Outro fator nessa distinção seriam as correntes marítimas. A costa sul é aquecida pela Corrente do Japão, *kuroshio* 黒潮, que leva águas equatoriais das Filipinas, passando por Ryûkyû (atual Okinawa); já o norte recebe águas árticas pela Corrente de Chishima, *oyashio* 親潮, vindas pelas Curilas e Hokkaidô. Embora não favoreça o clima e as safras, essa corrente fria é responsável pela existência de grande variedade de espécies marinhas; ainda, a região onde as duas correntes se encontram é território com grande presença de baleias.

1.2 – O Japão Tokugawa 徳川

Entre os anos 1600 e 1868, o Japão foi governado pelos membros da família Tokugawa sob o título de *shôgun* 将軍. Ainda que não seja possível caracterizar esse governo como exercido exclusivamente por eles, em razão das configurações políticas sobre as quais o sistema se sustentava, aquela época leva o nome da família ou da sua capital, podendo ser chamado também por Período Edo 江戸時代. Neste tópico, o que busco é estabelecer um panorama geral da sua organização política e social ao longo dessa época.

Organização política

O regime Tokugawa foi estabelecido, *de facto*, após a vitória na Batalha de Sekigahara 関ヶ原の戦い, no ano de 1600; *de jure*, foi após nomeação de Tokugawa Ieyasu 徳川家康 como *Sei'i Taishôgun* 征夷大將軍, em 1603, que o mesmo passou a ter controle sobre o governo japonês em nome do Imperador. Tratou-se de um governo de origem militar, ainda que essa característica viesse a se perder com o tempo. Os mais de 250 anos de governo dos Tokugawa foram um amplo período de

paz interna, à exceção de revoltas ocasionais (e mais frequentes com o passar do tempo), o que favoreceu o desenvolvimento do país em diversos campos.

Após a vitória na guerra, foi realizada uma grande reestruturação no território japonês; os adversários de Ieyasu tiveram seus domínios tomados ou reduzidos, e seus aliados foram recompensados. Aqueles que haviam se oposto à sua tomada do poder, mas mantiveram territórios após jurar lealdade a Ieyasu, formaram os chamados *tozama* 外様; seus aliados os *fudai* 譜代. Na organização do governo Tokugawa, os primeiros, ainda que mantivessem domínios relativamente vastos, eram proibidos de exercer funções no governo, enquanto os últimos, mesmo sem territórios poderosos, obtiveram o direito de servir na administração.

É impossível falar de governo Tokugawa sem ter em conta a relação entre o *bakufu* e os *han*, ou seja, entre o governo central e os governos regionais, como base da estrutura do governo. Ainda que o Japão tenha sido pacificado e burocratizado, em momento algum ocorreu algo que se poderia denominar como “unificação”; os diversos vassallos, ainda que formalmente dependentes do *shôgun*, retiveram elementos importantes de autonomia no interior do território que controlavam, sendo, por exemplo, isentos do pagamento de impostos à autoridade central. De forma curiosa, enquanto politicamente o Japão seguiu no sentido da descentralização, durante o período Tokugawa houve uma centralização cada vez maior no sentido da economia³.

Havia, entretanto, limitações às liberdades econômica e administrativa de que gozavam os *han*. Os governos locais não podiam ir contra as regulações gerais do *bakufu* quanto à religião, moeda ou relações com a corte imperial; tinham de seguir suas diretrizes quanto à administração dos territórios; eram obrigados a contribuir com obras públicas em Edo ou outros territórios sob controle do *shôgun*; eram sujeitos à intervenção do *bakufu* em assuntos internos, especialmente no que se refere à sucessão ao posto de *daimyô* e em casos de eclosão de revoltas que não pudessem ser localmente controladas⁴.

Os domínios japoneses eram classificados de acordo com a estimativa de sua produção anual de arroz (*kokudaka* 石高), tendo como unidade de medida a quantidade suficiente para alimentar uma pessoa pelo período de um ano, em torno

³ JANSEN, Marius. **The Making of Modern Japan**. Londres; Harvard University Press, 2000, p. 33.

⁴ MASON, H.P.; CAIGER, J.G. **A History of Japan**. Tokyo: Tuttle, 1973, p. 163.

de 150 quilos, chamada *koku* 石. Marius Jansen⁵ dá os seguintes números, em *koku*, para a distribuição do território japonês ao final do século XVII, quando a reorganização dos domínios empreendida pelos primeiros três governantes Tokugawa estava completa:

- Terras da corte imperial: 141.151
- Terras do *shôgun* (*tenryô* 天領,): 4.213.171
- Vassalos sub-*daimyô* do *shôgun* (*hatamoto* 旗本): 2.606.545
- *Fudai* e ramos colaterais: 9.325.300
- Senhores *tozama*: 9.834.700
- Templos: 316.230

Atrás dos próprios Tokugawa, o maior território pertencia à casa *tozama* dos Maeda, do domínio de Kaga, com 1.022.700 *koku*; dos dezesseis maiores territórios, apenas cinco não eram *tozama*. No total, apenas dezesseis *daimyô* governavam territórios acima dos 300 mil *koku* 石, havendo prevalência de territórios pequenos entre os *fudai*, em número de 145, perto do limite dos 10 mil *koku* para serem considerados *daimyô*⁶.

É importante ter em mente que o levantamento sobre tamanho e produtividades nos diversos domínios foi realizado durante o governo de Toyotomi Hideyoshi 豊臣秀吉, e os números obtidos neste tornaram-se o padrão do valor em *koku* dos territórios, sobre os quais questões como o valor em impostos cobrado das vilas e a hierarquia entre os senhores, além de todas as questões que esta envolvia, eram determinadas. Assim, o *kokudaka* do século XVI ainda era utilizado no século XIX; a realização de um novo levantamento provavelmente causaria enormes problemas para o governo, como revoltas de camponeses, que teriam seus impostos aumentados, e senhores, cuja hierarquia seria transformada, o que envolveria toda uma reelaboração nos seus modos de vida e nas suas relações sociais.

⁵ JANSEN, Marius. **The Making of Modern Japan**. Londres; Harvard University Press, 2000, p. 42.

⁶ Ibid, p. 42.

Mapa 3 – Domínios no Japão após a reestruturação dos Tokugawa em 1664

A organização geográfica dos domínios, longe de ser aleatória, foi constituída de forma a dar aos Tokugawa controle sobre as principais vias de comunicação do Japão, além de permitir maior controle sobre os *tozama*, os quais se encontravam majoritariamente nas regiões periféricas do nordeste e sudoeste. Também é possível ver nesta divisão que as duas principais regiões produtoras do país, as planícies de Kinai e Kantô, nas quais se localizam as cidades de Ôsaka e Edo, estavam sob controle direto do *bakufu*. Ainda, cidades consideradas importantes, como Nagasaki e Kyôto, não estavam subordinadas a nenhum *daimyô*, mas sim a magistrados municipais nomeados diretamente pelo governo central. Essa estruturação durou até a queda do regime em 1868.

Quanto à sua estruturação, ainda que o poder central se encontrasse nas mãos do *shôgun*, o governo não era exercido exclusivamente por ele, havendo todo um aparato burocrático por trás. Quando do governo de algum *shôgun* menos afeito às responsabilidades do governo, o que se tornou mais comum com o passar dos anos, o poder decisório deslocava-se para as altas camadas da burocracia governamental, a qual discutia e tomava decisões. As principais figuras desta são as que seguem⁷:

⁷ JANSEN, Marius. **The Making of Modern Japan**. Londres; Harvard University Press, 2000, p. 47.

- *Tairô* 大老 (Grande Ancião);
- *Rôjû* 老中 (Anciões, conselheiros sêniores): com número entre quatro e cinco, sendo responsáveis pelos postos de:
 - *Sobashû* (camareiro)
 - Magistrados municipais, para Edo, Kyôto, Ôsaka e Nagasaki;
 - *Bugyô* (superintendente), especificamente das finanças, templos e serviços públicos.
 - *Ômetsuke* (inspetor geral);
 - Deputado de Kantô;
 - Mestre de Cerimônias da Corte;
- *Wakatoshiyori* (Conselho Júnior);
- *Hyôjôsho* (Corte de Justiça).

O posto de *rôjû* era o mais importante, sendo responsável pela política exterior e pelas relações com todos, exceto os maiores *daimyô*. Também tinha responsabilidade pelos maiores projetos de construção, pelos estipêndios dos *samurai* 侍, assuntos ligados à casa Tokugawa, à aposentadoria e sucessão de um *daimyô* e criação de novos domínios; quando necessário, também deveriam organizar os *daimyô* para conter revoltas. Basicamente, todos os assuntos de maior importância nacional. Os *rôjû* deveriam ser *fudai* com receita entre 30 mil e 100 mil *koku*, com alguma experiência prévia. Eles funcionam em regime de alternância mensal e eram altamente respeitados.

O *wakatoshiyori* lidava com assuntos da camada inferior aos *daimyô*. Outros postos, como o de Superintendente de Finanças (*kanjô bugyô*), tinham precedência pela competência da pessoa em questão e não pelo seu título, sendo ocupados por *hatamoto* com estipêndios modestos de entre 500 e 3 mil *koku*. Em torno de seis mil funcionários eram supervisionados pelos *bugyô*, os quais respondiam aos *rôjû*⁸.

No que se refere ao poder local, na prática os domínios eram territórios semi-independentes, possuindo seus próprios exércitos, administração, código de leis e sistema de taxaço. Ainda que não fossem taxados diretamente pelo *bakufu*, eram

⁸ JANSEN, Marius. **The Making of Modern Japan**. Londres; Harvard University Press, 2000, p. 48.

chamados a colaborar em projetos de construção e, ainda que formalmente necessitassem da autorização do governo central, podiam emitir suas próprias moedas⁹.

Por sua vez, as vilas rurais eram entidades que poderíamos considerar como semiautônomas. Após o grande censo estabelecido por Hideyoshi, a unidade de cobrança de impostos nos territórios passou a ser a vila; assim, conquanto estas cumprissem com suas obrigações financeiras, não eram perturbadas pelo governo nos seus afazeres internos. Com o passar dos anos, conforme aumentou a discrepância entre a produção real e o *kokudaka* das vilas, estas obtiveram importante desenvolvimento econômico, participando do mercado interno japonês com seus produtos.

Aspectos sociais e econômicos

A sociedade japonesa era formalmente dividida em quatro categorias: *samurai*, camponeses, artesãos e comerciantes (*shi* 侍, *nô* 農, *kô* 工, *shô* 商)¹⁰, as quais remetem às categorias confucianas desenvolvidas na China. Além das quatro classes formais, havia pessoas cuja posição não se encaixava nas mesmas: os cortesãos em Kyôto; os membros de ordens religiosas; os *senmin*, párias sociais; os *himin*, pessoas que lidavam com formas baixas de entretenimento, adivinhação, prostituição ou pedintes; e os *eta*, os quais lidavam com a morte. Aos *samurai* competia guiar o país, e proteger a população; aos camponeses o cultivo de alimentos; aos artesãos, a produção de objetos a serem utilizados no dia a dia; os comerciantes, como na China, eram considerados como uma classe que não contribuía para o todo social, sendo vista com desconfiança e desprezo. Apesar disso, ao longo do período Tokugawa, ela cresceu em importância juntamente à economia do Japão.

Na prática, o sistema funcionava diferentemente da teoria. Nas cidades, era impossível distinguir artesãos de mercadores, ficando ambos sob o rótulo geral de *chônin* 町人; partindo das vilas, houve muita migração para as cidades, além de considerável desenvolvimento comercial e manufatureiro; muitos *samurai*, após a reorganização dos territórios realizada por Ieyasu, acabaram por se ver sem suserano,

⁹ JANSEN, Marius. **The Making of Modern Japan**. Londres; Harvard University Press, 2000, p. 53.

¹⁰ Ibid., p. 97.

tornando-se *rônin* 浪人 e confundindo-se com a população em geral; também, ocorria que mercadores fossem adotados por famílias de *samurai*, ou comprassem diretamente o status. No fim, pode-se dizer que havia apenas duas classes no Japão: os *samurai* e os comuns¹¹.

Quanto aos camponeses, ainda que teoricamente fossem a segunda classe em importância social, eram duramente oprimidos pela política geral de extrair deles o que fosse possível. Seguindo o escrito por Honda Masanobu, conselheiro de Ieyasu, o camponês era a fundação do país e deveria ser governado com cuidado; não se deveria permitir que tivesse nem muito nem pouco, somente o suficiente para sua manutenção e para a próxima plantação. Eram também convocados para realizar trabalhos nas estradas e rios, para suprir cavalos para postos nas estradas, entre outros trabalhos, sem receber pagamento pelos mesmos, obrigação chamada *sugekô*, a qual se assemelhava à corveia, característica do feudalismo europeu¹².

Embora não houvesse rigidez em relação às classes mais baixas, no que se refere aos *daimyô* a divisão social era precisa. Esse era um vassalo ao qual era atribuído diretamente pelo *shôgun* um território de ao menos 10 mil *koku*; esta especificação se fazia necessária pois era possível que, em territórios muito grandes, vassalos de *daimyô* recebessem territórios dentro desta margem¹³.

A classe dos *samurai* era composta, primeiramente, por aqueles que ocupavam alto cargo militar quando da eclosão da Batalha de Sekigahara, os quais formavam as grandes famílias e também pelos soldados que serviram no período de governo de Oda Nobunaga e Toyotomi Hideyoshi. Embora tenham continuado a ser organizados em linhas militares, os *samurai* passaram, com o tempo, a lidar com questões burocráticas; deixaram de ser guerreiros analfabetos para passar a ocupar as funções existentes no governo que veio a ter lugar com o regime Tokugawa. Dessa forma, em menos de cem anos após Sekigahara, os *samurai* passaram da função militar para a função civil¹⁴.

Sendo eles os responsáveis pelo governo e manutenção da ordem no país, no ano de 1615, foi promulgado o *Buke shohatto* 武家諸法度, conjunto de leis que deveria governar seu comportamento e, ao mesmo tempo, regular também os *daimyô*.

¹¹ MASON, H.P.; CAIGER, J.G. **A History of Japan**. Tokyo: Tuttle, 1973, pp. 180-181.

¹² SANSOM, George. **A History of Japan: 1615-1867** (7. ed). Tóquio: Tuttle, 1990, pp. 98-100.

¹³ JANSEN, Marius. **The Making of Modern Japan**. Londres; Harvard University Press, 2000, p. 38.

¹⁴ MASON; CAIGER, op. cit., p. 174.

Entre suas principais estipulações, encontravam-se a necessidade de se estudar literatura, concomitantemente à prática das artes militares, como tiro com arco e hipismo, as proibições de dar abrigo a pessoas de outros domínios dentro do seu próprio e da contração de casamentos em privado, necessitando da autorização do *bakufu*, e o estabelecimento das regras para as visitas (*sankin*) dos *daimyô* a Edo¹⁵.

No que concerne ao último tópico, em 1635 novas regras foram estabelecidas, determinando que as visitas deveriam ser realizadas em turnos. Assim, formou-se um dos pilares da relação entre *bakufu* e os domínios: o *sankin kôtai* 参勤交代. Dentro desse sistema de visitas alternadas, os vassallos eram obrigados a passar períodos alternados em Edo, não havendo exceção quanto a quem deveria cumpri-lo. O sistema deixou os vassallos relativamente prejudicados em relação ao *bakufu*, pois além dos enormes gastos que tinham com a viagem para Edo e com a manutenção de sua residência na cidade, eram obrigados a deixar seus filhos mais velhos e esposas na capital quando retornavam às suas terras, na prática na categoria de reféns. Uma consequência interessante desse sistema foi que apesar da divisão inicial entre *tozama* e *fudai*, com o passar dos anos, em razão de todos os futuros chefes de clãs serem criados em Edo, surgiram laços informais entre eles e um certo aspecto de homogeneidade em sua cultura e gostos¹⁶.

Para além dos *daimyô*, outra categoria social importante no governo eram os *hatamoto* 旗本. Estes eram vassallos diretos dos Tokugawa, possuindo rendas menores que 10 mil *koku* e composto por cerca de 5 mil pessoas no ano de 1635, os quais tinham direito a acesso direto ao *shôgun*. Dentre eles, uma camada inferior, que não possuía terras, eram os *go-kenin*, os quais somavam em torno de 17 mil. Assim como ocorreu nos domínios, como forma de ter maior controle sobre a produção e a população, além de evitar o problema que a associação entre vassallos e camponeses ricos locais poderia trazer, o *bakufu* buscou retirá-los das suas terras através da oferta de estipêndios equivalentes à produção de suas terras; no início do século XVIII, apenas um décimo dos *hatamoto* ainda vivia da sua própria terra, com a maioria tendo passado a viver nas cidades fortificadas¹⁷.

¹⁵ LU, David John. **Sources of Japanese History**, Volume 1. Nova York: McGraw-Hill, 1974, pp. 201-203.

¹⁶ MASON, H.P.; CAIGER, J.G. **A History of Japan**. Tokyo: Tuttle, 1973, pp. 165-166.

¹⁷ SANSOM, George. **A History of Japan: 1615-1867** (7. ed). Tóquio: Tuttle, 1990, p. 21.

Marius Jansen¹⁸ argumenta que é possível dividir o período Tokugawa em duas partes distintas, uma anterior e uma posterior, tendo o século XVIII como um período transicional. Já Conrad Totman¹⁹ traz em sua obra uma análise bastante interessante nesse sentido, abordando como questões ambientais estariam relacionadas a um período de estase. É no século XVII que, em razão da paz interna que o Japão então atravessava, sua sociedade se alterou e sua economia se desenvolveu com mais ímpeto.

De acordo com as informações dadas por Sansom²⁰, a área cultivada teria aumentado de 1.600.000 *chôbu*²¹ para em torno de 2.900.000, e a colheita teria crescido de 18 milhões de *oku* para 25 milhões. Esse aumento teria ocorrido em função da organização das fazendas realizada pelos grandes proprietários de terra, além do trabalho intensivo dos agricultores encorajado e exigido pelo *bakufu* e pelos *daimyos*; além disso, houve novos trabalhos de irrigação e a abertura de amplas extensões de terra na planície de Kantô à agricultura, juntamente com novas técnicas de plantação, como dupla semeadura e melhores fertilizantes e ferramentas.

Com o aumento da safra e a manutenção dos impostos de acordo com o *kokudaka* estabelecido por Hideyoshi, foi possível para os agricultores comercializarem seus excedentes após o pagamento daquilo que era devido. Passaram então a cultivar outros gêneros, como algodão, tabaco, óleo de sementes, cera vegetal e folhas de amoreira. Essa produção paralela passou a ser aprovada pelos *daimyos*, que competiam uns com os outros comercialmente. Essa possibilidade, no entanto, não era possível para todos; o cenário comum na vila japonesa era a pequena propriedade de cultura intensiva, sendo que apenas aqueles que dispusessem de maior quantidade de terra teriam oportunidade de lucrar com o crescente mercado interno japonês.

Esse crescimento comercial esteve intimamente ligado ao crescimento das cidades. Com a pacificação do Japão e a política aplicada tanto pelo *bakufu* quando pelos *daimyô* de tomar posse dos domínios de seus vassalos em troca do pagamento de estipêndios em arroz equivalentes à sua produção, esses *samurai* passaram a viver nas cidades fortificadas, que passavam a exercer a função de centro político e

¹⁸ JANSEN, Marius. **The Making of Modern Japan**. Londres; Harvard University Press, 2000, p. 61.

¹⁹ TOTMAN, Conrad. **Early Modern Japan**. Berkeley: University of California Press, 1993.

²⁰ SANSOM, George. **A History of Japan: 1615-1867** (7. ed). Tóquio: Tuttle, 1990, p. 106-107

²¹ Unidade de medida que equivale, aproximadamente, a 1 hectare ou 10 mil m². Um *chô* de boa qualidade produziria em torno de 10 *oku* de arroz.

econômico dos domínios. Ali, tornando-se consumidores, estimularam a produção no campo voltada para seu abastecimento.

No final do século XVII, os dados populacionais para as principais cidades, excetuando-se os militares, são os seguintes:

- Kyoto – 400,000 (1700+)
- Edo – 500,000 (1700+)
- Ôsaka – 350,000 (1700)
- Kanazawa – 65,000 (1697)
- Nagasaki – 64,000 (1696)
- Nagoya – 63,000 (1692)

Kyôto ainda era então a maior e principal cidade do Japão, sendo também o centro da região mais populosa do país. Edo era o centro político, com população ampla e variada: membros do governo, com uma multidão de oficiais e burocratas; uma pequena guarnição; os vassalos na realização do *sankin-kôtai*, juntamente a seu séquito e seus familiares; e grande número de artesãos, lojistas, trabalhadores livres e comerciantes, os quais supriam as necessidades da cidade. Tratava-se de uma aglomeração de consumidores e não de produtores, dependendo de fontes em diversas partes do país para suprir suas necessidades; era majoritariamente em Ôsaka que os produtos chegavam de todo o Japão para serem distribuídos²².

Outro ponto que favoreceu o crescimento econômico japonês foi a expansão do uso de moedas a partir de 1600, com penetração em todas as áreas do país e ampla aceitação. Essa monetização da economia tornou possível que transações a nível nacional ocorressem, além de permitir o surgimento de transações a crédito. No início do século XVIII, de acordo com o acadêmico confuciano Ogyû Sorai, vivia-se em um mundo onde o dinheiro era indispensável²³.

Uma das principais fontes de lucro para os comerciantes era o empréstimo em dinheiro aos *samurai* e *daimyô* baseados no seu estipêndio ou safra futura. Outra,

²² SANSOM, George. **A History of Japan: 1615-1867** (7. ed). Tóquio: Tuttle, 1990, pp. 113-114.

²³ MASON, H.P.; CAIGER, J.G. **A History of Japan**. Tokyo: Tuttle, 1973, p. 182.

considerando o crescimento das cidades e sua relativa vulnerabilidade a incêndios, era a especulação em materiais de construção, também um negócio viável²⁴.

Para Maison & Caiger, o aumento da comercialização e da monetização tiveram dois grandes efeitos: em primeiro lugar, permitiu um aumento, ainda que lento, no padrão de vida geral; em seguida, envolveu a produção local dos domínios e das vilas em um mercado nacional por meio da sua tendência à especialização em determinados produtos e do seu envio para Ôsaka, para serem distribuídos pelo Japão²⁵.

O aumento no comércio, ligado ao estabelecimento do *sankin-kôtai*, levou também ao desenvolvimento das vias de comunicação no país. Ainda que, a princípio, a viagem terrestre fosse regulada pelo *bakufu* por preocupação com segurança e controle, esses fatores passaram a ser secundários em relação às considerações econômicas. Com esses desenvolvimentos, a regulamentação das estradas passou a ser uma preocupação do governo e interferências privadas ou de domínios estavam fora de questão. Assim, ainda que boa parte dos postos de controle estivessem em território *fudai*, não estavam exclusivamente neles; isso constituía um ponto no qual a autoridade geral do *bakufu* se fazia valer sobre a autonomia local dos domínios, os quais não podiam erigir barreiras que interferissem no tráfego nacional, ainda que pudessem ter barreiras internas²⁶.

Com o grande crescimento comercial, no entanto, as vias terrestres se mostravam inviáveis para o transporte de grandes quantidades de produto para Ôsaka, principal centro distribuidor do Japão. Era, então, necessário realizar o transporte de forma indireta, de acordo com os acidentes geográficos. Os produtos eram levados primeiramente para o local mais próximo onde houvesse mercados estabelecidos, geralmente uma pequena cidade portuária; os mercadores tinham relações com os governantes regionais, muitas vezes também negociando suas próprias produções e fornecendo outros produtos. Dependendo do local de proveniência destes, podia ser necessário tomar novamente rotas terrestres, realizar cabotagem, utilizar-se de rios ou um pouco de cada um deles, a fim de que o carregamento chegasse a Ôsaka. A jornada mais complicada era aquela que vinha

²⁴ SANSOM, George. **A History of Japan: 1615-1867** (7. ed). Tóquio: Tuttle, 1990, p. 114.

²⁵ MASON, H.P.; CAIGER, J.G. **A History of Japan**. Tokyo: Tuttle, 1973, p. 185.

²⁶ JANSEN, Marius. **The Making of Modern Japan**. Londres; Harvard University Press, 2000, pp. 134-135.

do norte do país. Houve, assim, um desenvolvimento do transporte marítimo, com o surgimento de dois circuitos, um ocidental e um oriental.

O *Higashimawari* (circuito oriental) partia do nordeste, pela costa de Dewa, através do estreito de Tsugaru, indo então para o sul e chegando em Edo. Já o *Nishimawari* (circuito ocidental) ia pelo Sudoeste, pela costa do Mar do Japão e através do estreito de Shimonoseki, seguindo pelo mar interno até Ôsaka. Cada uma dessas viagens de ida e volta, além do tempo que os navios ficavam ancorados em razão da estação de tempestades, ocupava um ano inteiro²⁷.

1.3 – Relações exteriores e a questão do *Sakoku* 鎖国

No início do século XVII, quando chegaram à costa japonesa os ingleses e holandeses, portugueses e espanhóis já se encontravam por meio século realizando comércio com o Japão, ainda que sua tendência ao proselitismo religioso não fosse vista com bons olhos por Hideyoshi. Isso se deu dentro dos contextos da União Ibérica, da guerra entre essa Espanha unificada à Portugal contra a Inglaterra e a Holanda, e da questão entre Ieyasu e o filho de Toyotomi Hideyoshi, Hideyori, último fator no seu caminho para obter o controle incontestável sobre o governo japonês.

Com o governo de Ieyasu, houve tentativa de fortalecer o comércio marítimo japonês para limitar a dependência do país em relação aos estrangeiros, com rápida expansão nessa atividade; os japoneses estabeleceram entrepostos ao longo do sudeste da Ásia, em locais como Formosa, Macau, Molucas, Filipinas, Bornéu, Celebes, Java, Sião e a península Malaia. Além dos navios licenciados pelo *shôgun*, aqueles de outros países, como China e Portugal, exportavam e importavam para o Japão; havia ainda participação de alguns *daimyô* da região ocidental do Japão, como os Shimazu, Matsuura, Nabeshima e Ômura²⁸.

No que diz respeito ao cristianismo no Japão no século XVII, George Samson, tratando da questão dos editos anticristãos entre 1611 e 1614²⁹, considera que os mesmos não foram elaborados por Ieyasu em virtude de ter preocupações maiores relativas à Hideyori, ainda que a pregação religiosa dos portugueses e espanhóis, executada pelas ordens dos jesuítas e franciscanos, incomodasse tanto

²⁷ SANSOM, George. **A History of Japan: 1615-1867** (7. ed). Tóquio: Tuttle, 1990, p. 121-123.

²⁸ Ibid., p. 35.

²⁹ Ibid., pp. 35-40.

os *daimyô* como os membros de grupos religiosos japoneses. Um dos maiores opositores ao cristianismo teria sido o magistrado municipal de Nagasaki, Hasegawa, o qual perseguiu cristãos japoneses na sua região.

Com a chegada dos ingleses e holandeses, os quais não eram católicos e, por não possuírem a pressão de ordens religiosas, estavam dispostos a deixar a religião de lado ao fazer comércio, teve fim a dependência em relação aos países ibéricos no sentido comercial. Foi após a morte de Ieyasu, em 1616, que ações mais firmes foram tomadas contra o proselitismo cristão no Japão, nos governos de Hidetada e Iemitsu.

Em 1614, foi aprovado o edito de expulsão de missionários, com a maioria destes partindo do Japão; alguns, porém, permaneceram escondidos. Posteriormente, em 1616, um edito dirigido aos *daimyô* os exortava a prevenir que a população de seus territórios fosse convertida ao cristianismo. Entre os anos de 1618 e 1621, grande número de japoneses cristãos foi executado e, em 1622, o foram os primeiros estrangeiros; o auge da perseguição ocorreu no ano de 1625, empurrando para a obscuridade os cristãos que permaneciam.

Data também do ano de 1616 o início da política de reclusão do Japão. Pouco após a morte de Ieyasu, as viagens de navios japoneses licenciados pelo *bakufu* precisavam obter autorização especial do *rôjû*. Além disso, todos os navios estrangeiros, à exceção dos chineses, ficavam proibidos de entrar em outros portos senão Nagasaki e Hirado.

Em 1637, eclodiu uma grande revolta popular em Shimabara, próxima a Nagasaki, ocasionada pelo aumento de impostos na região em razão da construção de novo castelo. Ainda que não tenha sido uma revolta religiosa, houve grande participação de japoneses cristãos, o que motivou o edito de 1639 que proibia navios portugueses de entrarem no Japão.

A ordem que determinava o fechamento do Japão foi promulgada em 1635, dirigida ao magistrado municipal de Nagasaki. Entre os principais itens desta, temos³⁰ a proibição da saída de pessoas e navios japoneses para territórios estrangeiros, a ordem para a execução de japoneses que houvessem morado fora do país caso retornassem e a busca nos navios estrangeiros por missionários cristãos. Com o edito de expulsão dos portugueses, de 1639, os holandeses ocuparam o espaço deixado e

³⁰ LU, David John. **Sources of Japanese History**, Volume 1. Nova York: McGraw-Hill, 1974, pp. 216-217.

passaram a ser o principal (depois único) país ocidental a realizar comércio com o Japão.

Para Marius Jansen³¹, o que se poderia chamar de “comércio holandês” era, na realidade, “comércio asiático” e, majoritariamente, “comércio chinês”. Todo o sistema comercial japonês estava voltado para a compra de produtos chineses, chegassem eles ao Japão diretamente por mercadores chineses ou viessem por intermédio de holandeses ou coreanos. O Japão, porém, também possuía seus próprios mecanismos para realizar esses comércios apesar dos editos de exclusão.

Com a tomada de Ryûkyû 琉球 pelo *daimyô* de Satsuma em 1609, e através da manutenção de uma aparência de independência no arquipélago, era possível obter produtos chineses vindos diretamente da China. Outra rota de entrada dos produtos chineses no Japão era a ilha de Tsushima, cujo *daimyô* possuía monopólio do comércio com a Coreia.

A dinâmica comercial japonesa com o exterior não se manteve a mesma ao longo de toda a duração do *sakoku*. No século XVIII, durante o governo do *shôgun* Yoshimune, houve um esforço no sentido da “substituição de importações” em razão da fuga de metais como prata e cobre no comércio com o exterior. Passou-se, então, a estimular a produção de diversos itens comprados dos estrangeiros, como seda, açúcar e plantas medicinais, inclusive com a contratação de especialistas para colaborar com a iniciativa³².

A questão mais importante que fica é: até que ponto o Japão realmente era um “país fechado”, como inferido pelo termo *sakoku*? Pode-se dizer que a resposta à essa pergunta tem reverberação na própria narrativa da “abertura” do Japão em 1853. Antes de mais nada, o uso desse termo para se referir à política externa do Japão surgiu no século XIX, a partir da tradução de um acadêmico japonês do material escrito pelo alemão Engelbert Kaempfer no século XVIII³³.

O termo *sakoku*, então, seria uma criação ocidental, produto da visão dos mesmos sobre como essas questões deveriam ser tratadas no sistema internacional europeu e tendo em mente o padrão estipulado pelos países ocidentais no que concerne ao comércio exterior. Colocando essa questão dentro da nossa ótica

³¹ JANSEN, Marius. **The Making of Modern Japan**. Londres; Harvard University Press, 2000, pp. 86-89.

³² Ibid., p. 90-91.

³³ Ibid., p. 91.

contemporânea, a definição por parte de um governo dos termos pelos quais será estabelecido, em seu próprio solo, o contato com estrangeiros não é mais que o exercício da sua soberania. Colocar esses conceitos de forma acrítica dentro do contexto que este trabalho aborda seria anacronismo, mas é importante que se tenha em mente que o *sakoku* é uma visão do Ocidente sobre o Japão, apropriada posteriormente pelo próprio.

A questão que começa a surgir no final do século XVIII com a chegada dos russos ao norte do Japão, fruto da sua expansão pela Sibéria, poderia ser colocada como um problema da ausência de controle do governo central sobre suas fronteiras e como consequência do enfraquecimento da sua capacidade de fazer valer sua vontade sobre os outros *daimyô* do Japão.

1.4 – O século XIX

Ocidentais ao norte e sul

No final do século XVIII e primeira metade do século XIX, navegadores e exploradores ocidentais voltaram a aparecer na costa japonesa, primeiramente os russos e, depois, ingleses, franceses e estadunidenses.

Ainda que os primeiros contatos entre japoneses e russos datem do início do século XVIII, foi apenas no seu final que este se tornou frequente, na sequência da expansão russa pela Sibéria. Partindo do assentamento de Okhotsk, viagens foram feitas em intervalos entre 1721 e 1792, quando Adam Laxman, professor de história natural enviado em expedição pela imperatriz Catarina, avançou pelas ilhas Curilas. Laxman aguardou em Ezo por uma resposta de Edo, a qual trazia a necessidade de travar contato com o governo japonês como os holandeses, ou seja, através de Nagasaki; insatisfeito com a resposta, voltou para a Rússia. Esta então não tinha interesse em exercer pressão sobre o Japão, mas mantinha a vontade de estabelecer relações mais próximas.

A seguir, em 1804, Vasili Rezanov foi enviado como embaixador russo ao Japão através de Nagasaki portando uma carta do imperador Alexandre I, mas, embora bem tratado pelos japoneses, não conseguiu obter nada do governo e foi ordenado que se retirasse do país em março de 1805. Junto a dois subordinados,

inspirados por seu insucesso nas negociações, passaram a executar ataques sobre os domínios japoneses em Ezo e na ilha Sacalina em 1806, sem autorização do governo russo, e informaram que retornariam caso não fossem estabelecidas relações entre os dois países. Tais ataques, e a promessa de retorno, levaram o governo japonês a reforçar suas defesas nesses territórios. Não ciente do ocorrido, em 1811 o capitão Vasili Golovnin aproximou-se da ilha de Etorofu e, buscando estabelecer contato com os japoneses, foi preso em Hakodate. Embora tenha sido tratado com crueldade no início, estabeleceu relações de amizade com seus captores e, dois anos depois, após ser esclarecido que os ataques não tinham permissão do governo russo, foi solto. Em razão das Guerras Napoleônicas na Europa, a Rússia apenas voltaria a agir na região da Ásia Oriental na década de 1840.³⁴

É impossível tratar de qualquer assunto relacionado à Europa nos primeiros quinze anos do século XIX sem ter em mente o contexto das Guerras Napoleônicas, as quais trouxeram diversos desenvolvimentos que foram importantes ao longo do século. A questão principal aqui é que o resultado destas colocou a Grã-Bretanha como poder hegemônico na economia-mundo capitalista e foi após o término da Guerra que ela se lançou com ímpeto ao leste da Ásia.

Ainda em 1808, no entanto, alguns efeitos já foram sentidos no Japão. Estando a Holanda sob domínio francês e, concomitantemente, em guerra com a Grã-Bretanha, o navio *Phaeton* adentrou o porto de Nagasaki buscando por navios holandeses. Não encontrando o que procurava, exigiu suprimentos das autoridades japonesas antes de partir, sob ameaça de bombardear o porto. Embora o governador de Nagasaki quisesse resistir, suas defesas eram fracas e suas tropas, incompetentes. Acabou cedendo à exigência e, humilhado, suicidou-se no mesmo dia.³⁵

Esse evento precipitou o conhecimento sobre as guerras na Europa, então escondido pelos holandeses das autoridades japonesas, e estimulou o *bakufu* a estudar por conta própria o Ocidente. Teve início, assim, um esforço para conhecer melhor as coisas ocidentais e sua situação política; em Deshima, passou-se a estudar francês, russo e inglês. Essas línguas, por serem escritas horizontalmente, eram

³⁴ SANSOM, George. **A History of Japan: 1615-1867** (7. ed). Tóquio: Tuttle, 1990, pp. 202-204. JANSEN, Marius. **The Making of Modern Japan**. Londres; Harvard University Press, 2000, pp. 259-262.

³⁵ SANSOM, op. cit., pp. 204-205.

consideradas como aparentadas entre si pelos japoneses; da mesma forma, em razão da sua opinião sobre os ocidentais vestirem-se todos da mesma maneira, contrariamente aos japoneses, chineses e coreanos, existia a ideia de serem todos originários de uma única superpotência, mais perigosa exatamente em razão de os seus habitantes o negarem e dizerem ser originários de lugares diferentes.³⁶

Posteriormente, os britânicos continuaram as tentativas de estabelecer contato com os japoneses. Conscientes de que o centro do governo era Edo, buscaram uma aproximação mais direta, visitando o porto de Uraga em 1816, 1817 e 1818. Nesta última visita, antes de se retirarem sem conseguir o acordo de comércio que buscavam, alguém entre os marinheiros encontrou uma forma de distribuir edições da Bíblia em língua chinesa para a população local, as quais caíram nas mãos dos oficiais do governo; esse evento estabelecia conexões com o ocorrido em Shimabara, o que causou preocupação para o *bakufu*.³⁷

Na década de 1820, baleeiros europeus e estadunidenses passaram a frequentar as águas do Pacífico Norte, e trouxeram consigo a questão da demanda por suprimentos e refúgio em caso de necessidade. A presença deles deveu-se à diminuição na quantidade de baleias no Atlântico em razão da caça a estes animais, para a obtenção de sua carne e óleo; o Pacífico Norte, então, tornou-se o novo ponto para a realização dessa atividade.

Em 1823, na vila de Ôtsuhama, na parte norte do *han* de Mito, baleeiros britânicos desembarcaram em busca de suprimentos. Apesar do alarme causado, após ser definido o que eles queriam e que não apresentavam ameaça foram liberados, com a notificação da proibição de desembarque. Ainda que esse evento não tenha causado mais que uma agitação local, a seguir, em Tamashima, norte de Ryûkyû, ocorreu outro incidente com os britânicos. Desta vez, após solicitarem suprimentos, não ficaram satisfeitos com o que foi oferecido e buscaram roubar animais de criação sob a proteção de artilharia do navio; homens do *han* de Satsuma os atacaram em retaliação, matando um membro da tripulação antes que escapassem.

De forma a esclarecer sua posição em relação ao que deveria ser feito com os estrangeiros que aportassem no Japão, o *bakufu*, em 1825, transmitiu aos *daimyô*

³⁶ JANSEN, Marius. **The Making of Modern Japan**. Londres; Harvard University Press, 2000, pp. 264-266.

³⁷ TOTMAN, Conrad. **Early Modern Japan**. Berkeley: University of California Press, 1993, pp. 498-499.

instruções sobre como agir. Nestas, ficava estipulado que qualquer navio estrangeiro que se aproximasse da costa japonesa deveria ser alertado, por disparos de artilharia, para não aportar, não devendo ser perseguidos quando fugissem; caso insistissem e chegassem à terra firme, deveriam ser presos. O ponto mais forte nessa ordenação é que se deveria agir “sem pensar duas vezes” (*ninen'aku*), o que incluía mesmo os casos em que os estrangeiros estivessem em busca de suprimentos, de acordo com a política geral após o incidente com Golovnin.³⁸

Em relação a essa política de 1825, George Samson³⁹ escreve que essa mudança de atitude demonstrava uma falta de determinação por parte do *bakufu*, sendo evidência da falta de iniciativa que era característica do governo naqueles tempos. Já Conrad Totman⁴⁰ coloca a possibilidade de que essa política “linha-dura” possa ter sido colocada em ação como forma de combater o contato ilícito entre Satsuma e os estrangeiros, assim como de demonstrar sua resolução no que diz respeito ao combate ao cristianismo. Qualquer que fosse o motivo, continua, essa decisão trouxe falta de flexibilidade quanto ao tratamento dispensado aos navios estrangeiros em uma época de aumento constante da presença destes na costa japonesa.

A Grande Fome Tenpô 天保の飢饉, 1833-1837

Ainda que essa fome tenha sido, majoritariamente, um acontecimento da região norte, acabou por afetar todo o Japão, com muitas pessoas fugindo para as cidades, principalmente Edo, em busca de auxílio. Os principais pontos na resposta do *bakufu* a essa crise foram a inadequação das suas ações e seu foco na região de Edo-Ôsaka, deixando de lado as regiões mais seriamente afetadas, mesmo com diversos relatos de revoltas⁴¹, o que é indicativo do alcance do seu poder a época.

De forma semelhante ao que ocorreu na década de 1780, verões úmidos e frios arruinaram as colheitas da região nordeste; em 1833, enquanto a região de Tōkai apresentou 70% da sua safra normal, aquela teve apenas 35% no geral, com algumas áreas sofrendo perdas quase totais. Em 1836, até mesmo o Sudoeste do Japão sofreu

³⁸ TOTMAN, Conrad. **Early Modern Japan**. Berkeley: University of California Press, 1993, pp. 500-502.

³⁹ SANSOM, George. **A History of Japan: 1615-1867** (7. ed). Tóquio: Tuttle, 1990, p. 205.

⁴⁰ TOTMAN, op. cit., pp. 502-503.

⁴¹ Ibid., p. 512.

com o clima frio, com as regiões da borda do Mar Interno tendo safras de apenas 55% do normal; no país como um todo, a safra foi equivalente a 24% daquela de tempos normais⁴².

Ainda que não se possa responsabilizar o *bakufu* diretamente, sendo que os eventos tiveram origem em questões climáticas, um dos principais fatores na dificuldade de distribuição de grãos entre territórios e para as áreas necessitadas era o próprio sistema *bakuhan*. As dificuldades experimentadas culminaram na eclosão de grandes ondas de revolta popular, com os números mais conservadores indicando 465 contendias, 445 revoltas e 101 tumultos urbanos nos anos da era Tenpô; o auge dessas coincidiu com a quebra na safra de 1836⁴³.

Duas revoltas merecem destaque por terem sido orquestradas por *samurai*, ainda que tenham falhado, uma por Ôshio Heihachirô e outra por Ikuta Yoroku. O primeiro, *samurai* residente em Ôsaka, teve seus planos divulgados para membros do governo, conseguindo atear fogo nas residências de oficiais e mercadores, queimando um quarto das mesmas, antes de ter suas forças derrotadas; fugindo da cidade, voltou após alguns dias e, descoberto, realizou *seppuku* 切腹 antes de ser preso. Inspirado pelos seus feitos, os quais se espalharam pelo Japão, Ikuta, um *ronin* professor de *kokugaku* e morador de Kashiwazaki, em Echigo, inconformado com o descaso do governante da região quanto à situação da população, atacou o centro governamental da cidade com seus alunos; rapidamente reprimidos por forças policiais, Ikuta também optou pelo *seppuku* em vez de ser preso. Ainda que as revoltas não tenham atingido seu objetivo, elas tiveram o papel de alertar o governo para a necessidade de mudanças⁴⁴.

Reformas

No período Tenpô, poucos domínios iniciaram suas reformas antes de o *bakufu* estabelecer o precedente a ser seguido, sendo notáveis as iniciativas de Satsuma, em 1831, Mito, em 1832, e Chôshû, em 1838. Ainda que Mizuno Tadakuni tenha conseguido estipular algumas medidas no governo do *shôgun* Ienari, foi apenas

⁴² TOTMAN, Conrad. **Early Modern Japan**. Berkeley: University of California Press, 1993, p. 241.

⁴³ JANSEN, Marius. **The Making of Modern Japan**. Londres; Harvard University Press, 2000, p. 247.

⁴⁴ TOTMAN, op. cit., pp. 514-518.

após a morte deste, com Mizuno no comando do *rôjû*, que teve início a chamada Reforma Tenpô 天保の改革.

Tendo em mente os eventos que viriam a ocorrer na história japonesa, é possível ver a importância das reformas executadas nos domínios *tozama* de Satsuma e Chôshû. Ambos eram altamente integrados internamente e contavam com grande quantidade de *samurai*, o que favorecia medidas de coerção interna; também, ambos tinham acesso ao mar e a seus recursos, com Chôshû controlando o Estreito de Shimonoseki, por onde muito do comércio japonês passava, e Satsuma tendo sob seu domínio diversas ilhas ao sul de Kyûshû e Ryûkyû, por onde era possível comercializar indiretamente com a China.

A reforma em Satsuma começou com o problema de um débito de aproximadamente 5 milhões de *ryô* 両, o qual foi resolvido de forma agressiva sob a administração de Zusho Hiroto. Ao mesmo tempo que, através de estratégia, ateou fogo a todas as notas promissórias da dívida do *han*, acabando com a mesma, aproveitou-se da sua posição geográfica para aumentar seu comércio com a China através de Ryûkyû e estabelecer um quase monopólio sobre o cultivo de cana-de-açúcar, favorecido pelo clima; campos de arroz foram eliminados para dar lugar à sua plantação, fazendo com que a comida precisasse ser importada. Foram também estabelecidos monopólios sobre alguns produtos, como laca, cera, sementes de colza, açafrão e papel. Como resultado das medidas tomadas, no início da década de 1840, Satsuma apresentava um superávit que permitia o início do desenvolvimento militar do domínio.

Chôshû foi alvo de diversas revoltas no período entre 1831 e 1836, o que deixou clara a necessidade de mudanças no domínio, as quais vieram através de planejamento imposto por uma burocracia. Um dos órgãos do governo local, responsável por questões econômicas, foi direcionado para lidar com investimentos, projetos de aterramento e construção de portos, sendo a função destes atrair navios comerciais que passassem pelo Estreito de Shimonoseki. Por meio de seu planejamento sistemático, o domínio foi capaz de controlar a quantidade de comida disponível em cada uma das suas regiões internas; esse controle permitiu que pagasse suas dívidas e, posteriormente, estivesse em situação financeira estável⁴⁵.

⁴⁵ JANSEN, Marius. **The Making of Modern Japan**. Londres; Harvard University Press, 2000, pp. 252-253.

No caso de Mito, o centro da reforma estava na resolução de problemas fiscais. O domínio era então governado por Tokugawa Nariaki, uma das principais figuras políticas da sua época; para ele, o bem-estar do seu *han* não podia ser dissociado daquele do Japão, o que o estimulou a, durante a década de 1830, recomendar ações ao *bakufu* e o aconselhar. Como não conseguiu resultado nessa iniciativa, as reformas que intentava ficaram limitadas a seu território.

Mito trazia consigo alguns problemas inerentes. Sua localização geográfica era menos favorável que aquela de Satsuma e Chôshû, sendo uma região menos produtiva e estando fora dos principais circuitos comerciais do Japão. Ademais, Mito era *sanke* 三家, um dos três ramos principais da família Tokugawa e, como tal, tinha obrigações para com o governo que os *tozama* não tinham. Suas reformas tiveram início com medidasuntuárias não muito bem-sucedidas, com a retenção do estipêndio dos *samurai* como forma de “empréstimo” e tentativa de estabelecimento de monopólio em produtos como o papel e o tabaco; concomitantemente, buscavam expandir a estrutura econômica do domínio introduzindo produções como a de chá, laca, seda e vidro. Ainda, visando a aumentar a população rural, proibiram o infanticídio e pagaram aos vilões para terem mais filhos. Apesar dos esforços, as medidas não tivessem grandes resultados em virtude das condições climáticas da década de 1830.

Outras iniciativas perseguidas por Nariaki foram a expansão da educação, com o estabelecimento de escolas locais, e o incentivo ao estudo da medicina e conhecimento militar trazidos pelos holandeses. Buscou, ainda, colocar famílias de *samurai* de volta à terra, tirando-os de Edo e posicionando-os em regiões costeiras, onde poderiam colaborar com a defesa caso fosse necessário.

O fator militar, preocupação premente em razão da ameaça representada pelos ocidentais, também ocupou seus planos, em especial a questão de Ezo. Pleiteou junto ao *bakufu* o controle da região para desenvolvê-la, considerando que Matsumae não estava cumprindo adequadamente com seu dever para com a região e, após ser recusado diversas vezes, clamou para que o próprio governo a assumisse em vez de deixá-la sob a responsabilidade de vassalos. Ainda quanto à defesa, Nariaki sugeriu ao *bakufu* que retirasse a proibição à construção de navios de larga escala, incrementou as defesas do seu território, promoveu o treinamento e a organização militar, de forma a melhorar sua eficiência, e construiu novos

armamentos. Suas medidas e os constantes conselhos oferecidos ao *bakufu* acabaram por fazer com que este visse com desconfiança suas atividades⁴⁶.

Por sua vez, as reformas no *bakufu* tiveram início apenas em 1841, buscando renovar o governo de acordo com as linhas estabelecidas pelas reformas de *Kyôhō* e *Kansei*. Sua ideia seria restaurar uma organização ideal de frugalidade, produção e ordem⁴⁷. Samson⁴⁸ aponta que essas reformas eram primariamente políticas e econômicas, não sociais, reafirmando princípios tradicionais. Ainda que não houvesse discrepância entre o intentado por Nariaki em Mito e o ideal de Tadakuni, o primeiro, ainda que parabenizado por suas ações, foi instruído a permanecer em seu castelo por cinco anos em razão dos seus diversos conselhos não solicitados. Com Nariaki fora de Edo, Tadakuni iniciou seus esforços.

Suas primeiras medidas dirigiram-se aos vassalos do *shôgun*, instruindo-os a se reeducarem nas artes militares e literárias, seguindo o estipulado no primeiro item do *bukke shohatto*, e a retomarem o *sankin kôtai*. Outras incluem tentativas de quebrar o controle de oligopólios de comerciantes, diminuir os gastos com luxo, aumentar as reservas de arroz, reduzir os preços e manipular a moeda para obter renda para o tesouro. Assim como Sadanobu havia feito anteriormente, tentou promover o retorno dos camponeses que habitavam em Edo para suas terras.⁴⁹

Suas medidas encontraram oposição, pois tocaram em diversos interesses distintos. Totman⁵⁰ cita quatro problemas específicos trazidos por aquelas. A proibição dos monopólios nos domínios de *daimyô*, de forma a cortar a interferência no fluxo de bens para Edo, a qual aumentava os preços, perturbou diversos vassalos que perderiam parte de sua renda; uma peregrinação programada para o templo de Tokugawa Iyasu em Nikkô, cujos gastos dependiam de cobrança maior de impostos, criou insatisfação popular; buscando expandir a produção de comida em Kantô, planejou o desvio de um rio e a drenagem de um pântano, projeto que acabou envolvido em disputadas entre facções e denúncias de corrupção; por fim, para eliminar a confusão administrativa que permeava os arredores de Edo e aumentar o controle do *bakufu* na região, determinou que todos os territórios dentro de 10 *ri* 里 de distância de Edo, cerca de 40 quilômetros, fossem tomados em troca de terras em

⁴⁶ TOTMAN, Conrad. **Early Modern Japan**. Berkeley: University of California Press, 1993, pp. 220-225.

⁴⁷ Ibid., p. 530.

⁴⁸ SANSOM, George. **A History of Japan: 1615-1867** (7. ed). Tóquio: Tuttle, 1990, pp. 224-225.

⁴⁹ TOTMAN, op. cit., p. 530.

⁵⁰ Ibid., pp. 530-531.

outros lugares, o que desagradou diversos *samurai* que possuíam boa terra a uma boa distância da capital e outras cidades importantes. Em 1843, Tadakuni foi dispensado da direção do governo, embora tenha permanecido como uma figura importante por mais dois anos; ainda que algumas de suas medidas tenham sido seguidas pelos *han* nos dois anos que durou, a reforma teve pouco impacto no longo prazo.

Imperialismo europeu e notícias da China

O ópio britânico era produzido na Índia, sob os auspícios da coroa, e vendido para mercadores privados licenciados pela Companhia das Índias Orientais, os quais o vendiam na China; foi o único produto que encontrou grande mercado por lá, servindo para virar a balança comercial a favor da Grã-Bretanha, a qual anteriormente tinha déficit na sua relação comercial, em especial em virtude das grandes compras de chá chinês. Já no século XVIII, o comércio do ópio perturbava as autoridades chinesas pelo fator de disrupção social que seu consumo causava, e também em razão de que, embora ainda não tivessem consciência do fluxo mundial de metais preciosos envolvendo Japão, Europa e América Latina, percebiam como a quantidade de prata disponível para o comércio interno estava diminuindo.

Em 1834, a coroa britânica deu fim ao monopólio da Companhia das Índias Orientais no comércio com a China; isso trouxe um elemento de incerteza para as relações comerciais sob o chamado “sistema de Cantão”, estabelecido em 1757, pois o envio de um oficial da coroa britânica para lidar com as questões comerciais colocava em questão uma relação não mais entre comerciantes individuais, mas entre dois governos. Para os chineses, negociar sob o princípio da igualdade colocava em xeque parte da sua própria legitimidade, baseada na sua superioridade sobre todos os outros governantes e aceitando relações apenas sob o sistema de tributo.

No governo chinês, havia dúvida sobre como agir quanto ao comércio de ópio, com visões tanto para a proibição quanto para a liberação. Finalmente, a primeira proposta saiu vencedora e, em 1839, o imperador Daoguang 道光 enviou um comissário imperial, Lin Zexu 林则徐, para Cantão, onde forçou os comerciantes a entregarem seus estoques de ópio, ação que precipitou a guerra. Ainda que não se possa dizer que esta foi travada para assegurar o comércio do ópio, o qual crescia por

si só, tinha como objetivo garantir que o governo chinês aceitasse os termos ocidentais no que concerne às relações entre os países e a privilégios comerciais.

Mapa 4 – Portos e territórios incluídos em tratados com o Ocidente no século XIX

A guerra, que se estendeu de 1839 a 1842, foi vencida pelos britânicos, inaugurando o que os chineses chamam de “Século de Humilhação Nacional” 百年国耻. Como consequência da derrota, estes tiveram de assinar o Tratado de Nanjing, primeiro dos chamados Tratados Desiguais, pelo qual, além de ficarem comprometidos a pagar uma indenização para os britânicos, tiveram de aceitar o princípio da extraterritorialidade, o fim dos monopólios e a aplicação de tarifas mais baixas sobre produtos britânicos de acordo com a ideia de “nação mais favorecida”. O tratado definia, ainda, a cessão de Hong Kong e a abertura de mais quatro portos chineses ao comércio, além daquele de Cantão: Xiamen, Fuzhou, Ningbo e Shanghai. Em 1844, a França, sob o Tratado de Whampoa, obteve os mesmos direitos que a Grã-Bretanha.⁵¹

Ao assumir de fato o governo japonês, em 1841, Mizuno Tadakuni ficou impressionado com as notícias que recebeu da Guerra do Ópio, passando a considerar a possibilidade de o Japão ser atacado por frotas estrangeiras num futuro próximo; para enfrentar tais perigos, julgava necessário pôr o governo japonês sobre uma base firme, estando essas ideias presentes no que intentou com a Reforma Tenpô.⁵²

Ao contrário do período que o precedeu, os anos entre 1843 e 1852 foram de relativa tranquilidade interna; no entanto, a presença cada vez maior de estrangeiros nas águas japonesas em virtude do acesso que obtido na China após a Primeira Guerra do Ópio não permitiu ao governo japonês tirar proveito da situação. Duas ocasiões de visitas ocidentais merecem destaque: a do navio holandês *Palembang*, em 1844, trazendo uma carta do rei Guilherme II⁵³ e, em 1846, a de navios de guerra franceses e estadunidenses em busca do estabelecimento de relações formais.

A carta do rei holandês era um aviso, com sutil toque de ameaça. Dizia que os ingleses se preparavam para ir ao Japão com a intenções comerciais e, caso o Japão falhasse em cumprir sua vontade, poderia ver-se vítima do mesmo destino que acometeu a China. Para evitar que isso acontecesse, deveriam aceitar ajuda da Holanda em troca de expansão na relação entre os dois países. A chegada dessa carta, porém, deu-se durante o período de confronto entre Tadakuni e seus rivais, com

⁵¹ FAIRBANK, John. **China**: a new history. Harvard: Harvard University Press, 1998, pp. 198-203.

⁵² SANSOM, George. **A History of Japan**: 1615-1867 (7. ed). Tóquio: Tuttle, 1990, pp. 225-226.

⁵³ Ou William II, conforme a nomenclatura em língua inglesa.

ninguém querendo tomar decisões sobre temas tão complicados. Assim, preferiram evitar o problema, assegurando que uma resposta seria escrita e pedindo a partida do navio. Foi apenas em 1845, já com Abe Masahiro no controle do governo, que uma resposta foi providenciada, recusando o estabelecimento de relações sob a justificativa de ser esta a lei ancestral do país.

A segunda ocasião digna de nota ocorreu quase simultaneamente, no verão de 1846. A partir de Ryûkyû, os franceses solicitavam permissão para realizar comércio naquele local; por sua vez, os estadunidenses ancoraram em Uraga, por onde buscaram acesso aos portos japoneses. O primeiro pedido foi mais complicado, pois o Japão não possuía autoridade formal sobre Ryûkyû, estando o território sob a tutela do *han* de Satmusa; este, então, foi instruído a lidar com a situação pacificamente, ainda que isso viesse a levar ao estabelecimento de comércio com os franceses na região. O outro caso foi mais simples, tratando-se de pedido semelhante ao dos holandeses, sendo recusado da mesma forma.

Nos anos que se seguiram, nenhum país voltou a insistir na abertura japonesa aos países estrangeiros. Entretanto, a presença ocidental estimulou os debates e as tentativas de melhorar as defesas nacionais.

Acredito que o principal ponto a se considerar no que concerne a questões militares no Japão Tokugawa é a dicotomia interno/externo. Ao mesmo tempo que a necessidade de se preparar militarmente para a possibilidade de investidas ocidentais por meio de obras defensivas, aquisição de armamentos e treinamento de pessoal era amplamente aceita, o *bakufu* temia estar também armando seus futuros opositores. Assim, iniciativas locais eram comumente impedidas de ser continuadas em função do receio de fortalecimento local em detrimento daquele do governo central; no entanto, mesmo quando o governo as incentivava, ou ao menos não intervinha, faltavam recursos para pôr em prática as políticas de fortalecimento.

Sendo o Japão um arquipélago, as principais preocupações nesse sentido eram direcionadas à costa e ao mar, com construção e melhora das defesas costeiras. Os *daimyô* de Kyûshû – mais próximos ao perigo ocidental vindo da China, de Nagasaki e do *rangaku* (“estudos holandeses”, ou seja, ocidentais) – eram os menos empobrecidos e com maior tradição militar, sendo mais interessados em armamentos de estilo ocidental, tentando inclusive a produção de canhões em estilo europeu. Foi apenas em 1848 que o *bakufu* autorizou o uso de táticas militares ocidentais e, em 1850, concordou em supervisionar a construção de navios de guerra.

A questão da defesa e, concomitantemente, dos ocidentais, trouxe também discussões políticas ao governo, sendo as duas principais figuras nestas Tokugawa Nariaki e Abe Masahiro.

Nariaki, após ser retirado de Edo por Mizuno Tadakuni, pôde dar maior ênfase no seu projeto de reforma local, o que agravou sua situação com o governo central. Sendo o fortalecimento do seu território considerado suspeito e com o apoio de facções locais, em 1844, o *bakufu* exigiu que se aposentasse em favor do seu filho, Yoshiatsu, então com 12 anos, e foi colocado em prisão domiciliar; o governo ficou então sob a regência de três *daimyô* aparentados e apoiados por ele, sendo os partidários de Nariaki retirados de seus cargos.

Ao chegar ao governo e ver-se acometido pela necessidade dos trabalhos de melhoria das defesas, Abe Masahiro percebeu ser necessário o apoio de Nariaki; uma das razões para tal era a corte imperial, a qual estava alarmada pelo aumento da presença de navios estrangeiros na costa japonesa. Trabalhando aos poucos, em 1852, Abe conseguiu levar Nariaki de volta ao controle de Mito; a boa relação com o *daimyô* era vantajosa para o governo central, pois aquele tinha grande reputação entre os senhores.

Também em 1852, os holandeses entregaram aos japoneses uma carta informando sobre a iminência da visita de uma delegação dos Estados Unidos no ano seguinte. Não sendo a primeira vez que eram alertados para tal questão e considerando que nas ocasiões anteriores a chegada dos estrangeiros não se materializou, não foram tomadas medidas nesse sentido.

CAPÍTULO 2 – O NATIVISMO JAPONÊS

De forma geral, o termo “nativismo” engloba concepções presentes tanto no *Kokugaku* 国学⁵⁴ quanto no *Mitogaku* 水戸学. Tratando-se de conjuntos de ideias surgidas como respostas a questões específicas japonesas, ou seja, partindo de condições materiais específicas, e na busca da “recuperação” de um legado nativo, em oposição a ideias de origem estrangeira, teve grande influência durante o final do período Tokugawa. Pretendo, assim, abordar aqui seu surgimento, desenvolvimento e principais ideias através do foco em seus expoentes.

Para além das aqui trabalhadas, outros conjuntos de ideias também são importantes no período: o Confucionismo, em especial em sua versão neoconfuciana, e o *Rangaku* 蘭学, literalmente “estudos holandeses”, mas que, com o tempo, veio a denominar os estudos das coisas ocidentais como um todo. Ainda que aspectos importantes para o todo do arcabouço intelectual japonês, prefiro abordá-los apenas na medida que cruzam com aspectos do nativismo, em vez de pretender a abordagem de toda a história intelectual da época.

Aquele que considero o aspecto mais interessante do pensamento nativista é aquilo chamado por Maruyama⁵⁵ de “protonacionalismo japonês”, um sentimento de “japonicidade” que se desenvolve nas elites a partir dos estudos nativistas, com ênfase na superioridade do Japão enquanto território físico por ser a terra natal dos deuses e dos japoneses enquanto povo por pertencerem àquela terra e serem descendentes de divindades. Uma breve discussão sobre o tema será feita ao final do presente capítulo.

⁵⁴ Na introdução, levanto o problema da tradução deste termo e as escolhas que fiz quanto a ela.

⁵⁵ MARUYAMA, Masao. **Studies in the intellectual history of Tokugawa Japan**. Princeton: Princeton University Press, 1989.

2.1 – Os primeiros formuladores

Ambos, *Kokugaku* e *Mitogaku*, serviram-se em suas elaborações da forma religiosa tradicional japonesa chamada de *shintô* 神道; a discussão sobre aquelas não pode ser de fato separada dessa sem grande perda em inteligibilidade. Desse modo, vejo como necessário iniciar este capítulo abordando o *shintô* a partir de uma pergunta: qual era a sua situação no século XVII?

Ao contrário do que pode parecer para quem estuda a história japonesa, com tanta ênfase no Budismo e no Confucionismo tanto em nível intelectual quanto de influência política, o *shintô* não surge através de um “renascimento”, vindo de uma situação moribunda para alcançar o impacto que teve no século XIX. Pelo contrário, elementos que, posteriormente, foram abarcados por esse termo sempre existiram, ao menos no que concerne ao nível local.

Uma imagem bastante vívida da posição destes na vida japonesa nos é apresentada por De Bary⁵⁶ em sua coletânea de fontes históricas. Ainda que, ao longo da história japonesa, não tenha existido vitalidade intelectual como nas tradições de origem estrangeira, sua presença se fazia sentida na vida do povo em nível mais básico, com a vida das pessoas sendo organizada ao redor de dois templos, um para o antepassado da família local mais importante e outro para o criador ou antigo dono da terra em si.

Os templos também marcavam presença em locais de certa beleza paisagística natural, como sobre morros, às margens de rios ou lagos ou em bosques espalhados por todo o Japão. Nesses locais, geralmente havia espaço suficiente para a realização de eventos recreativos em épocas de festivais, organizados pelos sacerdotes dos templos ou, mais frequentemente, sacerdotisas.

Sendo a parte central da comunidade em que se encontrava, a prosperidade de um templo era vinculada à do outro tanto no campo cultural quanto no econômico. Havia também rivalidades amistosas entre diferentes comunidades, as quais realizavam competições durante as festividades.

Considerando as palavras acima, podemos desenhar o seguinte cenário para os elementos do Japão do século XVII que vieram a compor o *shintô*: tratava-se

⁵⁶ DE BARY, Theodore; TSUNODA, Rysaku; KEENE, Donald (Ed.). **Sources of Japanese Tradition**. Nova York: Columbia University Press, 1958, p. 506.

de crenças de cunho popular, sem tradição intelectual ou literária, intimamente ligada à vida cotidiana e aos ritmos naturais, parte importante da unidade comunitária entre seus membros; mesmo no que concerne aos membros de outras comunidades, por seguirem tradições semelhantes seriam parte de um todo comum. Ainda que não se possa falar então em nacionalismo, as comunidades centradas nessas tradições ofereciam à sua população um senso de pertencimento e uma identidade cultural.

Foi exatamente nesse período, o primeiro século de governo Tokugawa, que a ideia de *shintô* começou a surgir na arena intelectual, construída por pensadores ligados à ortodoxia neoconfuciana empregada na legitimação do regime. Ao contrário do Budismo, ao qual se opunham, o *shintô* reunia um conjunto nativo de crenças que não desafiavam a ordem social que os intelectuais desejavam construir e manter.

Foi também no século XVII que o Neoconfucionismo de Zhu Xi 朱熹, até então estudado principalmente pelo clero budista, passou a ser usado de forma secular por pensadores como Fujiwara Seika 藤原惺窩 (1561-1619) e Hayashi Razan 林羅山 (1583-1657), os quais formaram, com patrocínio do *bakufu*, uma academia para poder estudá-lo e difundi-lo. Por suas características, como a ênfase na hierarquia social e no papel individual para o funcionamento da sociedade, passou a ser a doutrina oficial do estado japonês do período Tokugawa. “No fim do século [XVII], a *intelligentsia* do Japão havia feito grande progresso em legitimar o regime, justificar o privilégio dos *samurai*, naturalizar o pensamento confuciano e elucidar o legado nativo”⁵⁷.

Não havia, no entanto, uma adoção irrestrita das ideias chinesas; os pensadores japoneses precisavam adaptar aquilo que liam de acordo com seus próprios propósitos. Em particular, era necessário para eles reestruturar o conceito que definia a China como fonte e centro da civilização e o Japão como parte da periferia “bárbara”. Foi realizado muito esforço no sentido de harmonizar ou integrar essas ideias com a tradição intelectual japonesa.

Uma das figuras mais importantes na história intelectual japonesa foi Ogyû Sorai 荻生徂徠 (1666-1728), o qual buscou interpretar o legado confuciano para a era presente e acabou lançando o maior desafio às ideias do Neoconfucionismo oficial; deixando de lado as interpretações deste, produto da dinastia Song (960-1279), voltou

⁵⁷ TOTMAN, Conrad. **Early Modern Japan**. Berkeley: University of California Press, 1993, p. 168.

seus os olhos para a literatura confuciana antiga, de onde teve origem o nome dado à sua escola, *Kogaku* 古学.

Ainda assim, Sorai tinha o que foi considerado por pensadores posteriores um excesso de devoção ao pensamento chinês. Nas palavras de Totman⁵⁸,

alguns estudiosos continuaram a trabalhar na naturalização do pensamento chinês. Com o passar das décadas, porém, eles foram confrontados por um número cada vez maior de estudiosos do pensamento nacional (*kokugaku*) que insistiam [...] que o pensamento “chinês” era estrangeiro e indigno, e deveria ser repudiado de forma que uma visão de mundo e um sistema de valores puramente japoneses pudesse prevalecer.

Kada no Azumamaro

Inspirado por Sorai e sua ideia de reexame dos clássicos chineses, aquele que podemos ver como a figura que deu início à tradição do *kokugaku* foi Kada no Azumamaro 荷田春満 (1669-1736), um sacerdote *shintô* da região de Kyôto, o qual peticionou ao *shôgun* Yoshimune, em 1728, pelo apoio na criação de uma escola para o “estudo das coisas japonesas”, como literatura e poesia. Sua petição⁵⁹ não ia contra a ortodoxia então praticada, neoconfuciana; foi, inclusive, escrita em estilo chinês e utilizou de princípios confucianos a seu favor.

Sua argumentação dizia respeito ao abandono que via em relação às coisas nacionais; mesmo aqueles que, ao menos em teoria, ocupavam-se de coisas japonesas como o *shintô* ou a poesia *waka* 和歌, o faziam através de uma ótica estrangeira, chinesa ou budista. Sua solicitação ao *shôgun* foi feita de forma bastante clara: “que me seja dado um pedaço tranquilo de terra em Kyôto, onde eu possa abrir uma escola para estudos da Terra Imperial.⁶⁰” Após descrever os benefícios que os estudos dos clássicos japoneses trariam para o povo em geral, destaca dois deles: “O

⁵⁸ TOTMAN, Conrad. **Early Modern Japan**. Berkeley: University of California Press, 1993, p. 351.

⁵⁹ KADA apud DE BARY, Theodore; TSUNODA, Rysaku; KEENE, Donald (Ed.). **Sources of Japanese Tradition**. Nova York: Columbia University Press, 1958, pp. 510-514.

⁶⁰ Ibid., p. 512.

Man'yôshû 万葉集 é a pura essência do temperamento nacional. [...] O *Kokinshû* 古今集 é a mais fina flor das antologias.⁶¹

No final do texto, explicita aquilo que pretendia fazer⁶²:

Se há algo com que posso reivindicar alguma familiaridade, é com a explicação das palavras. [...] Se as palavras não forem compreendidas, os antigos significados não serão claros. Se os antigos significados não forem claros, o antigo conhecimento não reviverá. [...] A perda não será pequena caso deixemos de ensinar filologia. [...] Acredito humildemente que a ascensão ou queda do conhecimento japonês depende da aceitação ou recusa sobre esse plano.

Como a literatura e o pensamento japoneses encontravam-se “contaminados” desde há muito pelas ideias estrangeiras do Confucionismo e Budismo, Kada voltou-se para as obras que considerava mais puramente japonesas, duas coletâneas de poesias: a primeira composta no século VIII (*Man'yôshû*) e a segunda, no início do século X (*Kokinshû*). O que é possível de se perceber nesta escolha é que ele considerava que, ao contrário de outras formas literárias marcadas por influência externa, como seria o caso das historiografias em estilo chinês, a poesia antiga não havia escapado a tal ação. Sua escolha pela literatura como forma de captar a essência japonesa será seguida por autores posteriores em sua tradição de estudos.

Kamo no Mabuchi

Ao contrário de Azumamaro, cujo texto data de quase quarenta anos antes, Kamo no Mabuchi 賀茂真淵 (1697-1769) escreveu sua petição⁶³ ao *bakufu* em japonês, a qual foi entregue em 1765. Também em contraste com seu predecessor,

⁶¹ KADA apud DE BARY, Theodore; TSUNODA, Rysaku; KEENE, Donald (Ed.). **Sources of Japanese Tradition**. Nova York: Columbia University Press, 1958, p. 513.

⁶² Ibid., p. 514.

⁶³ KAMO apud DE BARY, Theodore; TSUNODA, Rysaku; KEENE, Donald (Ed.). **Sources of Japanese Tradition**. Nova York: Columbia University Press, 1958, pp. 515-520.

seu escrito trazia ataques ao pensamento chinês expresso pelo Confucionismo e a suas ideias sobre o governo.

Logo no início de seu texto, em parte escrito como se recontasse um diálogo com outra pessoa, já deixava claros alguns dos tópicos a serem discutidos e o ponto de vista que procurava construir:

Alguém comentou comigo “Eu não presto atenção a ninharias sem importância como a poesia japonesa; o que me interessa é o Caminho Chinês de governar uma nação.” [...] Eu respondi “Gostaria de ouvir se o conhecimento confuciano chinês realmente ajudou um país a ser governado com sucesso.” Ele citou imediatamente os casos de Yao, Shun, Xia, Yin, Zhou [da antiguidade chinesa]. Perguntei se não havia exemplos posteriores, mas ele me informou que não havia.⁶⁴

Para Kamo, além das ideias do pensamento chinês serem antigas e inadequadas para tempos posteriores, seus seguidores também trariam consigo certo grau de “hipocrisia”, por assim dizer. “[...] não obstante o fato de o país deles encontrar-se despedaçado por séculos de agitações e nunca ter sido realmente bem administrado, eles acham que podem explicar com seu Caminho de Confúcio os princípios para se governar o mundo todo.”⁶⁵ O Japão, por outro lado, antes da chegada das doutrinas estrangeiras, era governado de acordo com as leis naturais do Céu e da Terra.

Ponto importante no seu pensamento, e com influência posterior, Kamo desprezava o excesso de racionalização do pensamento chinês, mas sua crítica não era direcionada a este como um todo; percebia virtude, por exemplo, em Laozi 老子. Sua argumentação contra o Confucionismo e sua influência põe sobre ele mesmo a culpa pelos males que afetaram o Japão durante sua antiguidade, como rebeliões e disputas entre diferentes cortes.

O Japão, anteriormente ao Confucionismo, teria seguido naturalmente o Caminho da Era dos Deuses; este, por ser nativo ao Japão, permitiu que os imperadores antigos alcançassem prosperidade cada vez maior. Porém, da mesma

⁶⁴ KAMO apud DE BARY, Theodore; TSUNODA, Rysaku; KEENE, Donald (Ed.). **Sources of Japanese Tradition**. Nova York: Columbia University Press, 1958, p. 515.

⁶⁵ Ibid., p. 516.

forma que o primeiro levou a China à desordem, teve o mesmo efeito no Japão. “Algumas pessoas falam mal do Budismo, mas, já que é um ensinamento que torna as pessoas estúpidas, não representa grande mal; afinal de contas, governantes não prosperam a menos que o povo seja estúpido⁶⁶”. Essa alegada estupidez, ainda que de acordo com as ideias de Laozi sobre os perigos que o conhecimento e a inteligência podem trazer à sociedade, foi motivo de apreensão para pensadores posteriores.

Ao contrário do racionalismo confucionista, Kamo valorizava a poesia japonesa, pois ela “tem como seu objeto o coração humano”⁶⁷. Por mais que pareça não ter utilidade, é quando ela é bem conhecida que se pode entender, sem a necessidade de explicações, as razões que governam o mundo.

Outra crítica quanto ao conhecimento recebido da China estava na questão da escrita. Ainda que de forma exagerada nos pontos negativos, sua argumentação levanta questões que viriam novamente à tona em vários países asiáticos, adeptos da escrita logográfica ou não latina. Em comparação com os caracteres da Índia ou da Holanda, considera a escrita chinesa um grande incômodo em função de sua complexidade.

Por fim, um trecho a se pensar:

Assim como o Sol, a Lua e as estrelas sempre estiveram no céu, nosso Sol e Lua imperiais e seus súditos, as estrelas, sempre existiram sem mudanças desde os dias antigos e governaram este mundo de forma justa. No entanto, alguns patifes surgiram e, como resultado, o imperador foi diminuído em seu poder e seus súditos também decaíram. É na *Era dos Deuses* que podemos obter conhecimento sobre isso. Para descobri-lo, devemos examinar cuidadosamente as palavras e pensamentos da poesia antiga e, assim, ver mais claramente a escrita antiga.⁶⁸

Para o autor da coletânea aqui usada, este trecho, no qual não se identifica quem seriam os “patifes” que usurparam o poder do Estado, refere-se provavelmente à família Fujiwara 藤原, a qual deteve o poder *de facto* no Japão por quase três

⁶⁶ KAMO apud DE BARY, Theodore; TSUNODA, Rysaku; KEENE, Donald (Ed.). **Sources of Japanese Tradition**. Nova York: Columbia University Press, 1958, p. 517.

⁶⁷ Ibid., p. 517.

⁶⁸ Ibid., p. 520.

séculos. Mas, considerando o contexto em que escrevia, vejo este trecho também como passível de ser interpretado como uma crítica velada ao próprio *bakufu*. Na prática, o *shôgun* também “usurpou” um poder que deveria pertencer ao imperador, ainda que, em teoria, seja nomeado para exercer suas funções.

Seja como for, seu ponto, como o de Kada no Azumamaro, era a necessidade de se deixar de lado o excesso de zelo até então devotado às coisas chinesas em detrimento das japonesas. O verdadeiro Caminho não estaria no excesso de racionalização, de estilo confuciano, mas sim no coração humano conforme expresso na poesia antiga e no viver natural das pessoas, que seguiam esse Caminho instintivamente, como acontecia na antiguidade pela qual ele clama. É para recuperá-lo que se torna essencial o estudo das coisas antigas.

Motoori Norinaga

Como Ogyû Sorai antes dele, Motoori Norinaga 本居宣長 (1730-1801) buscava nos textos do passado o material para realizar a crítica do tempo presente com o intuito de reformá-lo. Entretanto, considerava que os japoneses deveriam estudar os materiais produzidos por nativos e não estrangeiros, tendo sua atividade caráter filológico, literário e religioso. Essa forma de pensamento, com ênfase no estudo do material intelectual e artístico produzido no próprio Japão, recebeu o nome de *Kokugaku* 国学.

Norinaga voltou-se para as obras mais antigas da literatura japonesa em busca do que se poderia chamar de uma cultura “pura”, sem influências estrangeiras; considerou ter encontrado o que buscava em obras como o *Kojiki* 古事記, coletânea de mitos, lendas, canções e narrativas históricas composta no século VIII, o *Nihongi* 日本紀 (ou *Nihon Shoki* 日本書紀), composto de crônicas históricas e mitológicas, e o *Genji Monogatari* 源氏物語, obra literária do século XI.

Ele encontrou nessas obras o que glorificava como valores centrais do povo japonês: uma compreensão emocional, empática, dos outros e a habilidade intuitiva de distinguir o bem do mal sem racionalização

complexa. Ele exaltava o *shintô* como uma tradição de pensamento que postula um *continuum* gradual dos humanos aos deuses.⁶⁹

Entre suas principais ideias, temos a sacralidade do território japonês e sua primazia em relação aos outros países e a incapacidade humana de compreender diversas questões pelo uso da razão. Muito de seu pensamento será encontrado de forma mais incisiva nas ideias posteriores de Hirata Atsutane.

Uma das principais características do pensamento de Norinaga é o fato de ele considerar que tanto o *Kojiki* 古事記 quanto o *Nihongi* 日本紀, obras referentes ao passado japonês, são literalmente verdadeiros em seu conteúdo e compostos de fatos históricos. Dois trechos expressam melhor essa ideia: “Os relatos registrados nessas duas escrituras são claros e explícitos e não apresentam qualquer motivo para dúvida.”⁷⁰; “Que a Deusa-Sol é o sol no céu é claro a partir dos registros do *Kojiki* e do *Nihonji*. Se isso está além de qualquer dúvida, não seria a pessoa que levanta objeções que é obstinada?”⁷¹.

Sua forma de discutir tem toques do que poderíamos chamar por “teológico”, argumentando pela incapacidade do intelecto humano em compreender as ações divinas sempre que se lhe são apresentadas questões difíceis. Em dos argumentos mais curiosos, lê-se: “Há quem diga que os registros [記] são fabricações de soberanos posteriores, mas quem fabricaria coisas que soam tão rasas e difíceis de acreditar?”⁷². A própria fraqueza do material se torna, para Norinaga, argumento a comprovar sua veracidade.

Em sua concepção, o Caminho é um só, sendo apenas no Japão que ele foi transmitido de forma correta; nos outros países, ainda que presente no início, perdeu-se com o tempo e se corrompeu. “O caminho dos países estrangeiros não é mais o Caminho Correto, assim como os galhos da árvore não são o mesmo que sua raiz”⁷³. Foi esquecido, assim, o ato divino da criação, criticando os chineses por suas

⁶⁹ GORDON, Andrew. **A Modern History of Japan**: From Tokugawa to Present Times. Oxford; Oxford University Press, 2003, p. 43.

⁷⁰ MOTOORI apud DE BARY, Theodore; TSUNODA, Rysaku; KEENE, Donald (Ed.). **Sources of Japanese Tradition**. Nova York: Columbia University Press, 1958, p. 522.

⁷¹ Ibid., p. 524.

⁷² Ibid., p. 524.

⁷³ Ibid., pp. 520-521.

tentativas de explicar pelo intelecto os princípios naturais, por meio do *yin-yang* 阴阳, dos hexagramas e do *Yijing* 易经 (Livro das Mutações).

O Japão, no entanto, em virtude do seu lugar especial como terra natal da Deusa-Sol, esta possuindo papel central nas ideias de Norinaga, manteve intacta a tradição da Era Divina, a qual “foi correta e claramente transmitida em nosso país”⁷⁴. Também por aquela razão, “[...] nosso país é a fonte e manancial de todos os outros países, e em tudo excede aos outros”⁷⁵.

Nossa Terra Imperial em particular é superior ao resto do mundo na posse da correta transmissão do Caminho antigo, que é aquele da grande Deusa que lança sua luz sobre todo o mundo. [...] nossa Terra Imperial é a terra na qual a Deusa Que Brilha No Céu nasceu e onde seus descendentes reinam supremos; assim, ela é superior a todos os outros países e não pode ser considerada como igual.⁷⁶

Como referido na citação acima, outro ponto que atestaria a superioridade japonesa em relação aos outros países seria a linhagem imperial. Essa, e há aqui outra crítica à China, é considerada como descendente da própria Deusa-Sol e sua continuidade ininterrupta ao longo da história registrada seria outro fator a testemunhar a favor do Japão.

Que nossa história não se tenha desviado das instruções do mandato divino traz testemunho da infalibilidade de nossa antiga tradição. Também se pode ver a razão pela qual países estrangeiros não podem igualar-se ao nosso e o que se quer dizer pela disposição especial de nossa terra. Os países estrangeiros expõem seus métodos, cada um agindo como se apenas o próprio fosse verdadeiro. Mas suas linhas dinásticas, básicas para sua existência, não continuam; elas mudam frequentemente e são bastante corruptas. Assim, é possível supor que tudo o que dizem é falso e não há base factual para eles.⁷⁷

⁷⁴ MOTOORI apud DE BARY, Theodore; TSUNODA, Rysaku; KEENE, Donald (Ed.). **Sources of Japanese Tradition**. Nova York: Columbia University Press, 1958, p. 523.

⁷⁵ Ibid., p. 523.

⁷⁶ Ibid., pp. 528-529.

⁷⁷ Ibid., p. 523. Grifo meu.

Também em seu pensamento havia crítica ao racionalismo chinês, pois foi após sua introdução no Japão que se começou a duvidar da veracidade dos relatos japoneses. “O povo na antiguidade nunca tentou racionalizar os atos dos deuses com sua própria inteligência, mas as pessoas de épocas posteriores, influenciadas pelos chineses, tornaram-se viciadas em racionalismo. Eles parecem sábios, mas são na verdade bastante tolos em sua suspeita e ceticismo”⁷⁸.

Nas ideias de Norinaga, é possível ver que ele levou um passo à frente as de seu antecessor e mestre intelectual, Kamo no Mabuchi. Mais do que apenas posicionar o Japão em separado da China e de seu pensamento, temos aqui a ideia da *superioridade japonesa* em relação não só à China (ainda que principalmente a ela), mas a todos os outros países em função da sua origem divina. Não é aqui que temos o início do uso político dessas ideias, mas sim o embasamento intelectual que desabrochou posteriormente.

Para Totman⁷⁹, seria possível ver os propósitos do *kokugaku* sob dois aspectos. O primeiro, negativo, seria uma tentativa de “desnaturalizar” o Confucionismo, poder-se-ia dizer mesmo torná-lo estrangeiro novamente, e desacreditar a ideia de superioridade cultural chinesa. O segundo aspecto, positivo, seria a articulação de ligações entre o passado mitológico, a história escrita da aristocracia e a vida cotidiana do povo comum, processo em que se criou a base ideológica para a consciência nacional futura.

2.2 – Politização do pensamento

As duas personagens que trouxeram para a arena política o conjunto de ideias com o qual trabalhavam foram Hirata Atsutane 平田篤胤 (1776-1842), no campo do *Kokugaku*, e Aizawa Seishisai 会沢正志斎 (1782-1863), do *Mitogaku*. Ambos foram autores do início do século XIX, quando o grande problema nacional japonês passou a ser os estrangeiros ocidentais, e foi com essa questão em mente que escreveram suas respectivas obras.

⁷⁸ MOTOORI apud DE BARY, Theodore; TSUNODA, Rysaku; KEENE, Donald (Ed.). **Sources of Japanese Tradition**. Nova York: Columbia University Press, 1958, p. 525.

⁷⁹ TOTMAN, Conrad. **Early Modern Japan**. Berkeley: University of California Press, 1993, p. 366.

Para Andrew Gordon⁸⁰, as formas de pensamento questionadoras da ordem social vigente, fosse o *Kokugaku* ou o *Mitogaku*, eram atrativos principalmente para subelites do topo da camada rural e para *samurai* educados de nível médio e baixo; o apelo dessas ideias foi mais forte nas “margens da ordem Tokugawa”, ou seja, entre os domínios colaterais e *daimyô tozama*, os quais tinham relação tensa com o governo central.

Algo a ser levado em conta é que ambas as tradições surgiram no contexto acadêmico e foram transformadas em mensagens políticas convincentes por meio do elemento étnico. “Suas mensagens como um todo eram poderosas porque definiam um ideal ao qual quase todos os japoneses poderiam almejar, um inimigo que todos desejariam superar e um bode expiatório para culpar pelos obstáculos encontrados na busca desses objetivos”⁸¹. Tratava-se de uma mensagem cultural inclusiva, mas, ao menos a princípio, não necessariamente a favor da corte e contra o *bakufu*.

Hirata Atsutane

Foi no século XIX que o *Kokugaku* entrou no campo da discussão política, através da contribuição de Hirata Atsutane, o qual se considerava discípulo de Norinaga, ainda que não tenha chegado a conhecê-lo. A principal mudança introduzida por seu pensamento foi uma alteração no foco; deixou de lado o aspecto literário e filológico e concentrou-se no religioso. “Com Hirata, o *Kokugaku* tornou-se mais religioso e também mais político. Houve nova ênfase em preces antigas e a afirmação do antigo ideal de [...] união entre culto e política”⁸².

Um ponto de contraste que deve ser levantado entre Norinaga e Atsutane é o contexto histórico em que ambos escreveram. Aquele escreveu em um tempo no qual o “Outro” japonês era a China, em função da qual o Japão buscava se posicionar. Atsutane, por sua vez, escreveu em um momento no qual os países ocidentais começavam a causar maior preocupação aos pensadores japoneses, com sua insistência diplomática apoiada por armamentos. Norinaga buscou diferenciar o

⁸⁰ GORDON, Andrew. **A Modern History of Japan**: From Tokugawa to Present Times. Oxford; Oxford University Press, 2003, p. 44.

⁸¹ TOTMAN, Conrad. **Early Modern Japan**. Berkeley: University of California Press, 1993, p. 456.

⁸² Ibid., p. 208.

conhecimento japonês, o qual considerava superior, do chinês; Atsutane buscou demonstrar como, na essência, todo conhecimento seria japonês.

Os japoneses deveriam estudar todos os diferentes tipos de conhecimento – mesmo que sejam estrangeiros – para que possam escolher os pontos positivos de cada e colocá-los a serviço da nação. Podemos apropriadamente falar não apenas do conhecimento chinês, mas também do indiano e holandês como conhecimento japonês: isso é um fato que deveria ser compreendido por todo japonês que mergulha nos estudos estrangeiros.⁸³

O autor da coletânea de fontes aqui utilizada, em sua introdução a Atsutane, diz que, por vezes, é difícil saber se ele é excessivamente crédulo ou intelectualmente desonesto⁸⁴. Para leitores modernos como nós, tanto ele como Norinaga seriam pessoas bastante complicadas para se ter discussões intelectuais em função de seus pressupostos e do artifício de que qualquer coisa mal explicada seria em razão da incapacidade de nosso intelecto em compreender as obras divinas.

Alguns trechos da obra de Atsutane são bastante ilustrativos do que foi dito acima e, ainda que correndo o risco de exagerar no tamanho das citações, creio ser interessante apresentá-las.

Povos de todo o mundo se referem ao Japão como a Terra dos Deuses e nos chamam por descendentes dos deuses. De fato, é exatamente como dizem: nosso país, como marca de favor especial dos deuses, foi gerado por eles e, por isso, há tão imensa diferença entre o Japão e os outros países do mundo, de forma a desafiar qualquer comparação. O nosso é um país esplêndido e abençoado, a Terra dos Deuses além de qualquer dúvida, e nós, até os mais humildes homem e mulher, somos descendentes dos deuses.⁸⁵

Os japoneses diferem completamente e são superiores aos povos da China, Índia, Rússia, Holanda, Sião, Camboja e todos os outros países

⁸³ HIRATA apud DE BARY, Theodore; TSUNODA, Rysaku; KEENE, Donald (Ed.). **Sources of Japanese Tradition**. Nova York: Columbia University Press, 1958, p. 544.

⁸⁴ Ibid., p. 542.

⁸⁵ Ibid., p. 544.

do mundo; para nós, ter nossa terra chamada de Terra dos Deuses não era mera presunção. Foram os deuses que formaram todas as terras do mundo na Criação e esses deuses, sem exceção, nasceram no Japão. [...] Isso é um ponto de crença universal e está bem além de qualquer contestação. Mesmo em países onde nossas antigas tradições não foram transmitidas, os povos reconhecem o Japão como terra divina em razão do esplendor majestoso que emana por si mesmo do país. No passado, quando a Coreia estava dividida em três reinos, foram ouvidos relatos do quão esplêndido, miraculoso e abençoado é o Japão e em razão de o Japão estar ao leste da Coréia, eles diziam em reverência e admiração: “ao leste está uma terra divina chamada Terra do Sol Nascente”. Palavras sobre isso eventualmente espalharam-se pelo mundo e agora pessoas em todos os lugares referem-se ao Japão como Terra dos Deuses, independentemente de saberem ou não a razão de isso ser verdade.⁸⁶

Se Atsutane é intelectualmente desonesto ou não, e por mais que as afirmações nesses trechos possam nos levar a considerar que sim, não é uma questão a ser discutida aqui. O que é importante é termos em mente que suas ideias tiveram enorme impacto sobre a sociedade japonesa, inclusive para além do período Tokugawa em si, influenciando até mesmo os movimentos nacionalistas japoneses do século XX.

Ainda que não tenha liderado o ataque que veio a derrubar o regime, o *kokugaku* de Atsutane “era parte de um clima de opinião que fazia grande agitação e mudança – em favor de uma entidade nacional que transcendia o sistema Tokugawa – mais provável e fácil de se alcançar”⁸⁷.

Aizawa Seishisai e a Escola de Mito

O conjunto de ideias que passou a ser conhecido por *Mitogaku* surgiu, como o *kokugaku*, de questões não relacionadas à política; enquanto este tinha seu foco na tradição literária, aquele se originou na tradição histórica. O *daimyô* de Mito,

⁸⁶ HIRATA apud DE BARY, Theodore; TSUNODA, Rysaku; KEENE, Donald (Ed.). **Sources of Japanese Tradition**. Nova York: Columbia University Press, 1958, p. 544.

⁸⁷ GORDON, Andrew. **A Modern History of Japan: From Tokugawa to Present Times**. Oxford; Oxford University Press, 2003, p. 44.

Tokugawa Mitsukuni (1628-1701), a partir do seu interesse pelas grandes obras históricas produzidas na China, decidiu-se por reescrever a história do Japão, projeto iniciado em 1657 e para o qual conseguiu a ajuda de um intelectual chinês exilado no Japão após a queda da dinastia Ming 明. A principal característica dessa obra histórica, o *Dai Nihon Shi* 大日本史, escrita sob uma concepção confuciana, é a lealdade ao trono e ao imperador, tema muito importante para pensadores posteriores.

Entre estes, aquele que mais se destacou foi Aizawa Seishisai, o qual se envolveu com o esforço de Mito na escrita da história japonesa a partir de 1799. É dele a obra política mais importante de seu tempo, a coletânea de ensaios chamada *Shinron* 新論 (Novas Teses); escrita em 1825, misturava “uma explícita mensagem antiocidental com uma implícita crítica ao *bakufu*”⁸⁸ e teve enorme influência entre os *samurai*, circulando clandestinamente sobretudo durante as décadas de 1840 e 1850.

Uma de suas principais contribuições foi a introdução da ideia de *son'nô-jô* 尊皇攘夷, central aos desenvolvimentos posteriores da ação política japonesa. Propunha que, para conseguir a expulsão dos bárbaros (*jô*), era necessária a união da classe dominante japonesa, ou seja, os *daimyô*, através de uma estrutura hierárquica de lealdade, cujo nível mais alto seria ocupado pelo imperador (*son'nô*)⁸⁹.

Já nas primeiras linhas de sua obra, Seishisai disse:

Nossa Terra Divina é onde o sol se levanta e onde a energia primordial se origina. Os herdeiros do Grande Sol ocupam o Trono Imperial de geração a geração, sem mudança desde tempos imemoriais. A posição do Japão no vértice da Terra torna-o o padrão para as nações do mundo. De fato, projeta sua luz sobre o mundo, e a distância que a resplandecente influência imperial alcança não tem limites. Hoje, os bárbaros estrangeiros do oeste, os órgãos inferiores que são as pernas e pés do mundo, estão correndo pelos mares, calcando outros países sob seus pés, e ousando, com seus olhos vessos e seus pés mancados, sobrepor as nações nobres. Mas que arrogância!⁹⁰

⁸⁸ GORDON, Andrew. **A Modern History of Japan**: From Tokugawa to Present Times. Oxford; Oxford University Press, 2003, p. 44.

⁸⁹ BEASLEY, William. **The Rise of Modern Japan**. Tóquio: Tuttle, 1990, p. 24.

⁹⁰ AIZAWA apud DE BARY, Theodore; TSUNODA, Rysaku; KEENE, Donald (Ed.). **Sources of Japanese Tradition**. Nova York: Columbia University Press, 1958, pp. 595-596.

Ele partia da ideia de que o Japão, embora a Terra fosse redonda, ficava no seu topo, com os países ocidentais correspondendo aos seus pés. Assim, ainda que territorialmente pequeno, estaria em posição superior aos outros. “Quanto à terra que os bárbaros ocidentais chamam de América, ocupa a pior região da Terra; por isso, seu povo é estúpido e simplório, incapaz de fazer coisas”⁹¹.

Aizawa é também bastante desconfiado em relação aos ocidentais e seus desígnios para com o Japão, por mais que seus navios aparentem ser apenas de comércio e pesca, e critica a falta de preparo do país para lidar com a possível ameaça.

Já na primeira parte do *Shinron*, é apresentada a ideia de *kokutai* 国体, de Seishisai, provavelmente o mais potente conceito no nacionalismo japonês moderno, por ter tanta eficácia em juntar a mitologia *shintô* e a variedade *bushidô* [武士道] da ética confuciana.

Seu ponto central está na primazia da Deusa-Sol, a qual se associa ao Céu 天 confuciano, levando um passo além a visão expressa pelo *Kokugaku*; dessa forma, ela passa a ser a responsável pela ordem moral do universo e pela concessão do Mandato Celeste 天命, sendo o imperador japonês seu receptor.

Unindo prerrogativas do *shintô* e do Confucionismo, declara que “o dever do súdito ao soberano é o dever supremo no Céu e terra. O afeto entre pais e filhos é a quintessência da gentileza”⁹². É através da reverência a Deusa-Sol por seus descendentes que se estabelece aquela aos antepassados, assim como a virtude da devoção (ou piedade) filial. “A progenitora Celeste, tendo [...] estabelecido a moralidade humana sobre esses dois princípios, transmitiu seus conhecimentos para gerações sem fim”⁹³.

A parte mais interessante desse trecho, onde explicita o caráter político de sua escrita para além do que poderia ser aceitável para o regime, diz respeito à união entre a religião, cujo personagem central era o imperador, e a política.

Assim como a progenitora Celeste reside no Céu e irradia majestosamente para a terra abaixo, da mesma forma o descendente

⁹¹ AIZAWA apud DE BARY, Theodore; TSUNODA, Rysaku; KEENE, Donald (Ed.). **Sources of Japanese Tradition**. Nova York: Columbia University Press, 1958, p. 596.

⁹² Ibid., p. 598.

⁹³ Ibid., p. 599.

do Céu abaixo manifesta sua sinceridade e reverência ao máximo como forma de pagar sua dívida ao ancestral Celeste. Religião e governo sendo um, todas as funções Celestes que o soberano empreende e todos os trabalhos que realiza são meio de servir ao antepassado Celeste. Reverenciando o ancestral e reinando sobre o povo, o soberano torna-se um com o Céu. Assim, é consequência natural da ordem das coisas que sua linhagem dure tanto quanto dura o Céu.⁹⁴

No geral, a crítica elaborada por Seishisai pode ser vista como reformista, em vez de “revolucionária”. Por se tratar de um autor com base em um *daimyô* e vinculado a ele, não seria possível para ele fazer críticas ao sistema como um todo, mesmo que essa fosse a sua vontade, mas apenas a partes específicas dele como forma de torná-lo mais eficiente para aqueles que ocupavam posições de poder. Seu intuito era aumentar a centralização de forma a melhor combater a ameaça externa; na prática, suas propostas visavam a fortalecer o regime dando-lhe uma maior coerência interna. Contudo, tanto as reformas propostas quanto a ideia de maior reverência ao imperador, a qual foi de grande importância no desenvolvimento posterior do pensamento, possuíam teor grande subversivo para a época.

Seishisai fez também uma análise bastante interessante sobre o Ocidente embora, ao menos na teoria, o conhecimento sobre o mundo exterior devesse ser limitado ao *bakufu*.

Os bárbaros ocidentais têm estados independentes em confronto mútuo, mas todos seguem o mesmo Deus. Quando há algo a ser ganho, eles se unem para atingir seus objetivos e repartir os benefícios. Mas quando problemas começam a surgir, cada um permanece dentro de sua própria fronteira para autoproteção. Assim, quando há problemas no Oeste, o Leste goza de paz. Mas quando os problemas se acalmam, eles saem para assolar outras terras em todas as direções e então o Leste passa a sofrer.⁹⁵

⁹⁴ AIZAWA apud DE BARY, Theodore; TSUNODA, Rysaku; KEENE, Donald (Ed.). **Sources of Japanese Tradition**. Nova York: Columbia University Press, 1958, p. 600. Grifo meu.

⁹⁵ Ibid., p. 602.

Seishisai temia o povo comum, por tê-lo como “ignorante”, desleal e crédulo, pensando que este seria facilmente convertido pelos cristãos, o que destruiria a essência japonesa. Considerava que a estratégia ocidental para conquistar os territórios partia do estabelecimento de relações comerciais, a partir das quais poderiam obter informações e aguardar por momentos de fraqueza interna. Por meio do cristianismo, o povo abandonaria suas lealdades nativas pela estrangeira e lutaria ao lado dos ocidentais.

É interessante notar que, apesar das suas admoestações à China, Seishisai está em um contexto de “sinocentrismo japonês”, ou seja, de naturalização das ideias chinesas como japonesas e, por isso, não mais estrangeiras. Seus esforços por associar o Caminho, o Céu e as virtudes de lealdade entre superior e inferior hierárquico com o Japão atestam nesse sentido. Mas seu texto também indica quais seriam os próximos problemas a serem enfrentados, com origem no Ocidente.

Sakuma Shôzan

Entre os mais importantes defensores da adoção de tecnologia militar ocidental no Japão, Sakuma Shôzan 佐久間象山 (1811-1864) viu-se envolvido, em 1841, com a tarefa de auxiliar seu *daimyô* na função de responsável pelas defesas costeiras do país. Por meio do estudo de pioneiros japoneses na área, desenvolveu um programa de oito pontos, no qual mantinha a aderência à política de reclusão, ao mesmo tempo que admitia a utilização de tecnologia estrangeira.

Não vejo como necessário entrar em detalhes sobre esses pontos mas, entre aqueles que são interessantes de serem citados, tem-se: a fortificação em pontos estratégicos com artilharia adequada; o fim da exportação de cobre aos holandeses e uso do material para a fabricação de armas; a construção de navios de grande porte, tanto mercantes como de guerra; o sistema de seleção de oficiais através do mérito; e a expansão do sistema escolar.

Embora este último ponto soe “moderno”, seria responsável pelo ensino de, entre outras coisas, lealdade e “piedade filial”; suas ideias não deixam de estar dentro de uma visão de mundo confuciana. Seu posicionamento deu origem à expressão “Ética oriental, técnica ocidental” 東洋道德西洋学芸; posteriormente, esta foi alterada para “Espírito japonês, habilidades estrangeiras” 和魂洋才.

Ao falar sobre os “cinco prazeres do cavalheiro”, dois dentre eles são ilustrativos de sua forma de pensar:

Que ele exponha e glorifique o conhecimento dos sábios, saiba em seu coração o grande Caminho e, em todas as situações, contente-se com seu dever, tanto na adversidade quanto na prosperidade [...]. Que ele empregue a ética do Leste e a técnica científica do Oeste, não negligenciando nem o aspecto espiritual nem o material da vida, combinando subjetivo e objetivo e, assim, trazendo benefícios para o povo e servindo ao povo [...].⁹⁶

Após ter sido preso em 1854, em função das ações de Yoshida Shôin, seu aluno, Shôzan escreveu no cárcere algumas reflexões sobre aquilo que considerou seus erros, das quais o trecho acima é parte. Seu texto, no entanto, trazia tamanho teor subversivo que foi publicado apenas após sua morte. Importante ter em mente o impacto que a Guerra do Ópio (1839-1842) teve sobre o Japão e seus pensadores, a partir do qual o “centro de gravidade” japonês deslocou-se do “mundo chinês” para o “mundo ocidental”.

Sua primeira crítica, logo no início, é feita sob uma analogia que dá a entender referir-se ao motivo pelo qual foi preso: a tentativa de Shôin de ir aos Estados Unidos, escondido no navio de Matthew Perry, para estudar. Se um filho sabe que o pai está doente, mas se recusa a tomar o remédio por não gostar dele, o filho deveria dá-lo escondido ou aguardar pela morte do pai? A sinceridade e tristeza pela situação, ainda que sabendo ter de enfrentar a fúria paterna no futuro, o forçaria a agir. A ação de Shôin, no fundo, teria sido um ato de lealdade ao soberano dentro da lógica confuciana.

Sua crítica passou a ser mais incisiva quando começou a tratar mais especificamente da defesa do país e daqueles responsáveis por ela. Seu primeiro ponto nesse sentido foi a ausência de metodologia no estabelecimento das instalações defensivas e a falta de conhecimento militar dos oficiais responsáveis pelas negociações com os estrangeiros. Seu desejo era o estabelecimento de uma força nacional voluntária, baseada nos princípios ocidentais de armamento e a

⁹⁶ SAKUMA apud DE BARY, Theodore; TSUNODA, Rysaku; KEENE, Donald (Ed.). **Sources of Japanese Tradition**. Nova York: Columbia University Press, 1958, p. 610.

depende de testes de mérito para ter a entrada aceita. Não seria composta de plebeus comuns, mas sim de “homens leais, valorosos e fortes, de famílias antigas e estabelecidas não pertencentes à classe militar”⁹⁷.

Ainda mais forte foi sua fala quanto aos intelectuais de sua época, pois considerava que seus conhecimentos não possuíam utilidade prática:

O que os autoproclamados intelectuais de hoje fazem de fato? Eles entendem claramente a forma como os deuses e sábios estabeleceram esta nação, ou a forma como Yao, Shun e os divinos imperadores das três dinastias governaram? Eles, após terem aprendido os ritos e música, punição e administração, os clássicos e o sistema de governo, discutem e aprendem sobre os elementos da arte da guerra, da disciplina militar, dos princípios da maquinaria? Eles fazem estudos exaustivos das condições em países estrangeiros? De métodos de defesa eficazes? Da estratégia no estabelecimento de fortificações, barreiras defensivas e reforços? Dos conhecimentos de computação, gravitação, geometria e matemática? Se eles o fazem, eu não ouvi nada sobre! Assim sendo, pergunto o que os autoproclamados estudiosos de hoje fazem de fato.⁹⁸

Sakuma utiliza-se do exemplo da China para sua argumentação sobre a defesa do Japão, fazendo uso de duas obras traduzidas para o japonês por ordem do governo: o *Shengwu Ji* 聖武記 (Tratado da Sagrada Dinastia) e o *Haiguo Tuzhi* 海國圖志 (Tratado Ilustrado Sobre os Países Marítimos), escritas por Wei Yuan 魏源 (1794-1857), intelectual chinês preocupado com o problema da ameaça ocidental e da defesa marítima.

Ao contrário da China que, como argumentado por Wei, possuía defesas marítimas mas não uma marinha e, por isso, tinha como estratégia de defesa repelir o inimigo após seu desembarque, o Japão deveria investir na construção de uma frota de guerra de forma a poder atacar o inimigo antes que este tivesse a oportunidade de chegar à costa.

⁹⁷ SAKUMA apud DE BARY, Theodore; TSUNODA, Rysaku; KEENE, Donald (Ed.). **Sources of Japanese Tradition**. Nova York: Columbia University Press, 1958, p. 61.

⁹⁸ Ibid., pp. 611-612.

Outro ponto interessante é a importância que deu para o estudo das línguas estrangeiras.

Para que possamos dominar os bárbaros não há nada tão efetivo como determinar suas condições. Para isso, não existe melhor primeiro passo que ser familiarizado com as línguas bárbaras. Assim, aprender uma língua bárbara é não apenas um passo para conhecê-los, mas o fundamento para poder dominá-los.⁹⁹

Yoshida Shôin

Uma das figuras intelectuais mais interessantes do período Tokugawa, Yoshida Shôin 吉田松陰 (1830-1859) teve uma morte prematura, executado pelo *bakufu* após uma tentativa fracassada de atentado contra um emissário do governo, mas suas ideias foram bastante influentes mesmo após a queda do regime.

Nascido no domínio de Chôshû e adotado em uma família *samurai* humilde, Shôin herdou de seu pai, além de uma escola na qual passou a exercer a direção ainda jovem, uma devoção às ideias do *bushidô*. A esta, somou a influência confuciana dos escritos de Mêncio 孟子, altamente idealista e assertiva no valor inerente do indivíduo.

Outra influência chinesa a agir sobre ele veio da obra “A Arte da Guerra de Sunzi” 孙子兵法¹⁰⁰; a partir da importância que passou a dar para o campo de inteligência militar, buscou aprender o que pôde sobre o Ocidente em Nagasaki e com professores como Sakuma Shôzan. Visitou também o domínio de Mito e familiarizou-se com a doutrina ali propagada, em especial por meio da obra de Aizawa Seishisai.

Tendo Mêncio como seu texto principal, ele destacou a justificação implícita da revolta contra um governante incompetente e indigno, e apontou para a falha do *shôgun* em cumprir a função indicada pelo seu título como “Generalíssimo Conquistador dos Bárbaros [征夷大將軍]”.

⁹⁹ SAKUMA apud DE BARY, Theodore; TSUNODA, Rysaku; KEENE, Donald (Ed.). **Sources of Japanese Tradition**. Nova York: Columbia University Press, 1958, p. 613.

¹⁰⁰ Literalmente “Regras Militares de Sunzi”. Em tudo o que já li sobre, não encontrei a explicação para o caractere 法 ter sido traduzido como “arte” ao invés de “regra”, “lei” ou “método”. Seja como for, é a forma consagrada, ainda que possa levar os leitores a ter uma ideia errônea sobre o tema.

Nas das fileiras da aristocracia, porém, ele encontrou incapacidade similar na assunção das responsabilidades de liderança na crise defronte ao Japão. Yoshida convenceu-se de que apenas entre aqueles próximos ao solo e não contaminados pela corrupção da riqueza e altos postos poderiam ser encontrados homens altruístas e destemidos o bastante para derrubar o regime.¹⁰¹

Algo bastante interessante no pensamento de Shôin dizia respeito a suas ideias sobre como lidar com os estrangeiros. Longe de ser favorável ao isolamento japonês, defendia a ideia de se aprender com os ocidentais de forma a transformar o Japão em potência na Ásia. Em seus escritos já é possível encontrar indícios das ideias de expansionismo japonês, as quais passariam ao campo da ação a partir do final do século XIX:

Se devêssemos estabelecer uma estratégia nacional de longo prazo, primeiro faríamos bem em concluir tratados de paz tanto com os Estados Unidos quanto com a Rússia e, então, tomar proveito do confronto entre ambos, enriquecer e fortalecer o Japão [ideia de *fukoku kyôhei*], desenvolver Hokkaido, adquirir a Manchúria, ocupar a Coreia, e anexar as ilhas ao sul. Após alcançar todos esses objetivos, devemos conquistar os Estados Unidos e fazer com que a Rússia se renda. Isso certamente nos levará ao sucesso.¹⁰²

Quando da chegada de Matthew Perry, Shôin tentou embarcar clandestinamente em um de seus navios para poder estudar o Ocidente em pessoa; foi, porém, capturado e entregue às autoridades japonesas, que o prenderam juntamente com Sakuma Shôzan. Após algum tempo, foi enviado de volta para Chôshû, onde permaneceu na prisão por mais catorze meses. Depois de solto, começou a lecionar e abriu sua própria escola.¹⁰³ “Lá, muitos dos que se tornariam

¹⁰¹ DE BARY, Theodore; TSUNODA, Rysaku; KEENE, Donald (Ed.). **Sources of Japanese Tradition**. Nova York: Columbia University Press, 1958, p. 617.

¹⁰² SHÔIN apud KIM, Min-kyu. **Sonno Joi** - The Leaps in Logic in the Modern Japanese Political Scene, 2003, p. 210.

¹⁰³ JANSEN, Marius. **The Making of Modern Japan**. Londres; Harvard University Press, 2000, p. 292.

líderes em Chôshû na década seguinte – e no Japão após 1868 – vieram estudar sob seus cuidados”¹⁰⁴.

Shôin, ainda que portador de um discurso “antiestrangeiro”, era-o apenas até certo ponto. Seus esforços diziam respeito à preservação do Japão e não via problema em fazer uso dos métodos ocidentais para alcançar tais objetivos.

O estudo do conhecimento dos Estados Unidos e Europa para adorar e idolatrar os bárbaros [...] deve ser completamente rejeitado. Mas a artilharia e construção naval bárbara, seu conhecimento de medicina e das ciências físicas podem todos nos ser úteis – estes devem ser devidamente adotados.¹⁰⁵

Até 1858, seu discurso não fugia muito às prerrogativas conservadoras de Sakuma Shôzan e Aizawa Seishisa, nas quais se buscava a mediação entre os dois centros de poder como forma de unir o Japão em torno de uma só vontade; foi após a crise daquele ano que sua posição se radicalizou e passou a atacar diretamente as elites japonesas, tanto o governo Tokugawa quanto os *daimyô* em geral. Foi então que planejou o assassinato de Manabe Akikatsu, oficial do governo em Kyôto, e foi preso, sendo executado no ano seguinte.

O pouco tempo entre a radicalização das suas ideias e sua execução não permitiu que as teorizasse adequadamente. Longe de significar que teve pequena influência, seu exemplo de ação política foi seguido por muitos ao longo da década de 1860.

2.3 – (Proto)Nacionalismo?

É inegável a importância que o período Tokugawa teve para a formação do Japão moderno, não menos pela formulação de todo o aparato intelectual acima referido que pela própria formação de uma “consciência japonesa”. Aqui, meu diálogo

¹⁰⁴ BEASLEY, William. **The Meiji Restoration**. Stanford: Stanford University Press, 1972, p. 148.

¹⁰⁵ YOSHIDA apud BEASLEY, William. **The Meiji Restoration**. Stanford: Stanford University Press, 1972, p. 148.

é, basicamente, com Masao Maruyama¹⁰⁶, cujo capítulo sobre o tema fez com que pensasse a respeito desse tema, especialmente em virtude das minhas discordâncias quanto à sua argumentação.

O autor trabalha em torno de três pontos básicos: nação (cujo sentido é constantemente permutado entre “povo”, em sentido étnico-cultural, e “país”), nacionalismo e Estado; aquilo que considero como mais passível de crítica em seu texto é a forma como estipula relação entre as partes.

Em certo ponto durante seu desenvolvimento, uma nação é induzida por algum estímulo externo e mais ou menos conscientemente transforma a si mesma da simples dependência do seu entorno em uma nação política. Comumente, o estímulo externo que leva a essa decisão pela mudança é algum poder estrangeiro, alguma ameaça externa.¹⁰⁷

O ponto básico na ideia de nação é a consciência de um “nós” em oposição a um “eles”. Ainda que seja possível perceber essa oposição bem cedo nos mais diversos lugares do mundo, partindo de elementos como língua e cultura (às vezes também religião), não creio que falar em “nação” ou “nacionalismo” seja adequado de forma geral. Mais que essa “consciência” em sentido amplo, há dois elementos que considero essenciais no que concerne ao nacionalismo: embasamento teórico e meios de propagação das ideias.

Este capítulo lidou com o primeiro desses elementos, de forma geral. Ainda que as ideias de um Japão em contraste com outros territórios, em especial a China, e dos japoneses com outros povos já estivessem presentes nas histórias e crônicas escritas no século VIII, é a partir dos estudos do *kokugaku* que elas são organizadas em um *corpus* coerente para explicar e afirmar essas diferenças.

Indo mais longe, não só foi afirmada a diferença dos japoneses, mas a sua superioridade. Além de ser considerado como superior a todos os outros povos em função de sua ascendência divina, dentro de um processo de naturalização do pensamento de origem estrangeira, até mesmo essas ideias passaram a ser

¹⁰⁶ MARUYAMA, Masao. **Studies in the intellectual history of Tokugawa Japan**. Princeton: Princeton University Press, 1989. A última parte do seu trabalho (pp. 323-367) trata especificamente das questões de nação e nacionalismo.

¹⁰⁷ Ibid., p. 326.

consideradas como tendo uma origem japonesa: o “Caminho primordial” seria aquele do Japão, ainda que apenas ali o conhecimento sobre isso tenha permanecido intacto com a passagem do tempo.

Ideias são apenas palavras se não têm quem as carregue como ferramentas interpretativas para o mundo. Concomitante ao desenvolvimento econômico e social do Japão no período Tokugawa, outra área que conheceu grande progresso foi a educação. E as escolas, para além de sua função básica de letramento, tinham como papel a promulgação da doutrina oficial do Estado, sendo o principal de seus “aparelhos ideológicos” até os dias de hoje.

Algo buscado tanto pelos estudiosos tanto do *Mitogaku* quanto do *Kokugaku* foi o apoio oficial do *bakufu* às suas ideias e, concomitantemente, permissão para ensiná-las em escolas privadas. É a partir dessas escolas e da divulgação do pensamento entre determinadas camadas da população japonesa, nomeadamente *samurai* de *status* médio e baixo, elite agrária e comerciantes, que as ideias conheceram um público cada vez maior e tiveram papel fundamental nos eventos do *bakumatsu*.

O amplo desenvolvimento da educação escolar na segunda metade do período Tokugawa provou ser de maior significância que a evolução de qualquer ramo particular de conhecimento acadêmico. Em 1800, todos os membros da classe dos *samurai* já eram letrados há tempos. Suas filhas recebiam sua educação nas suas próprias casas ou naquelas de parentes, assim como faziam os filhos até a adolescência, quando esperavam ser matriculados na escola local ou do *han*. A maioria dos *han* tinha estabelecido instituições para a educação superior de seus *samurai* já no começo do século XIX.¹⁰⁸

Maruyama, por sua vez, tem uma ideia um pouco diferente quanto a esse procedimento, sendo muito focado em um processo de “tomada de consciência coletiva”. Em momento algum cita o papel que têm o pensamento nacional e as escolas. Para ele, a nação surge de baixo para cima, do povo, e o principal impedimento para o seu florescimento é o governo “feudal”.

¹⁰⁸ MASON, H.P.; CAIGER, J.G. **A History of Japan**. Tokyo: Tuttle, 1973, p. 206.

Assim, considera que, no período Tokugawa, devemos falar em “protonacionalismo”, sendo apenas após o início do período Meiji que se poderia falar em nacionalismo. Ao contrário, considero que foi justamente no governo Tokugawa que surgiu o nacionalismo japonês sob a forma de *son'nô-jôî*, enquanto os pensamentos que deram origem ao seu ideário, formados no *Kokugaku* e *Mitogaku*, seriam mais adequados à concepção de “protonacionalistas”.

Para ele, a divisão do território em diferentes domínios governados de forma semiautônoma favoreceu o desenvolvimento de regionalismos que dificultavam a percepção de uma unidade maior. Ainda que essa tendência fosse uma possibilidade, o desenvolvimento comercial e a integração do Japão em uma entidade econômica coerente, onde as partes eram mutuamente dependentes umas das outras, fez mais pela unidade do país do que qualquer conquista militar poderia desejar.

Ponto principal na criação dessa unidade foi o *sankin-kôtai*. Responsabilizado por ter enfraquecido os domínios em função do *bakufu* e de retirar daqueles recursos que poderiam ter sido usados para a defesa do Japão, argumentos que têm sua razão, a exigência de que os diferentes *daimyô* passassem parte de seu tempo na capital e lá deixassem suas famílias teve papel imprescindível na criação de uma unidade cultural entre a elite japonesa.

A questão das classes é em que ponto onde discordo de Maruyama. Seu texto confere papel fundamental na questão do nacionalismo às camadas populares, sem as quais não haveria unidade nacional. Não penso que está errado, em sentido geral, mas percebo sua visão como incompleta por dois motivos: acredito que está embebida em uma concepção do Estado-nação do século XX, e dá excessiva importância para uma categoria social então politicamente irrelevante.

Minha relação com seu texto não é apenas de discordância, no entanto. Para além de pensar o que chama de “protonacionalismo japonês”, Maruyama também escreve sobre alguns movimentos que chama de “variedades de protocapitalismo”, nomeadamente os defensores da defesa costeira, do *fûkoku kyôhei* e do *son'nô-jôî*. Ainda que não concorde com sua ideia de protonacionalismo, a relação entre o pensamento nacional[ista] propagado pelo *kokugaku* e pelo *Mitogaku* e a ação política das últimas décadas do regime Tokugawa é inegável. Esse é o tópico a ser abordado no capítulo a seguir.

2.4 – A título de “conclusão”

Antes de entrar no capítulo seguinte, gostaria de tentar, aqui, “amarrar” as ideias apresentadas de forma a deixar o todo mais coerente. Trata-se, é claro, da minha concepção de como elas se relacionam, sem qualquer pretensão a expressar uma “verdade” sobre as mesmas.

Mesmo em um recorte limitado como esse, longe de abordar os autores e suas ideias em toda sua complexidade, e apenas com um vislumbre do desenvolvimento de seu pensamento no que concerne ao nativismo japonês, há o risco de suas ideias parecerem desligadas umas das outras.

Longe de estarem isolados uns dos outros, diversos dos autores japoneses no período Tokugawa conversavam entre si nos seus textos, liam as obras uns dos outros e se criticavam mutuamente. Estas discussões, claro, não ficavam limitadas aos autores, sendo levadas à frente pelos seus seguidores pessoais e alunos nas diversas escolas, de todos os gêneros, espalhadas pelo Japão. Ainda que um aluno pertencesse a, digamos, uma escola de vertente confuciana, provavelmente teria contato com obras que buscavam naturalizar essa tradição.

Embora separados formalmente em *Kokugaku* e *Mitogaku* por suas diferentes origens, respectivamente na filologia e na história, suas semelhanças e pontos de contato são muito maiores que quaisquer diferenças que possam ter entre si. Assim, acho por bem colocá-las sob o rótulo mais amplo de nativismo.

É justamente a partir das teorizações realizadas nestas duas vertentes do pensamento, as quais considero como protonacionalistas, que são “construídos” os elementos-base do nacionalismo japonês conforme expresso, primeiramente, pelo *son'nô -jôî*, mas com consequências de longa duração para a história do país.

Primeiramente, o Japão foi então retirado da “sombra” chinesa; talvez seja possível argumentar por algum sentimento de repúdio em relação às invasões japonesas na Coreia, ou em razão do pedido de ajuda da corte Ming quando da invasão Manchu (os quais tomaram Beijing em 1644), mas, por mais interessante que possa ser pensar essas questões, fogem em excesso ao tema.

Uma das maiores precondições para o estabelecimento do *kokugaku* foi a mudança na atitude japonesa para com a China, da reverência à “terra dos sábios” para uma posição estratégica que produz uma

imagem negativa dela como uma “terra estrangeira” com língua e pensamento estrangeiros. Em outras palavras, o *Kokugaku* se estabeleceu como um discurso “autorreferente” ao introduzir a perspectiva da ênfase na alteridade da China e de seu discurso.¹⁰⁹

Mesmo buscando escapar à China, o Japão não desprezava totalmente sua tradição; em um primeiro momento, conforme a utilidade dos detentores do poder, teve início a naturalização das ideias chinesas, nomeadamente do Neoconfucionismo, o qual funcionou de forma a justificar a hierarquia social então imposta pelo regime Tokugawa em processo de estabilização.

Foi por meio de pensadores de origem confuciana que se começou, também, a explorar a literatura antiga japonesa em busca de um “espírito japonês” original. Através dos seus estudos foram estabelecidos os textos considerados como clássicos da literatura e história japonesas, os quais serviram como material-base para aqueles que vieram depois a pensar o legado japonês.

A “recriação”, ou “reformulação”, do *shintô* teve papel central em criar toda uma mitologia nacional japonesa, parte da qual durou até o século XX (ousaria dizer XXI, inclusive). É em razão do uso instrumental da história e da mitologia, da crença em uma pretensa superioridade racial baseada na ascendência divina e da forte ligação com um “território étnico” que considero possível ver nestas ideias a base do nacionalismo japonês.

Surgida de forma tímida entre as outras ideias, primeiramente sendo considerada apenas a questão da linha ininterrupta, a importância do imperador passou a ocupar papel cada vez preponderante para os nativistas. Entre os pensadores do *Kokugaku*, a ideia da sua ascendência divina foi destacada, mas foi no campo do *Mitogaku* que surgiu o *slogan* do *son’nô*. O “como” honrar o imperador foi questão a ser pensada posteriormente.

De qualquer forma, no período final do governo Tokugawa, chamado de *bakumatsu*, é complicado buscar distinguir até que ponto determinada ação foi mais influenciada por um ou outro campo de pensamento. As ideias eram adaptadas de acordo com a conveniência daqueles que as empunhavam, o que faz do contexto intelectual e político do fim do regime um campo um tanto complexo.

¹⁰⁹ KIM, Min-kyu. **Sonno Joi** - The Leaps in Logic in the Modern Japanese Political Scene, 2003, p. 213.

CAPÍTULO 3 – AÇÃO POLÍTICA NO *BAKUMATSU*

Neste último capítulo, busco compreender a associação entre a ação política durante o *bakumatsu* 幕末, período que compreende os anos entre 1853 e 1868, e as ideias desenvolvidas pelos pensadores nativistas ao longo dos séculos XVIII e XIX. Considero que o nacionalismo japonês de então, construído sobre a base teórica do *Mitogaku* e *Kokugaku*, tomou forma sob o movimento chamado de *son'nô-jôi* 尊皇攘夷.

Longe de ser um movimento monolítico, no entanto, adaptava-se de acordo com as circunstâncias para atingir seus objetivos básicos: a unidade do território e a manutenção da soberania sobre o mesmo. O ponto principal de consideração era evitar que o Japão sofresse o destino semelhante ao de sua vizinha, a China.

Para começar, acredito ser útil fazer uma breve explanação narrativa deste período, como forma de melhor contextualizar os acontecimentos com os conjuntos de ideias. A seguir, trago algumas reflexões sobre o tema do nacionalismo japonês em sua forma politicamente ativa, o *son'nô-jôi*.

3.1 - Fim do *Bakufu*, 1853-1868

Considerando as características do período, vejo como possível sua divisão em dois momentos: um “externo”, entre 1853 e 1858, no qual a pressão ocidental se fez mais forte, em especial quanto aos Estados Unidos; e um “interno”, entre 1858 e 1868, quando os países ocidentais saíram de foco (ainda que não de cena).

Pressão e negociações, 1853-1858

Matthew Perry, Comodoro da marinha dos Estados Unidos, chegou à Baía de Edo em julho de 1853, tendo sob seu comando quatro navios de guerra, e buscou estabelecer relações diplomáticas com o Japão. Ainda que não tenha obtido sucesso na sua tentativa de negociação neste primeiro momento, entregou ao *rojû* uma carta do presidente dos Estados Unidos e prometeu retornar após um ano para obter uma resposta do governo japonês.

Tokugawa Ieyoshi, *shôgun* quando da chegada de Perry, morreu poucos dias após sua partida e seu sucessor, lesado, tinha a saúde frágil. Coube então a Abe Masahiro 阿部正弘, o qual ocupava a posição de *rojû*, a liderança do governo e a resolução da questão com os estrangeiros. Decidiu consultar os *daimyô* sobre a carta dos americanos em busca de um consenso para a ação. Sua atitude, até então inédita, obteve dois resultados distantes daquilo que esperava: destacou a discordância na posição entre as diversas lideranças nacionais e demonstrou a relativa fraqueza do governo central. Mais digna de nota foi a ação de buscar o aconselhamento da corte imperial, o que “foi um passo gigantesco, por denotar uma mudança na atitude da sociedade militar em relação ao Trono”¹¹⁰.

Beasley nos diz o seguinte em relação às opiniões expressas pelos *daimyô*¹¹¹:

[...] dezenove expressaram disposição a aceitar o comércio e a abertura dos portos de alguma forma; catorze demonstraram um interesse primário na necessidade de evitar a guerra; sete declararam a rejeição como o objetivo último, mas contemplavam a adoção de

¹¹⁰ SANSOM, George. **A History of Japan: 1615-1867** (7. ed). Tóquio: Tuttle, 1990, p. 235.

¹¹¹ BEASLEY, William. **The Meiji Restoration**. Stanford: Stanford University Press, 1972, p. 90.

medidas temporárias por enquanto; e dois simplesmente curvavam-se às ordens do bakufu, quaisquer que fossem. Não é possível, claro, assumir que os outros quase duzentos senhores estivessem divididos exatamente nessas linhas. De qualquer forma, é evidente pelas respostas que Abe não conseguiu um consenso [...].

Retornando ao Japão em 1854, Perry conseguiu a assinatura do Tratado de Paz e Amizade (ou Tratado de Kanagawa 神奈川条約) com o Japão. Entre o que foi ali estipulado, os pontos mais importantes foram a abertura de dois portos aos navios dos Estados Unidos (Hakodate e Shimoda), a garantia de que náufragos americanos receberiam assistência e a abertura de um consulado em Shimoda. Os dois lados podiam se dar por satisfeitos: Perry por ter atingido seus objetivos mínimos e os japoneses, por terem até então evitado situação semelhante à da China.

Entre a assinatura dos acordos com Perry e com Townsend Harris, houve duas mudanças no pensamento japonês que merecem destaque: para a maioria, a abertura comercial passou a ser vista como inevitável; da mesma forma, alguns *daimyô* politicamente ativos, dez ou doze em quase trezentos, passaram a criticar a liderança do *bakufu* para além de sua política externa¹¹². Ainda que não tenha participado da assinatura do Tratado, Abe Masahiro viu-se forçado a abandonar seu posto em 1855, sendo sucedido por Hotta Masayoshi 堀田正睦.

O representante escolhido pelos EUA foi Townsend Harris, o qual chegou ao Japão em 1856. O acordado com Perry não representava um tratado formal de comércio e troca de representação diplomática, almejado por Harris. “Era seu objetivo abrir quatro portos para o comércio e assegurar direitos de residência para representantes americanos em cada um deles, além de em Osaka e Edo”¹¹³.

Ao contrário de Perry, Harris não tinha suporte militar para fazer valer sua vontade sobre o governo japonês. Um evento externo, entretanto, colaborou para os seus esforços: a Segunda Guerra do Ópio, na China, com início no mesmo ano de 1856. Ainda que não tenha envolvido os Estados Unidos ou o Japão, sua proximidade e a potencialidade de algo assim acontecer em terras japonesas facilitou o trabalho de Harris.

¹¹² BEASLEY, William. **The Rise of Modern Japan**. Tóquio: Tuttle, 1990, p. 32.

¹¹³ JANSEN, Marius. **The Making of Modern Japan**. Londres; Harvard University Press, 2000, p. 283.

Ao invés de negociar com emissários do governo, Harris quis fazê-lo diretamente com o *shôgun*, ato então sem precedentes. Apesar do choque com que sua proposição foi recebida, conseguiu uma audiência com Iyemasa, em Edo, no ano de 1857. Seu argumento partia do princípio de que seria melhor para o Japão entrar em acordo com os Estados Unidos, que seria posteriormente estendido às potências europeias; isso era pensado principalmente em razão do comércio de ópio dos britânicos na China. Com um tratado proibindo seu comércio, ao qual os EUA se oporiam, os europeus não buscariam forçar essa prática sobre o Japão.

Em 1858, Harris e Hotta acordaram um tratado em que cinco portos seriam abertos ao comércio e à residência de cidadãos dos Estados Unidos entre 1859 e 1863. Hotta, contudo, informou que deveria ir para Kyoto obter a aprovação do Imperador para o que havia feito, embora o tratado não estivesse assinado.

Outra questão que aparece aqui diz respeito ao *shôgun* Iyemasa. Com sua saúde fragilizada, discussões sobre sua sucessão tiveram início. Ao mesmo tempo que diversos oponentes do tratado enviaram agentes para Kyôto em busca do apoio de aristocratas avessos aos estrangeiros para a recusa ao acordo, representantes de *daimyô* colaterais dos Tokugawa enviaram agentes buscando a recomendação da corte para a sucessão de um *shôgun* hábil: Hitotsubashi Keiki.

Não pretendo entrar nos pormenores da disputa política dentro do *bakufu*. Cabe dizer que, considerando a fragilidade do então *shôgun*, dois grupos de interesse se formaram pensando na sucessão, um em torno de Tokugawa Iemochi e o outro em torno de Hitotsubashi Keiki. Este era filho de Tokugawa Nariaki, o *daimyô* de Mito; tendo sido adotado como herdeiro do clã Hitotsubashi, outro dos ramos colaterais dos Tokugawa, era elegível para o posto de *shôgun* e apoiado por seu pai e outros *daimyô*, como o de Satsuma. Pode-se dizer que o primeiro era o grupo da situação, enquanto o segundo, o da oposição.

Na corte imperial, Hotta encontrou um cenário bastante complexo, pois os dois lados nas disputas buscavam o apoio da corte para suas respectivas causas.

A crise estrangeira precipitou o abandono da reserva e do cuidado tradicionais. Abe Masahiro contribuiu indiretamente para isso com a vivacidade com a qual respondeu a um questionamento da corte imperial sobre defesa costeira e com seu pedido por aconselhamento da corte quanto às demandas de Perry, mas nenhum oficial do *bakufu*

teria previsto a interferência da corte em questões da sucessão da casa Tokugawa. O pedido de Hotta para a sanção formal do tratado levou isso a um passo além e ofereceu a abertura de que Tokugawa Nariaki precisava. [...] quando Hotta foi para Kyoto, Nariaki estava pronto com mensagens para os mais mal informados e antiestrangeiros nobres da corte, a maioria dos quais não tinha contato com o mundo da política, para que atrasassem e, por fim, negassem a aprovação que Hotta buscava.¹¹⁴

Não a conseguiu, porém, com o Imperador cercado por partidários do movimento *jôï*, e retornou de mãos vazias para Edo. Afastado pelo *shogûn* por seu fracasso, em junho, Hotta foi sucedido na liderança do governo por Ii Naosuke 井伊直弼. Figura mais assertiva que seu antecessor e disposta a revigorar a autoridade do governo central, Ii assumiu a responsabilidade de assinar o tratado com Harris por conta própria, atraindo para si a fúria dos partidários da recusa e da expulsão dos estrangeiros.

Após Townsend Harris convencer os negociantes de que o Japão corria verdadeiro risco em razão das hostilidades na China e que não deveria continuar a procrastinar, Ii Naosuke decidiu-se por assinar o tratado ele mesmo. Na corte, o imperador Kômei ficou furioso por suas ordens terem sido desprezadas e comunicou sua raiva para os representantes de [Tokugawa] Nariaki, de Mito. O bakufu, de forma severa, mas sem sucesso, ordenou que Mito mantivesse esse conhecimento para si próprio.¹¹⁵

Aqui, acho interessante abrir um parêntese para perguntar: por que os Estados Unidos? País independente no início do século XVIII e cuja expansão territorial havia acabado de chegar à costa do Pacífico, foram eles, e não as potências tradicionais, europeias, a conseguir colocar um término ao autoimposto isolamento japonês em relação aos países do Ocidente.

O fato é que o interesse ocidental apenas resvalava no Japão, sendo seu foco a China, com sua gigantesca população e potenciais riquezas. Para os países

¹¹⁴ JANSEN, Marius. **The Making of Modern Japan**. Londres; Harvard University Press, 2000, p. 284.

¹¹⁵ Ibid., p. 285.

européus interessados, nomeadamente a Rússia, a Grã-Bretanha e a França, o Japão era um território além, potencialmente interessante mas não crucial; os britânicos e franceses avançavam pelo Atlântico e Índico, possuindo ao longo do caminho diversos territórios que serviam como estações de reabastecimento, enquanto os russos faziam fronteira com a China na região da Manchúria e seus contatos com o Japão diziam respeito principalmente a questões de fronteira.

Os Estados Unidos, por sua vez, após terem concluído sua expansão para o oeste e dominado a costa do Pacífico, também passaram a ter interesse no comércio com a China. Para eles, o Japão passou a ter importância justamente por estar no caminho dessa rota comercial, sendo um local estratégico para reabastecimento. Um motivo menor, mas também relacionado, dizia respeito aos avanços dos seus navios baleeiros, os quais navegavam cada vez mais ao oeste e ficavam mais vulneráveis a contratempos, necessitando de pouso e abrigo a depender da situação.

Após o estabelecimento do acordo com Perry, estendido às outras potências ocidentais, houve um desinteresse geral por parte delas quanto ao Japão; até mesmo os Estados Unidos estavam relutantes em se envolverem demais após terem conquistado o primeiro acordo. Questões geopolíticas também entram na equação: em 1853, teve início a Guerra da Crimeia (1853-1856), colocando o Império Russo contra a Grã-Bretanha, a França e o Império Otomano. Poucos meses depois de seu término, começou a Segunda Guerra do Ópio, a qual durou até 1860 e pôs a França e a Grã-Bretanha novamente dentro de um conflito militar. Concentradas nessas questões, seus olhos não se voltaram então para o Japão. Em 1861, os próprios Estados Unidos envolveram-se em um conflito interno, a Guerra Civil, que durou até 1865.

Olhando através de uma perspectiva do Ocidente, o Japão ocupava apenas a periferia de seus interesses; para além daqueles mais próximos, respectivamente europeus e americanos, o grande “território externo” a atraí-los era a China. Ainda que possa não soar lisonjeiro, é possível ver na falta de atrativos do Japão para a economia-mundo capitalista de então a sua “vantagem” em relação ao seu vizinho mais famoso. Indo mais longe, pode-se dizer que a “desimportância” do Japão no contexto capitalista é justamente o que o salvou da dominação estrangeira.

Crise interna e fim do regime, 1858-1868

Ii Naosuke sabia das consequências da sua ação. Assim, agiu no sentido de reprimir opositores: afastou Hotta e outros das funções governamentais; nomeou Tokugawa Iesada, um garoto de doze anos, como sucessor do *shôgun* Iemochi, falecido em agosto do mesmo ano, em vez de Hitotsubashi Keiki, o qual tinha amplo apoio, e ordenou a aposentadoria ou prisão domiciliar àqueles que o apoiavam, como Tokugawa Nariaki; determinou que muitos de seus vassalos e seguidores, que atuaram como agentes na corte, fossem presos e exilados ou executados. Esses acontecimentos constituíram o Expurgo de Ansei 安政の大獄.

Após ter eliminado seus opositores, Ii buscou a ratificação do Imperador para o tratado que assinou com Townsend Harris e coube ao *rojû* Manabe Akikatsu 間部詮勝 (1804-1884) realizar a negociação; teve sucesso em sua empreitada pelo compromisso de, no futuro, o *bakufu* buscar a extinção dos tratados em sua totalidade.

A pressão do governo sobre o Imperador, no entanto, serviu para alienar ainda mais os *samurai* de domínios politicamente ativos; assim, o *son'no-jôi* acabou tornando-se um slogan dirigido contra o governo do *bakufu*, alcançando um público muito maior de *samurai*. Muitos destes, de médio ou baixo *status*, foram trazidos à política pela atual crise, sendo no geral estudantes em Edo e buscando ser vistos como monarquistas ou antiestrangeiros. Nesse período, Kyôto, a antiga capital imperial, voltou a ser um centro politicamente ativo, com muitos *samurai* abandonando seus senhores, famílias e estipêndios, deslocando-se para lá.

A política no Japão entrou em uma nova fase, caracterizada por mais ações diretas e pelo medo como instrumento. Yoshida Shôin, executado por seu plano de assassinar Manabe Akikatsu, deixou não só diversos alunos, mas também o legado do seu exemplo; em 24 de março de 1860, Ii Naokuse foi assassinado em frente ao portão do castelo de Edo. Seguindo ideias de Shôin, estrangeiros passaram a ser atacados como forma de obter uma resposta dos ocidentais contra o Japão, provocando a mobilização no país¹¹⁶.

A ideia de derrubar o *bakufu*, a princípio, não dizia respeito à mudança na estrutura social como um todo, mas apenas às lideranças. Pensava-se na deposição do *shôgun*, o qual passaria a ser um *daimyô* como os outros sob o governo imperial.

¹¹⁶ BEASLEY, William. **The Rise of Modern Japan**. Tóquio: Tuttle, 1990, pp. 35-37.

Esses objetivos já eram o bastante para causar certo alarde entre o *daimyô* e o *bakufu*, mas até mesmo os domínios de Satsuma e Chôshû viam com desconfiança qualquer mudança na ordem social, pois era dentro dela que mantinham suas posições de poder.

Dois grupos começaram a tomar forma. De um lado, os *shishi* 志士 (“homens de espírito”), antiestrangeiros inspirados por Shôin. Era algo muito difuso para se poder chamar de partido, mas com ideias gerais em comum quanto aos eventos recentes, e composto majoritariamente por *samurai* de nível baixo provenientes do oeste e sudoeste do país. Do outro lado, alguns *daimyô*, os quais se opunham às políticas do *bakufu* de forma geral, mas não desejavam nem alterar a situação social nem provocar um conflito com o Ocidente, o que os impedia de trabalhar em conjunto com o primeiro grupo.¹¹⁷

O governo central buscou resolver-se primeiro com os *daimyô* e a corte antes de lidar com os *shishi*. Em 1860, foi acordado o casamento do *shôgun* Iemochi com a irmã do imperador, sob a condição de que os tratados com os estrangeiros fossem revogados em dez anos; quanto aos *daimyô*, os governantes de Hitotsubashi e Echizen foram nomeados para altos cargos em Edo, a política do *sankin-kôtai* foi afrouxada e os *daimyô* importantes receberam o direito de oferecer aconselhamento ao *shôgun* quando visitassem o castelo.

Historiadores (e contemporâneos do século XIX) referem-se à fase seguinte da política como o período do *kôbu-gattai*, ou união da corte (*kô*) e acampamento (*bu*), Kyoto e Edo. Os dois lados buscavam escapar ao impasse criado por Ii Naosuke entre os dois centros de poder. Os *daimyô fudai* que tradicionalmente preenchiam os mais altos cargos no *bakufu* agora viam-se atrás de pessoas antes estranhas aos altos cargos.¹¹⁸

No que concerne à questão de como lidar com os estrangeiros, entretanto, os *daimyô* estavam divididos. Shimazu, do *han* de Satsuma, era contrário à expulsão e estava preparado para usar a força contra aqueles que, em seu domínio, agissem nesse sentido. Já Hitotsubashi e Echizen, pelo contrário, acreditavam que o mais

¹¹⁷ BEASLEY, William. *The Rise of Modern Japan*. Tóquio: Tuttle, 1990, pp. 40-41.

¹¹⁸ JANSEN, Marius. *The Making of Modern Japan*. Londres; Harvard University Press, 2000, p. 299.

importante era fomentar a unidade nacional, e isso passava pela aproximação entre a corte e o *bakufu*, a qual só seria possível através de alguma atitude de Edo quanto ao fechamento dos portos japoneses; assim, foram iniciadas negociações com a Grã-Bretanha de forma a adiar a abertura dos portos de Ôsaka e Hyogo, a qual se daria em 1862 e 1863. Considerando a situação interna do país, conseguiram o apoio do ministro britânico no Japão, postergando a abertura para 1868 em troca da implementação completa dos acordos nos portos já abertos. As outras potências ocidentais fizeram concessões semelhantes nos meses seguintes.¹¹⁹

Em setembro de 1862, Charles Richardson, comerciante britânico, foi morto por seguidores do *daimyô* de Satsuma por recusar-se a desmontar de seu cavalo ao cruzar seu caminho, ato considerado como expressão de desrespeito e passível de punição. Richardson era protegido pelo direito de extraterritorialidade acordado entre o Japão e as potências estrangeiras e os britânicos exigiram indenização e captura dos responsáveis. Com a recusa de Satsuma em acatar suas exigências, os britânicos bombardearam as defesas próximas a cidade de Kagoshima em agosto de 1863.

Pouco antes, no mesmo ano de 1863, o *shôgun* Iemochi viajou a Kyôto para prestar homenagem à corte. “Desde 1634, quando Iemitsu viajou com grande número de tropas, o *shôgun* não visitava Kyôto. Mas, enquanto Iemitsu buscou intimidar a corte e os *daimyô* com sua força, Iemochi buscava ganhar poder através de conciliação”¹²⁰. Ali, o Imperador deu ao *shôgun* clara autorização para a execução do governo civil, algo até então não necessário para o *bakufu*. Tokugawa Keiki, porém, em nome do *bakufu*, teve de aceitar uma diretiva da corte para a expulsão dos estrangeiros em junho de 1863. Ainda que se considerasse isso impossível, era necessário demonstrar “sinceridade” para com os desígnios da corte; buscou-se, então, persuadir as potências a atrasar a abertura dos portos enviando uma missão à Europa. Em vez do adiamento intentado, ingleses e franceses, preocupados com a segurança dos seus cidadãos no Japão, enviaram uma força de 1500 homens para protegê-los¹²¹.

Acredito ser possível ver aqui a derrocada irremediável do *bakufu* enquanto poder hegemônico no Japão. Por mais que o fim do regime não fosse fato dado, e até

¹¹⁹ BEASLEY, William. **The Rise of Modern Japan**. Tóquio: Tuttle, 1990, pp. 42-43.

¹²⁰ JANSEN, Marius. **The Making of Modern Japan**. Londres; Harvard University Press, 2000, p. 300.

¹²¹ Ibid., p. 301.

não muito tempo atrás não se tentasse realmente derrubá-lo, seu enfraquecimento veio concomitantemente ao fortalecimento da corte no sentido de uma nova “tomada de coragem” por parte de alguns *daimyô*, notadamente Satsuma e Chôshû, os quais disputavam a preferência da corte como defensores de seus ideias e prerrogativas.

Em junho de 1863, seguindo a determinação da corte, mas indo contra o *bakufu*, Chôshû abriu fogo contra navios americanos e fechou o Estreito de Shimonoseki à navegação até setembro de 1864, quando teve suas defesas costeiras tomadas por uma força combinada de holandeses, franceses, ingleses e estadunidenses. Aceitou, então, pagar uma indenização, e os líderes do clã acabaram por travar relações amistosas com os estrangeiros; Satsuma, após o ataque em Kagoshima, impressionado com a marinha britânica, buscou seu apoio para modernizar suas forças. No fim, os dois clãs seriam mais hostis ao *bakufu* que aos estrangeiros¹²².

As relações entre ambos eram, porém, conflituosas. Satsuma, em aliança com Aizu, tinha controle sobre a corte desde 1863. Chôshû, no ano seguinte, procurou obter esse controle para si e atacou as forças imperiais em Kyôto; sendo derrotado neste ataque, a corte ordenou ao *bakufu* que o atacasse em represália, mas rendeu-se sem batalhar e aceitou a punição. Antes mesmo de acertados os termos da trégua, no entanto, um golpe dentro do domínio depôs o *daimyô*, considerado pelos revoltosos como pró-*bakufu*.¹²³

Após um levante fracassado em Mito e um ataque contra Chôshû, no qual Satsuma cooperou, o governo tentou impor novamente sua autoridade e reestabeleceu o sistema de *sankin-kôtai*. Ainda que os domínios menores próximos à capital tenham obedecido, os maiores não se manifestaram e, em 1866, quando questionados a respeito, não responderam. A corte fez saber sua opinião de que o *sankin-kôtai* não deveria ser reestabelecido, visando a manter os recursos nos domínios para o rearmamento. A frente estabelecida entre Edo, Satsuma e Aizu para conter Chôshû se desfez diante das demandas do *bakufu*.¹²⁴

Dois polos se formaram em Edo quanto à questão do *han* de Chôshû: um lado argumentava pela unidade nacional e fortalecimento militar, advogando leniência

¹²² SANSOM, George. **A History of Japan: 1615-1867** (7. ed). Tóquio: Tuttle, 1990, p. 241.

¹²³ BEASLEY, William. **The Rise of Modern Japan**. Tóquio: Tuttle, 1990, p. 50.

¹²⁴ JANSEN, Marius. **The Making of Modern Japan**. Londres; Harvard University Press, 2000, pp. 305-306.

para com o domínio rebelde e consulta aos outros para pensar as próximas ações; o outro era favorável a uma segunda expedição contra Chôshû, acreditando ser possível submeter novamente o domínio. Seus novos líderes, porém, mantiveram-se firmes, pois sabiam não haver possibilidade de compromisso. O *bakufu* teve dificuldade em arregimentar domínios para o segundo ataque. Satsuma, que também havia sofrido mudanças internas no período, aproximou-se de Chôshû por se ver ameaçado pela perspectiva de derrota por parte deste e com vistas aos acordos militares entre o *bakufu* e a França, os quais poderiam tornar o governo muito mais forte que qualquer um de seus vassalos em caso de vitória na guerra¹²⁵.

Infelizmente para Edo, Chôshû não se curvou e o avanço militar fez-se necessário. Muitos elementos da aliança liderada pelo *bakufu* hesitavam em sua participação, enquanto os defensores de Chôshû, lutando em seu território natal e por suas próprias vidas e honra, estavam muito mais motivados. As tentativas de invasão de Chôshû foram malsucedidas em todos os pontos. O *bakufu* foi salvo de maior constrangimento pela morte do *shôgun* Iemochi, o que tornou a trégua inevitável¹²⁶.

Iemochi liderou suas tropas até Ôsaka, iniciando a campanha em julho de 1866, mas falecendo em agosto do mesmo ano, sem obter sucesso em lugar algum e derrotado por um único dos *tozama*; sua morte serviu como justificativa para a retirada das tropas do governo da expedição. Hitotsubashi Keiki assumiu, então, a posição de *shôgun*; a derrota, porém, foi um golpe fatal para o governo. Um novo *slogan* político ganhou força nesse período, o *tôbaku* 倒幕 (derrubar o *bakufu*), ao mesmo tempo que o governo buscou acelerar o processo de ocidentalização/modernização.

Dois polos se formaram então, apoiados por diferentes forças estrangeiras: o *bakufu* com apoio da França e Satsuma e Chôshû, com os britânicos. Em maio e junho de 1867, o *shôgun* demonstrou que ainda tinha poder e autoridade, impedindo uma tentativa de Satsuma de obter o perdão imperial para Chôshû. Isso fez com os

¹²⁵ JANSEN, Marius. **The Making of Modern Japan**. Londres; Harvard University Press, 2000, pp. 306-307.

¹²⁶ Ibid., p. 307.

líderes desses domínios passassem a ponderar a possibilidade de um golpe, sendo evidente que quanto mais esperassem, mais forte ficaria o *bakufu*¹²⁷.

A ideia de golpe não era bem vista por todos os domínios, porém, pois não traria mais que a queda de uma hegemonia em favor de outra. O domínio de Tosa, a partir das ideias de Sakamoto Ryôma 坂本竜馬, propôs que o *shôgun* renunciasse ao seu cargo, tornando-se outro entre os *daimyô*, e que o governo fosse substituído por um conselho que responderia ao Imperador. Com base no modelo britânico, pensava em uma forma bicameral com os *daimyô* ocupando a câmara superior e os demais *samurai* a inferior, a qual poderia ser ocupada inclusive por plebeus. Considerando que manteria seus territórios e a maior força militar no país, ao mesmo tempo que evitaria a possibilidade de uma guerra civil que enfraqueceria o país e o colocaria à mercê dos ocidentais, o *shôgun* pôs seu cargo à disposição do imperador em 9 de novembro de 1867.

A questão da manutenção dos territórios e do seu efetivo militar foi ponto de desconfiança para Satsuma e Chôshû; ainda que fossem favoráveis à ideia de uma câmara aristocrática, não queriam a possibilidade de ter Keiki como seu presidente. Assim, moveram suas tropas para Kyôto no fim de dezembro, deixando claro para os *daimyô* de Tosa, Echizen, Owari e Hiroshima que planejavam tomar o palácio nos próximos dias; estes, sem escolha, aceitaram tomar parte no ataque, ainda que Echizen tenha alertado o *shôgun*. Em 3 de janeiro, o palácio imperial foi tomado e um conselho, do qual opositores foram excluídos, foi convocado imediatamente. Foi redigido um decreto, transferindo a responsabilidade do governo para o Imperador e tirando todo o poder de Keiki.

Owari e Echizen, governados por seus parentes, tentaram argumentar a seu favor, ao mesmo tempo que vários *fudai* e ramos colaterais atacaram Kyôto, onde entraram em conflito com as forças imperiais de Satsuma e Chôshû. Saindo de Ôsaka, Keiki fugiu para Edo e foi declarado rebelde pela corte. Em vez de resistir, rendeu-se e proibiu qualquer reação por seus apoiadores. Foi forçado a se aposentar e seu sucessor ficou com domínio pouco menor que aquele de Satsuma. Em maio de 1869, o último foco de resistência, no Norte, foi derrotado, dando por completo o fim do governo Tokugawa.¹²⁸

¹²⁷ BEASLEY, William. **The Rise of Modern Japan**. Tóquio: Tuttle, 1990, p. 51.

¹²⁸ Ibid., pp. 52-53.

3.2 – *Son'nô-jô*

Ainda que essa expressão seja bastante conhecida entre os estudantes de história do Japão Tokugawa e Japão Moderno, parar para pensá-la com mais atenção e perceber suas nuances é algo que considero necessário, além de interessante.

Literalmente, *son'nô* 尊皇 significa “respeitar o Imperador” ou “honrar o Imperador”, não havendo grande variedade nas suas possíveis acepções, ainda que possa ser utilizada de forma a salientar pontos distintos. *Jô* 攘夷, por sua vez, é um pouco mais complicado; ainda que o segundo caractere seja traduzido como “bárbaros”, em sentido semelhante àquele usado na antiguidade ocidental pelos gregos e pelos romanos (ou seja, povos que fossem de outras culturas), o verbo da expressão é mais sutil. *Jô* 攘, traz a ideia de “empurrar”, “repelir” e de “resistir a”.

Nas leituras que realizei, o *son'nô-jô* é comumente tratado como um movimento de expulsão e repúdio ao estrangeiro, sejam pessoas ou ideias; xenofobia¹²⁹, em outras palavras. Nesse sentido, penso até que ponto essa formulação não é afetada, ou construída, pelas nossas próprias concepções modernas do papel do estrangeiro na nossa vida e da sua aceitação ou repúdio nas sociedades em que se inserem.

Ao contrário, vejo nesse movimento a expressão não conscientemente formulada, ainda que expressa através das ações, da questão da soberania nacional. Minha ideia sobre a questão coloca os dois termos como representantes de impulsos distintos, ao mesmo tempo que complementares, no que concerne à manutenção da soberania japonesa.

Son'nô, abstratamente, diria respeito à autoridade imperial sobre o Japão; como visto anteriormente, em um primeiro momento, não havia intenção de derrubar o *bakufu*, mas sim de fortalecê-lo como forma de melhor resistir às pressões estrangeiras e garantir a manutenção do *status quo* dos *daimyô*. É quando o governo central se mostra inapto que sua posição passa a ser questionada e desafiada e que o imperador passa a ser visto potencialmente como uma autoridade política, para além da espiritual promulgada pelas escolas nativistas.

¹²⁹ Vejo como despida de coerência a ideia de tratar como “xenofóbicas” as ações japonesas de então. Seus atos eram voltados para a defesa contra o que percebiam ser esforços estrangeiros para a obtenção de vantagens às custas da sua integridade territorial e soberania. O exemplo chinês nunca esteve longe demais de sua percepção.

Em conjunto com ele, o *jôî* funcionaria no sentido de repelir o estrangeiro; vejo isso, porém, não em um sentido “xenofóbico”, mas, como já dito, relacionando-se à manutenção da autonomia japonesa e da sua integridade territorial. Longe de significar repúdio ao estrangeiro e às suas ideias e cultura, o *jôî* buscou mesmo utilizar-se dos elementos ocidentais considerados úteis para a sua defesa.

Acima de tudo, os conceitos devem ser vistos como trabalhando em simbiose, revezando-se no papel de “fim” e “meio” a depender do momento: primeiramente, o *jôî* para se alcançar o *son’nô*; depois, *son’nô* para se conseguir o *jôî*. O texto mais interessante que encontrei sobre o assunto é do professor coreano Kim Min-kyu¹³⁰.

Ainda que a natureza da doutrina do *son’nô jôî* e seu movimento seja tão confusa que geralmente previne a compreensão da história japonesa moderna, o segredo do sucesso do golpe de estado *ôsei fukko* [王政復古] (restauração da autoridade arcaica do *tennô* [天皇]), ou Restauração Meiji, pode ser encontrado no mecanismo das suas mudanças incessantes.¹³¹

A capacidade de mudança no campo da ação do *son’nô-jôî* foi, de fato, uma de suas grandes forças. Entretanto, destoando do que o título de seu trabalho sugere, considero que seus “saltos lógicos” possuíam uma base muito mais firme do que parece. Penso que o teor comum ao movimento como um todo era a questão da soberania nacional.

Uma ideia trazida por Kim diz respeito ao *Shinron*, de Aizawa Seishisai. Essa obra, como já dito, foi composta em 1825 e circulou clandestinamente por décadas, sendo lida e discutida por grande quantidade de pensadores, *samurai* e *daimyô*. Kim considera que

a obra obteve apelo bastante amplo entre seus leitores em razão de, à parte a boa intenção do autor, deixava ampla margem para que a interpretassem e usassem para apoiar suas próprias opiniões quanto às

¹³⁰ KIM, Min-kyu. **Sonno Joi** - The Leaps in Logic in the Modern Japanese Political Scene, 2003.

¹³¹ Ibid., p. 211.

reformas. [...] Poderia ser dito com segurança que a complexidade do *son'nô-jôï* tardio deriva dessa variedade de interpretações do *Shinron*.¹³²

Se é possível determinar um momento-chave para a eclosão do *son'nô-jôï*, este foi a chegada de Perry ao Japão em 1853. Acredito, no entanto, que a importância dos Estados Unidos em si seja exagerada; mais que criar uma nova situação, seus navios serviram para expor questões já existentes, embora não declaradas, e trouxeram à tona outras que vinham amadurecendo ao longo dos anos.

A fraqueza e indecisão do governo central quando confrontado com uma crise que colocava em risco a própria soberania japonesa sobre seu território foi o primeiro ponto a aparecer e deixar sua marca indelével. O segundo dizia respeito à corte imperial, pois esta ocupou o terreno perdido pelo *bakufu* na sua “crise de autoridade”. O Japão passou a ter, então, dois centros de autoridade política e, ainda que tenham buscado trabalhar em conjunto contra o “mal maior”, um imperador ativo e desejoso de recuperar a autoridade de seus antepassados somado a *daimyô* insatisfeitos com a direção que a situação tomava e, mais importante, fortalecidos no contexto da ocidentalização militar, colocaram por terra qualquer possibilidade da aliança chamada *kôbu gattai* ter sucesso no longo prazo.

De forma breve, esse movimento partiu das camadas mais poderosas e desejosas da união entre os dois centros distintos de poder para fortalecer o país e fazer frente à ameaça representada pelos ocidentais - ou seja, do *bakufu*, dos *daimyô fudai* e da corte (mas não do imperador em si) - sob a égide do então *tairô* Ii Naosuke. Após seu assassinato, porém, o movimento perdeu força e passou a ser irrelevante no cenário político.

A assinatura do Tratado de Amizade e Comércio por Ii e Townsend Harris colocou em xeque a questão da autoridade do governo. Ainda que tivesse o poder formal para a assinatura do Tratado, a situação política era tal que Ii julgou necessário obter a aprovação do imperador, de forma a fortalecer sua posição frente aos seus opositores, principalmente Tokugawa Nariaki, de Mito, e seu filho, Keiki. A recusa do imperador no primeiro momento, ainda que posteriormente viesse a considerar a impossibilidade de agir em outro sentido, levou seus apoiadores e aqueles mais exaltados na recusa aos estrangeiros à ação.

¹³² KIM, Min-kyu. **Sonno Joi** - The Leaps in Logic in the Modern Japanese Political Scene, 2003, pp. 214-215.

A represália de Ii, o Expurgo de Ansei,

[...] resultou em levar os *samurai* reformistas de nível baixo e os nobres da corte a assumirem um tom mais anti-*Bakufu* no seu discurso *son'nô-jô*, ainda que nem subjogá-lo nem derrubar a ordem feudal do *Bakufu* estivesse ainda no seu escopo.¹³³

Dois eventos, para Kim, mudaram definitivamente o caráter do movimento: as batalhas de Satsuma (1863-64) e de Chôshû (1863) contra os estrangeiros; aquela se deu em razão da morte de um mercador britânico e esta, em obediência à ordem imperial de expulsão dos estrangeiros.

A partir daí, os dois domínios perceberam o poder militar do ocidente e, além de buscar obtê-lo para si próprios por meio de reformas apoiadas pelos estrangeiros, conscientizaram-se da impraticabilidade de se buscar executar o *jô* através da força.

O *son'nô-jô* foi um movimento político cujo propósito original era retificar e manter o sistema *bakufu* por meio da crítica às políticas do *Bakufu*. Após o *Satsu-ei sensô* [薩英戦争, Guerra entre Satsuma e Inglaterra], e o *Shimonoseki sensô* [下関戦争, Guerra dos ocidentais contra Chôshû], no entanto, tornou-se o movimento *tôbaku*, cujo objetivo era a derrubada do *Bakufu*.¹³⁴

Foi no momento da derrota do *bakufu* para um simples *daimyô*, Chôshû, em 1866, que a ideia da sua derrubada passou a ser vista como um objetivo político alcançável. Os dois *daimyô* vencedores da disputa contra o governo central, Satsuma e Chôshû, aliaram-se e passaram a ser o novo poder político nacional. Mesmo com as tentativas de reforma implementadas por Hitotsubashi Keiki, o *bakufu* estava irremediavelmente enfraquecido; quando da revolta aberta pela queda do governo, achou melhor evitar o derramamento de sangue e o enfraquecimento do país.

Com sua escolha, Keiki demonstrou ter conhecimento do que estava em jogo para o Japão. Em vez de lutar para manter sua posição e, conseqüentemente, envolver o país em uma guerra civil, provavelmente com a participação das potências ocidentais,

¹³³ KIM, Min-kyu. **Sonno Joi** - The Leaps in Logic in the Modern Japanese Political Scene, 2003, p. 217.

¹³⁴ Ibid., p. 219.

optou por abandonar seu cargo sem resistência e, assim, colaborou de forma que não pode ser menosprezada para a manutenção da integridade territorial e da independência do Japão frente à ameaça estrangeira.

Voltando ao *son'nô-jôï* em si, as políticas de Satsuma e Chôshû - com o supracitado *tôbaku* e seu incentivo à modernização e à abertura do país aos estrangeiros após a derrota para estes - podem ser vistas como suas vertentes. Ambos compreenderam a impossibilidade de resistir por meio do confronto direto naquele momento, buscando antes de mais nada se modernizar e fortalecer.

Kim diz que “o que é confuso sobre a história japonesa moderna é o fato de que o *son'nô jôï*, ainda que gritando pela expulsão dos poderes estrangeiros, na prática, consentiu com o *kaikoku* [開国, abertura do país] e aceitou a ocidentalização”¹³⁵. De fato, o *son'nô-jôï* mudava suas ideias e forma de ação a depender da situação vigente e daquilo que se percebia como a melhor forma de lidar com ela. A abertura do país ao comércio com os estrangeiros e seu fortalecimento militar foi considerado como um *meio* para se atingir o *fim* da manutenção da soberania japonesa e impedir a ingerência ocidental nas suas questões.

Yoshida Shôin, por exemplo, uma das principais vozes no âmbito do *son'nô-jôï*, foi preso pelo governo ao tentar embarcar de forma clandestina nos navios de Perry; longe de ser um ativista “xenofóbico”, acreditava que o Japão deveria abrir-se por iniciativa própria ao comércio e às ideias ocidentais como meio de se fortalecer frente às ameaças. “O foco do debate nacional sobre o *kaikoku* na década de 1850 não era sobre os prós e contras da assinatura dos “tratados desiguais”, mas como esse tipo de decisão deveria ser tomada. O *kaikoku* não era uma questão de escolha, mas um *fait accompli*”¹³⁶. Outro argumento para a abertura era a possibilidade já então considerada de expansão japonesa para a Coreia e Manchúria, a qual colocaria o Japão a par das outras potências.

Ainda que, como dito anteriormente, o texto de Kim seja o mais interessante que encontrei a tratar da temática do *son'nô-jôï*, acredito que ele falhe em perceber a forma como o pensamento nativista fornece um embasamento nacionalista; não ignora completamente este ponto, mas também não percebe quão grande foi sua importância para o movimento.

¹³⁵ KIM, Min-kyu. **Sonno Joi** - The Leaps in Logic in the Modern Japanese Political Scene, 2003, p. 223.

¹³⁶ Ibid., p. 226.

CONCLUSÃO

Concluir um trabalho talvez só não seja mais difícil que escrever o resumo e escolher seu título. É aqui que toda as ideias apresentadas anteriormente, por mais que entrelaçadas, devem ser claramente expostas como fazendo parte de um todo coerente.

O período Tokugawa é, em minha opinião, um dos mais interessantes da história japonesa; adicionando-se os setenta anos seguintes, em uma análise de longa duração, obteria o topo do *ranking* sem sombra de dúvida. Ainda que seja possível ver nele apenas a construção do “Japão Moderno” ou o estabelecimento das pré-condições para o enorme desenvolvimento do país em seu esforço de ocidentalização, o Japão Tokugawa merece ser visto por si só.

Tomando certa licença poética, as primeiras palavras da obra literária que fez com que eu me interessasse por estudar China dizem o seguinte: “Diz-se que há no mundo uma tendência principal: após longo tempo dividido, deve se unir; após longo tempo unido, deve se dividir”¹³⁷. Partindo das ideias de divisão e união, como pensar a época Tokugawa?

Não entrarei em detalhes sobre a questão entre os *han* e o *bakufu*, pois isso já foi tratado no primeiro capítulo, mas gostaria de falar brevemente sobre o tópico. O principal benefício da unificação do território sob um único governo nominal foi o fim das guerras entre as lideranças locais por mais territórios e recursos. Durante essa *Pax Tokugawa* o país se desenvolveu em todos os campos e, longe de se dividir em razão dos diferentes *daimyô*, acabou sendo interligado como nunca.

As cidades cresceram, com destaque para a nova capital, Edo; a produção no campo aumentou, bem como a população; estradas foram construídas ligando diferentes regiões à capital em razão da exigência do *sankin-kôtai*. Poder-se-ia dizer que a unificação que não foi possível pela política foi realizada pela integração econômica.

Outra “unificação” se deu no campo da cultura, ainda que majoritariamente entre as elites. A exigência da permanência das famílias dos *daimyô* em Edo - além da assistência alternada deste e da permanência na capital de grande número de seus serviçais - favoreceu o compartilhamento cultural entre pessoas de diversas regiões diferentes e sua identificação com a capital, em detrimento de sua província de origem.

¹³⁷ No original em chinês, “话说天下大势，分久必合，合久必分”; esta frase está presente logo no início do Romance dos Três Reinos, em japonês 三国志演義, uma das quatro principais obras literárias da China imperial.

Por fim, e mais importante no contexto do trabalho, está o desenvolvimento educacional do Japão. Ainda que não houvesse nada semelhante ao sistema que temos hoje em dia, o Japão possuía uma rede de escolas bastante ampla. Um dos fatores que favoreceu esse crescimento foi a mudança do papel dos *samurai* em tempos de paz; ainda que nominalmente uma classe guerreira, tornaram-se burocratas na prática e, para cumprir adequadamente suas funções, necessitavam ser educados. As escolas, porém, não ficaram limitadas a educação desta camada e muitos filhos de comerciantes também tiveram a oportunidade de as frequentar, além de filhos de camponeses com condições de pagar suas mensalidades.

Aos poucos, no Japão Tokugawa, surgiu uma união informal que colocava em xeque qualquer ideia que buscasse favorecer o caráter da divisão territorial em detrimento da interligação ao longo da sua duração. As fronteiras políticas jamais foram suficientes para estabelecer uma separação de fato ao longo do território. Um fator que colaborou na ideia da unidade territorial acima das divisões foi a “recriação”, por parte do pelo *kokugaku*, de lendas sobre o território japonês.

Quando do início do desenvolvimento do pensamento japonês e do afastamento quanto às tradições estrangeiras, criou-se uma ideia baseada em relatos mitológicos do que é “ser japonês” e do que é o “Japão”. Vejo aqui o primeiro passo no desenvolvimento do nacionalismo japonês, cujo ápice no período Tokugawa foi o *son'nô-jôî*.

Acredito que o uso dessa palavra, “nacionalismo”, possa causar certo desconforto para muitas pessoas acostumadas a pensar primeiramente na questão europeia quando utilizado o termo. Mas não foram as primeiras “revoluções nacionais” realizadas fora da Europa, na América Hispânica¹³⁸? O que coube aos europeus posteriores foi a sua teorização, mas a prática nacionalista a antecede.

Para alguém do século XXI que estuda Japão, a ideia de nacionalismo traz muitas imagens relacionadas ao período de expansão do império japonês e, principalmente, da Segunda Guerra Mundial. Nela foram levados ao limite todas as construções “históricas” sobre o Japão e seu povo, culminando em ideias de superioridade étnica que impulsionaram o imperialismo japonês no leste da Ásia.

É possível dizer que o *son'nô-jôî* foi o primeiro passo nesse nacionalismo. Possuindo como embasamento teórico todas as construções feitas pelos pensadores

¹³⁸ Cf. ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism (Revised Edition). Londres: Verso, 2006.

do *Kokugaku* e do *Mitogaku*, os japoneses viam no próprio avanço dos ocidentais em determinados campos a “prova” da sua inferioridade intrínseca, como na medicina. Era inegável, porém, que era necessário adaptar-se da melhor forma possível para sobreviver neste novo mundo.

A China serviu de espelho para o Japão em um possível futuro, a depender das escolhas que fossem feitas no que dizia respeito aos contatos com os ocidentais. Qual foi o principal fator no diferente destino dos dois países é tarefa para se abordar em uma pesquisa por si só, mas acredito que o mais importante no que concerne ao papel exercido pelos ocidentais foi a falta de importância atribuída ao Japão pelas potências. Sua relativa pobreza em recursos e população quando comparada à sua vizinha o salvou de compartilhar do seu destino.

Não era possível aos japoneses de então saber o que seria do seu futuro; porém, suas ações tinham como objetivo evitar um determinado caminho ao mesmo tempo que outro era construído. Nisso, o exemplo chinês nunca esteve longe demais da sua lembrança, sendo o fim da Segunda Guerra do Ópio uma das razões para a assinatura do tratado com Townsend Harris, em 1858.

Ainda que o conceito de *son'nô-jôî* não tenha surgido nessa época, devendo sua origem ao *Mitogaku*, foi quando o governo central se mostrou fraco e as elites se sentiram ameaçadas pelo elemento estrangeiro que aquele passou a ser um elemento na vida e ação políticas. Por mais que as ideias incluídas no conceito não fossem exatamente iguais para quem as proclamava, elas compartilhavam do mesmo impulso nacionalista e do mesmo desejo de manutenção da soberania japonesa, ainda que os conceitos em questão não estivessem formulados.

Embora fugindo um pouco ao escopo deste trabalho, não creio que o *son'nô-jôî* tenha terminado com o fim do governo Tokugawa. As posteriores militarização e expansão territorial japonesas foram passos além dentro da mesma lógica de proteção da sua soberania, por mais que tenham culminado na invasão de outrem.

Meu foco neste trabalho foi o *son'nô-jôî* como um impulso nacionalista voltado à manutenção da soberania japonesa e à unidade do território, a fim de evitar o “destino chinês”, e embasado em ideias “protonacionais” construídas ao longo do período Tokugawa com base nos relatos mitológicos e históricos do passado japonês. Ainda que seja difícil dizer se cumpri a contento esse objetivo, espero que minhas

ideias sobre o tema tenham ficado suficientemente explícitas e claras ao longo destas páginas.

REFERÊNCIAS

I. Fontes

DE BARY, Theodore; TSUNODA, Rysaku; KEENE, Donald (Ed.). **Sources of Japanese Tradition**. Nova York: Columbia University Press, 1958;

LU, David John. **Sources of Japanese History**, Volume 1. Nova York: McGraw-Hill, 1974.

II. Bibliografia específica

ALLINSON, Gary. **The Columbia Guide to Modern Japanese History**. Nova York: Columbia University Press, 1999;

BEASLEY, William. **The Meiji Restoration**. Stanford: Stanford University Press, 1972;

_____. **The Modern History of Japan**. Tóquio: Tuttle, 1963;

_____. **The Rise of Modern Japan**. Tóquio: Tuttle, 1990;

BEERENS, Anna. **Friends, acquaintances, pupils, and patrons** – Japanese intellectual life in the late eighteenth century: a prosopographical approach. Leiden: Leiden University Press, 2006;

BELLAH, Robert. Intellectual and society in Japan IN **Daedalus**, Vol. 101, No. 2, Intellectuals and Tradition, 1972, pp. 89-115. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20024072>>. Acesso em: 03 mai. 2016;

CULLEN, L.M. **A History of Japan, 1582-1941** – Internal and external worlds. Cambridge: Cambridge University Press, 2003;

FAIRBANK, John. **China: a new history**. Harvard: Harvard University Press, 1998;

_____. (org.). **The Cambridge History of China**, Volume 10 – Late Qing, 1800-1911, part I. Cambridge: Cambridge University Press, 1978;

_____. (org.). **The Cambridge History of China**, Volume 11 – Late Qing, 1800-1911, part II. Cambridge: Cambridge University Press, 1980;

FOGEL, Joshua. **Articulating the sinosphere**: sino-japanese relations in space and time. Harvard: Harvard University Press, 2009;

GORDON, Andrew. **A Modern History of Japan: From Tokugawa to Present Times**. Oxford; Oxford University Press, 2003;

HALL, John Whitney (org.). **Cambridge History of Japan**, Volume 4 – Early Modern Japan. Cambridge: Cambridge University Press, 1991;

HOBBSAWN, Eric. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2014;

_____. **A Era dos Impérios: 1848-1875**. São Paulo: Paz e Terra, 2014;

JANSEN, Marius (org.). **Cambridge History of Japan**, Volume 5 – The Nineteenth Century. Cambridge: Cambridge University Press, 1989;

_____. **China in the Tokugawa World**. Londres; Harvard University Press, 1992;

_____. **The Making of Modern Japan**. Londres; Harvard University Press, 2000;

JONES, H.J. Bakumatsu Foreign Employees IN **Monumenta Nipponica**, Vol. 29, No. 3, 1974, pp. 305-327. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2383670>>. Acesso em: 05 nov. 2017;

KAZUI, Tashiro; VIDEEN, Susan. Foreign Relations During the Edo Period: sakoku reexamined IN **The Journal of Japanese Studies**, Vol. 8, No. 2, 1982, pp. 283-306. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/132341>>. Acesso em: 02 dez. 2012;

KIM, Min-kyu. Sonno Joi - The Leaps in Logic in the Modern Japanese Political Scene IN **Sungkyun Journal of East Asian Studies**, Vol. 3, No. 1, pp. 209-237, 2003. Disponível em: <<http://sjeas.skku.edu/upload/200605/9.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2017;

MCMMASTER, John. Alcock and Harris – Foreign Diplomacy in Bakumatsu Japan IN **Monumenta Nipponica**, Vol. 22, No. 3/4, 1967, pp. 305-367. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2383072>>. Acesso em: 10 jul. 2012;

NORIHITO, Mizuno. **China in Tokugawa Foreign Relations - The Tokugawa Bakufu's Perception of and Attitudes toward Ming-Qing China**, 2003. Disponível em: <<http://chinajapan.org/articles/15/mizuno15.108-144.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2017;

MARUYAMA, Masao. **Studies in the intellectual history of Tokugawa Japan**. Princeton: Princeton University Press, 1989;

MASON, H.P.; CAIGER, J.G. **A History of Japan**. Tokyo: Tuttle, 1973;

MICHIO, Nagai; URRUTIA, Miguel (org.). **Meiji Ishin**: restoration and revolution. Tóquio: The United Nations University, 1985;

PREBLE, George Henry. **The Opening of Japan**: A diary of the discovery of the Far East, 1853-1856. Oklahoma: University of Oklahoma Press, 1962;

SANSOM, George. **A History of Japan**: 1334-1615 (7. ed). Tóquio: Tuttle, 1990;

_____. **A History of Japan**: 1615-1867 (7. ed). Tóquio: Tuttle, 1990;

SONODA, Hidehiro. The Decline of the Japanese Warrior Class, 1840-1880 IN **Japan Review**, No. 1, 1990, pp. 73-111. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/25790888>>. Acesso em: 27 out. 2017;

SPENCE, Jonathan. **The Search for Modern China**. Nova York: Norton & Company, 1990;

SWALE, Alistair. **The Meiji Restoration**: Monarchism, Mass Communication and Conservative Revolution. Londres; Palgrave Macmillan, 2009;

TOBY, Ronald. Reopening the Question of Sakoku: Diplomacy in the Legitimation of the Tokugawa Bakufu IN **Journal of Japanese Studies** Vol. 3, No. 2, 1977, pp. 323-363. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/132115>>. Acesso em: 15 set. 2017;

TOTMAN, Conrad. **Early Modern Japan**. Berkeley: University of California Press, 1993;

WAKABAYASHI, Bob Tadashi. Opium, Expulsion, Sovereignty: China's lessons for Bakumatsu Japan IN **Monumenta Nipponica**, Vol. 47, No. 1, 1992, pp. 1-25. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2385356>>. Acesso em: 27 out. 2013;

III. Bibliografia Teórico-metodológica

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism (Revised Edition). Londres: Verso, 2006;

AROSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**: teoria e método. Bauru: Edusc, 2000;

BESSELAAR, Joseph Jacobus van den. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo: EDUSP, 1974;

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001;

BOURDÉ, Guy. **As escolas históricas**. Portugal: Publicações Europa-América, 1983;

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material e capitalismo – Séculos XV-XVIII**. Lisboa: Edições Cosmo, 1970;

_____. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 2009;

_____. **Gramática das civilizações**. São Paulo: Martins Fontes, 1989;

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Editora Unesp, 1997;

_____. (Org.). **A escrita da história**. São Paulo: Editora Unesp, 1992;

_____. **História e Teoria Social**. São Paulo: Editora Unesp, 2012;

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da história**. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1983;

CHAUNU, Pierre. **A história como ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976;

CHILDE, Vere Gordon. **A evolução cultural do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966;

_____. **O que aconteceu na história**. São Paulo: Círculo do Livro, 1960;

COLLINGWOOD, Robin George. **A idéia de história**. Lisboa: Presença, 1989;

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982;

DOSSE, François. **A história**. Bauru: EDUSC, 2003;

_____. **A história em migalhas: dos Annales à Nova História**. Campinas: UNICAMP, 1992;

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa: Estampa, 1987;

FINLEY, Moses. **Uso e abuso da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1989;

GARDINER, Patrick. **Teorias da história**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995;

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989;

HOBBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998;

HOPKINS, Terence; WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis: Theory and Methodology**. Beverly Hills: Sage Publications, 1982;

_____. Patterns of Development of the Modern World-System IN **Review**, Vol. 1, No. 2, 1977, pp. 111-145. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40240765>>. Acesso em: 03 nov. 2017;

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976;

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990;

REIS, José Carlos. **História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: FGV, 2003;

WALLERSTEIN, Immanuel. Braudel on Capitalism, or Everything Upside Down IN **The Journal of Modern History**, Vol. 63, No. 2, A Special Issue on Modern France, pp. 354-361, 1991. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2938489>>. Acesso em: 03 nov. 2017;

_____. **Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001;

_____. **The Modern World System I - Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century** (Reprint). Berkeley: University of California Press, 2011;

_____. **The Modern World System II - Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750** (Reprint). Berkeley: University of California Press, 2011;

_____. **The Modern World System III - The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730-1840s** (Reprint). Berkeley: University of California Press, 2011;

_____. **The Capitalist World-Economy** (Reprinted). Nova York: Cambridge University Press, 1991;

_____. The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis IN **Comparative Studies in Society and History**, Vol. 16, No. 4, 1974, pp. 387-415. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/178015>>. Acesso em: 22 out. 2017;

_____. **World-System Analysis**: An Introduction. Durham: Duke University Press, 2004;

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1993.